

Álvaro Cunhal



**O Partido
com Paredes
de Vidro**

6.^a edição

com um prefácio do autor

edições
Avante!

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

O Partido
com Paredes
de Vidro

edições

Avante!

Álvaro Cunhal

O Partido
com Paredes
de Vidro

edições
Avante!

DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS SÉRIE ESPECIAL



edições
Avante!

O PARTIDO COM PAREDES DE VIDRO

6.ª edição

Autor: Álvaro Cunhal

Capa: design gráfico de José Serrão

© Editorial «Avante!», SA — Lisboa, 2002

Tiragem: 3000 exemplares

Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, Ld.ª

Data de impressão: Fevereiro de 2002

Depósito legal n.º 175 542-02

ISBN 972-550-144-6

Edição electrónica: Junho de 2010

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	27
1. ÉPOCA GLORIOSA NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE	29
Um ideal pelo qual vale a pena lutar	31
O processo irreversível da libertação humana	33
Uma doutrina que explica o mundo e indica como transformá-lo	36
A experiência acumulada e as novas experiências	40
O Programa dos comunistas portugueses	44
O PCP na Revolução de Abril	49
O passado, o presente e o futuro	51
2 O PARTIDO, A CLASSE E AS MASSAS	55
Partido da classe operária e de todos os trabalhadores	57
Como se afirma a natureza de classe	59
A regra de ouro	62
Características da vanguarda revolucionária	65
Vanguarda operária, vanguarda do povo	70
O partido de novo tipo	73
«Um todo homogéneo e inseparável»	76

3. O GRANDE COLECTIVO PARTIDÁRIO	81
O trabalho colectivo — princípio básico	
do Partido	83
O tipo de direcção — um valor histórico	85
Formação do núcleo dirigente e continuidade	
da Direcção	89
Os factores da estabilidade e a renovação	90
O colectivo e o indivíduo	93
O individualismo	95
O secretário-geral e o trabalho colectivo	97
Um ser único com vida e vontade próprias	100
4. A DEMOCRACIA INTERNA	103
O centralismo democrático — princípios	
e prática	105
Centralismo e democracia na clandestinidade	107
O profundo significado da democracia	
interna	110
A democracia, o colectivo e o indivíduo	111
Democracia, divergências e crítica	112
A eleição dos dirigentes	114
A questão do voto secreto	117
Dar contas da actividade	118
Maioria, consenso, unanimidade	120
Congressos, conferências nacionais	
e assembleias	124
5. DIRECÇÃO E AUTORIDADE	127
A tarefa complexa de dirigir	129
A necessidade de uma Direcção preparada	
e experimentada	131
Correcto apreço, elogio e adulação	134
Arrogância da chefia e do Poder	136
O culto da personalidade	137
O culto dos vivos e o culto dos mortos	140
Verdadeira e falsa autoridade	141

6. OS QUADROS	145
Os quadros e o seu valor	147
Conhecimento, preparação, selecção e promoção	149
Os quadros jovens e o conflito de gerações	152
Deveres e direitos	154
A maneira de ser individual na prática do colectivo	157
Activistas revolucionários e seres humanos	159
O esforço de aperfeiçoamento	162
Crítica e autocrítica	164
O tratamento das questões de quadros	168
Os quadros evoluem e progridem	172
7. A ORGANIZAÇÃO — EXPRESSÃO E INSTRUMENTO DA FORÇA DO PARTIDO	175
A organização e os seus dois significados	177
A força dos números	178
O aparelho ou núcleo central	181
O valor do aparelho e o combate às tendências burocráticas	183
Um princípio geral e universal de trabalho	186
Organização e trabalho de massas	189
O Partido — «aquela máquina»?	191
8. A FORMAÇÃO MORAL DOS COMUNISTAS	193
Uma moral nova e superior	195
O amor pela verdade	198
A actividade militante, motivo exaltante da vida	201
Dirigentes, militantes, vida comum	202
Diferenças necessárias e privilégios a recusar	204
A igualdade dos salários dos funcionários	206
Fraternidade e ajuda recíproca	209
Vida partidária, conduta cívica e vida privada	210

9. A DISCIPLINA, IMPERATIVO DE ACÇÃO E MANEIRA NATURAL DE AGIR	213
A disciplina e o seu carácter permanente	215
Uma forma natural de agir e de proceder	218
A disciplina nos actos quotidianos	219
Disciplina partidária e disciplina militar	221
Disciplina e sanções	223
10. A UNIDADE E OS SEUS FUNDAMENTOS	227
A unidade interna resultante da actividade global	229
Fundamentos da unidade	231
A unidade da Direcção	234
Normas orgânicas para garantir a unidade	236
Superação de dificuldades na unidade interna ...	237
A unidade — cimento da força do Partido	240
11. PARTIDO INDEPENDENTE E SOBERANO, Patriótico e Internacionalista	243
Dois traços essenciais da independência	245
A formação de um partido operário independente	246
O PCP e a Internacional Comunista	248
A lição de 1939-1948	252
Soberania de decisões	255
Como se afirma a independência	257
O amor ao povo e à Pátria e o internacionalismo	260
NOTA FINAL	265

PREFÁCIO

O ensaio *O Partido com Paredes de Vidro*, cuja 6.^a edição apresentamos neste Prefácio, teve a sua primeira edição em Agosto de 1985 com um objectivo declarado: dar a conhecer como nós, os comunistas portugueses, concebíamos, explicávamos e desejávamos o nosso próprio partido (p. 27).

Desmentiam-se assim as caluniosas acusações que apresentavam o PCP como um partido aferrolhado num bunker de grossas paredes de cimento, ocultando os seus verdadeiros objectivos e a realidade da sua vida interna.

Através do ensaio, podiam os leitores observar e conhecer por dentro o PCP, como se o fizessem «através de paredes de vidro». Daí o título do ensaio.

Não se limitou porém este à realidade do partido nesses anos.

Incluíram-se numerosas anotações de carácter histórico. Explicaram-se as raízes e as características essenciais do partido. Examinaram-se, passo a passo, ideias divergentes. Apontaram-se erros e tendências negativas.

Nos anos desde então decorridos, verificaram-se, tanto em Portugal como no mundo, profundas transformações. Entretanto, os princípios fundamentais, vasta e pormenorizadamente desenvolvidos no ensaio, mantêm, a nosso ver, significativa actualidade.

Justifica-se assim a iniciativa da presente reedição e da sua apresentação neste Prefácio.

«**É** *poca gloriosa da história da humanidade*» é o título do primeiro capítulo.

A expressão era e é historicamente correcta e torna-se necessário lembrá-la em oposição às furiosas campanhas de falsificação da história a que assistimos.

A verdade é que, a partir de meados do século XIX (Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels), a classe operária, os trabalhadores, os explorados e oprimidos alcançaram grandes vitórias revolucionárias, que mudaram radicalmente a situação mundial.

A revolução russa em 1917, edificando, pela primeira vez na história da humanidade, um Estado em que o poder coube aos Sovietes de Operários, Camponeses e Soldados, criou a base política de uma nova sociedade donde foi banida a exploração do homem pelo homem.

A construção do socialismo na URSS não foi um fenómeno isolado. Defrontando e vencendo bloqueios, intervenções, agressões militares e a invasão, a guerra e os monstruosos crimes dos exércitos hitlerianos, teve profundas repercussões. Seguiram-se outras revoluções socialistas vitoriosas. Ruiu o sistema colonial do imperialismo. Numerosos povos secularmente subjugados conquistaram a independência. Criaram-se influentes partidos comunistas em todo o mundo. E também, em consequência destas vitórias históricas, os trabalhadores nos países capitalistas conquistaram importantes direitos.

Este avanço impetuoso da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos constitui o quadro implícito integrante das ideias desenvolvidas no ensaio. As derrotas ulteriores do socialismo não justificam que essa época de transformações revolucionárias deixe de ser considerada tal como a define o título do primeiro capítulo.

Cabe porém fazer uma importante referência autocrítica.

O ensaio apresentava tal dinâmica como ainda existente na altura em que era escrito. Apresentava como previsível, num tempo histórico relativamente curto, talvez ainda no século XX, a vitória do socialismo sobre o capitalismo na competição entre os dois sistemas. Adiantava em resumo a ideia de que o avanço revolucionário mundial era irreversível (p. 33).

A verdade é que o capitalismo não «perdera a iniciativa histórica» e não «entrara na época da sua agonia» (p. 33).

O próprio ensaio apresentava desenvolvidos elementos que desmentiam o errado optimismo. O imperialismo (sublinhava), «designadamente o norte-americano», «utiliza contra o processo de transformação social colossais meios materiais e ideológicos», «apoia as ditaduras fascistas» e a «repressão mais brutal contra os trabalhadores e os povos em luta», «utiliza contra as revoluções meios financeiros, económicos, diplomáticos, políticos e militares», «organiza bloqueios, sabotagens, atentados, subversões, [...] acções terroristas [...], agressões militares e guerras não declaradas» (pp. 33-34).

No mesmo sentido, a abordagem da situação e da evolução de partidos comunistas de países socialistas (aos quais se refere sem os explicitar grande parte do texto de alguns capítulos) apontava tendências susceptíveis de pôr em perigo o futuro da sociedade socialista em construção.

Tem pois que apresentar-se com espírito autocrítico a perspectiva apresentada no ensaio de que, no século XX, continuariam irreversivelmente até à vitória final as vitórias do socialismo na competição com o capitalismo.

Tal conclusão autocrítica não desmente porém a correcta afirmação de que o mundo viveu, nesses anos de vitórias da causa comunista, uma «época gloriosa da história da humanidade».

Nem desmente tão-pouco a afirmação de que o capitalismo está roído por insanáveis contradições internas e continua a mostrar-se incapaz de responder às legítimas aspirações económicas, sociais, políticas e culturais da humanidade.

A desencadeada ofensiva «global» do capitalismo para se impor em todo o planeta como sistema único e final defronta e de-

frontará a luta dos trabalhadores, dos povos e das nações e está condenada a ser vencida e ultrapassada.

A *natureza de classe de um partido comunista é a raiz da sua criação e existência e um elemento básico da sua identidade.*

«Partido político do proletariado», «partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses», assim o PCP é definido nos seus Estatutos (art.º 1.º). «Filho da classe operária», que foi ao longo dos anos «a fonte da sua vida e do seu permanente rejuvenescimento», sublinha o ensaio (p. 59).

De facto, o partido recebeu sempre da classe operária apoio, força, energia, inspiração e quadros, no âmbito da estreita ligação com a classe e as massas.

Nessa ligação intrínseca se baseia o papel de vanguarda.

Vanguarda concebida não como força superior de comando, mas como força política que se funde com a classe e as massas populares, é portadora do conhecimento aprofundado dos problemas e actua como defensora firme e permanente dos interesses de classe.

As características da natureza de classe do partido afirmam-se com particular relevo na sua independência. Ou seja: na sua ideologia, na sua política, na sua frontal resistência à influência, às pressões, às medidas repressivas do poder do capital. A história e a luta do PCP são inseparáveis da sua independência de classe.

Quando, nas concepções, na relação com a classe operária e as massas, na ideologia, um partido se afasta da sua natureza e independência de classe, entra num caminho que o leva ao abandono dos objectivos característicos da sua identidade e à conversão num defensor de uma política reformista e de uma ideologia social-democrata ou social-democratizante.

À natureza de classe do partido corresponde a composição social dos seus membros. Quando o presente ensaio foi editado, registavam-se nos efectivos do partido mais de 100 000 operários,

correspondendo a 57% do total de membros. Subia a 77% o número de operários e empregados (pp. 60-61). Na altura do XVI Congresso, realizado em Dezembro de 2000, apesar da liquidação de dezenas de milhar de postos de trabalho, dos 131 000 membros inscritos 69 000 eram operários. As percentagens mantinham-se: 52,6% eram operários e 21,2% empregados, o que dava um total de 74% de operários e empregados («Resolução Política» do XVI Congresso).

Sem esquematismos, a chamada «regra de ouro» (maioria operária) continua válida. É de lutar para que se assegure não só nos efectivos do partido como na sua Direcção.

Três notas ainda.

A primeira: as modificações profundas verificadas na composição social da sociedade e da própria classe operária não põem em causa a validade da natureza de classe do partido.

A segunda: o partido não se limita a defender os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, antes toma a defesa dos interesses e direitos de «todas as classes e camadas anti-monopolistas», grande maioria da população (p. 71).

A terceira: a natureza de classe do partido insere-se em princípios fundamentais (a divisão da sociedade em classes, a política de classe do poder político, a luta de classes) que traduzem realidades imanentes às sociedades, nomeadamente ao capitalismo. Realidades a que estão indissolivelmente ligados todos os acontecimentos sociais e políticos.

O trabalho colectivo é tratado no ensaio como uma ideia-chave, um princípio básico e um valor intrínseco de toda a vida e actividade do partido.

A preparação e realização do trabalho corrente, de grandes acções de massas, de iniciativas políticas, de assembleias, de conferências nacionais, de congressos, de grandes festas como a Festa do Avante! e festas regionais — constituem demonstrações exaltantes da vitalidade e valor do trabalho colectivo.

Esta concepção e esta prática não abafam nem dispensam, antes valorizam, estimulam e mobilizam o trabalho, as opiniões e as críticas individuais, como «parte integrante e insubstituível do trabalho colectivo» (pp. 94 e 111).

Nem a responsabilidade e a responsabilização do colectivo extinguem a responsabilidade e a responsabilização individual nem estas apagam e extinguem a responsabilidade e responsabilização do colectivo.

A justa valorização do indivíduo e da sua contribuição contraria porém necessariamente as manifestações de individualismo, a sobreposição da ideia e da decisão própria à ideia e à decisão do colectivo. O trabalho colectivo é desta forma «um dos aspectos essenciais» e uma «lei» da democracia interna do partido (pp. 85 e 111).

A aplicação geral destes princípios conduz a uma dinâmica unificada da actividade, englobando todas as organizações e militantes (incluindo a direcção central) no grande colectivo partidário.

A *democracia interna* está ou deve estar assegurada segundo os princípios do centralismo democrático.

Entretanto, no movimento comunista registaram-se concepções e práticas muito diferenciadas. Centralização abafando a vida democrática interna e democratismo pondo em causa a existência de uma única direcção central — tais os principais fenómenos negativos que se manifestaram.

O ensaio sumaria e selecciona quatro princípios essenciais do centralismo democrático válidos na actualidade (art.º 16.º dos Estatutos).

Três respeitantes à democracia interna: a eleição de todos os organismos dirigentes da base ao topo, a prestação de contas e a submissão da minoria à maioria.

Um respeitante ao trabalho de direcção: a obrigatoriedade do cumprimento das decisões dos organismos superiores tomadas na esfera das suas competências (p. 106).

Enunciados os princípios, importa ver como são ou devem ser respeitados e aplicados.

A eleição dos organismos de direcção e dos dirigentes em geral exige o conhecimento dos quadros. Exige, para a elaboração de uma proposta, o exame da opinião, sobre os camaradas a propor, daqueles que com eles trabalham e os conhecem mais de perto em todos os aspectos da sua actividade partidária e conduta cívica. Trata-se de orientações válidas para todos os escalões do partido, incluindo a direcção central.

Sendo, como é, eleito no Congresso o Comité Central (art.º 28.º dos Estatutos), é correcta a solução segundo a qual cabe ao Comité Central, que melhor conhece os seus membros, e não ao Congresso, eleger a Comissão Política, o Secretariado, a Comissão Central de Controlo e o Secretário-Geral (art.ºs 34.º e 35.º).

O voto de braço no ar (forma de votação generalizada no partido) e não o voto secreto, que alguns camaradas reclamam, é a todos os títulos o mais democrático e adequado, «pressupondo» o reconhecimento real do direito à discordância e a não admissão de quaisquer formas de coacção (p. 117).

Prestar contas pela actividade que se desenvolve é um dever de todas as organizações e militantes sem excepção, um dos grandes princípios da democracia interna e uma expressão da assunção de responsabilidades. Cabe ao controlo de execução verificar se este dever é ou não cumprido.

A regra da maioria para a tomada de decisões não tomadas por unanimidade deve ser considerada como inserida na efectiva prática do trabalho colectivo e no efectivo exercício dos direitos de opinião, de discordância e de crítica.

O respeito pela regra da decisão por maioria é válido em relação a todos e a cada um dos membros da direcção, incluindo o Secretário-Geral, cujo voto de qualidade é de limitar a casos de empate de votação.

A obrigatoriedade do cumprimento das decisões dos organismos superiores, desde que tomadas no exercício das respectivas competências, não pode ser infringida ou esquecida.

O desrespeito de tal regra geraria desorganização, conflitos permanentes, violações de outros princípios da democracia interna, métodos anárquicos e desagregação nas fileiras do partido, ferindo profundamente a sua unidade.

Elemento insubstituível da democracia interna e do envolvente trabalho colectivo é ainda a efectiva participação de todo o partido no estudo e elaboração das orientações fundamentais da acção partidária.

No trabalho de direcção, o princípio do trabalho colectivo assume importância fundamental e o valor de uma «lei» (p. 111). Tem em si a contribuição individual e o mérito e a experiência de cada um dos que nele participam (p. 133).

Dirigir é «decidir, orientar, dar directrizes e indicações, distribuir e atribuir tarefas», examinar as situações e encontrar respostas para elas (p. 129). É «explicar, ajudar, convencer, dinamizar» (pp. 129-130). E realizar esse trabalho em ligação estreita com a base do partido, com a classe operária, com as massas trabalhadoras, com as populações.

A prática de ouvir as opiniões discordantes manifestadas no exercício do direito de criticar e de propor é um elemento necessário à reflexão de quem dirige. Assim as decisões convencem e ganham prestígio e autoridade.

É de combater a tendência para — em vez de dirigir — mandar, comandar, dar ordens (p. 222), impor decisões, deixar que medre «o elogio, a lisonja, o aplauso sistemático» (p. 134) a tal ou tal dirigente mais responsável, vício que quem o tem cada vez sente mais necessitar dele.

O chamado «culto da personalidade» constituiu uma terrível experiência de que ainda hoje é necessário extrair múltiplas lições. A atribuição a um «chefe» dos êxitos que se devem a muitos outros militantes; a aceitação, por sistema, «cega» ou não reflectida, das suas opiniões e decisões; a crença na sua infalibilidade; as medidas administrativas, disciplinares e repressivas

contra os discordantes e os críticos – são de combater, mesmo que se manifestem de forma incipiente.

E, se se combate o «culto» dos vivos, é também necessário contrariar o «culto» dos mortos.

Dirigindo a revolução social mais extraordinária de todos os tempos, Lénine foi um dirigente revolucionário com um papel sem paralelo na história da humanidade. No desenvolvimento criativo da obra de Marx, a sua obra teórica justificou que à teoria revolucionária dos comunistas fosse dado o nome de «marxismo-leninismo».

É porém um erro (como o ensaio aponta) «utilizar cada frase de Lénine como verdade universal, eterna e intocável» e contrariar e abafar a investigação dos novos fenómenos, não verificados no tempo de Lénine, com citações de Lénine inadequadas para o efeito (p. 140).

Referindo-se de forma crítica, sem explicitar, a certo monumento comemorativo da memória de Lénine na União Soviética, o ensaio expressou assim uma crítica directa à estátua de Lénine no conjunto arquitectónico: «Um Mestre é verdadeiramente um Mestre, se os discípulos não fazem do Mestre um Deus.» (P. 141.)

Q*uadros do Partido, segundo a definição do ensaio, são membros do Partido que desempenham tarefas de responsabilidade em qualquer escalão e também todos aqueles que, «com os mais diversos graus de preparação ideológica e de conhecimentos», se empenham dedicadamente no cumprimento das suas tarefas (pp. 147-148).*

A política de quadros inclui tarefas muito complexas.

O conhecimento dos quadros exige o acompanhamento do seu trabalho e um juízo objectivo a seu respeito. Indispensável ter em conta que o conhecimento dos quadros é o conhecimento de indivíduos e que cada indivíduo tem a sua particular personalidade e também diversificadas condicionantes na sua vida pessoal.

O tratamento das questões de quadros deve ser conduzido, não utilizando, como por vezes sucede, «um tom violento, inquisitorial e destruidor, punindo e flagelando o organismo ou camarada» (p. 167), mas com serenidade e objectividade.

Exige não esquecer que não há militantes que não errem e que é um erro «amarrar um quadro» ao erro que cometeu (p. 169).

Não esquecer também que, na sua história, a Direcção do partido cometeu erros gravíssimos em relação a questões de quadros, erros sobre os quais o ensaio aponta alguns casos, lembrando-os para que tais erros se não repitam (p. 171).

A preparação dos quadros inclui o estudo e assimilação dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo, o estudo da orientação do partido e das lições da prática, o desenvolvimento da cultura geral e o estímulo à reflexão e à liberdade de opinião.

A selecção e promoção dos quadros deve basear-se no seu conhecimento e preparação, considerados em função das tarefas a cumprir e em caso algum por simpatia, por laços de amizade, ou por seguidismo em relação aos dirigentes a quem caiba decidir da promoção.

É importante, na formação, preparação e promoção dos quadros, a compreensão de que os comunistas têm uma moral de classe, cujos valores se devem expressar na própria actuação e conduta. As condições de trabalho, de vida e de luta da classe operária e de todos os trabalhadores e a prática revolucionária do partido geram e exigem o amor pelo povo, coesão, solidariedade, ajuda recíproca, abnegação, generosidade e outros importantes «elementos éticos» (pp. 195-196).

Ao contrário, a exploração e a opressão do capitalismo trazem-se, na moral da burguesia dominante, pelo egoísmo, o individualismo feroz, a rapacidade, o desprezo pelos outros, o predomínio das ambições pessoais, o abuso do poder, o arbítrio de decisão, a hipocrisia, a fraude e a corrupção.

Nunca esquecer que «a moral dos comunistas é parte integrante da força revolucionária do partido» (p. 198). A influência da moral da burguesia dominante nas fileiras comunistas repre-

senta sempre o efectivo enfraquecimento do partido, dos seus quadros e da sua autoridade.

Elemento político-ético da moral dos comunistas e do seu partido é o respeito pela verdade. Ao contrário, a mentira «é parte integrante constitutiva, intrínseca, permanente» (p. 199) da política dos governos ao serviço do capital.

Fiéis a estes princípios e neles formados, os quadros constituem uma força determinante da acção e da influência partidárias.

A *organização partidária tem um duplo significado. Um, a disposição, arrumação e relação dos organismos e militantes, no quadro da estruturação, composição, funcionamento, competências e responsabilidades de organismos e organizações.*

Outro, num sentido lato, como «um instrumento, uma arma para a acção colectiva» (p. 177) na realização das mais variadas tarefas. Todas as iniciativas do partido — as campanhas, os comícios, as festas, as lutas de massas, o exercício de funções, exigem e implicam um grande trabalho de organização.

Na organização desempenham importante papel os organismos de direcção, funcionários, comissões junto do Comité Central, órgãos de imprensa e propaganda, meios técnicos e de transporte, centros de trabalho, património, recursos financeiros, etc.

A mobilização de todos estes meios e recursos intervém como força dinamizadora da actividade partidária (pp. 181-182). Estão ao serviço de todo o partido e «inseridos no funcionamento democrático e no trabalho colectivo» (p. 183). Fora o controlo colectivo pelos órgãos de direcção, são de combater tentativas por qualquer ou quaisquer militantes de controlar estes meios e recursos, ou seja, de controlar o chamado «aparelho».

A disciplina no Partido é um elemento inerente à organização e acção nos seus variados aspectos.

Nada tem a ver com a disciplina militar (p. 221), com uma obediência indiscutível a ordens do comando. No partido a disciplina é um «imperativo de acção e uma maneira natural de agir» (p. 213). «Uma pretensa disciplina cega, rígida e repressiva» (p. 230) é incompatível com os princípios do partido. Condenável é a tendência, que por vezes se manifesta em quem dirige, para dar ordens e impor, pela disciplina repressiva, a sua vontade e as suas decisões.

Daí não se poderem considerar isentos de nova reflexão os termos em que a disciplina é tratada nos Estatutos do partido. Dos 13 artigos consagrados nos Estatutos à disciplina, 11 são relativos a sanções.

O julgamento das infracções é apresentado como demasiado «penal», uma vez que se traduz, como regra, na aplicação de sanções (p. 216).

Segundo o ensaio, a disciplina é um conceito e deve ser uma prática incomparavelmente mais rica. Ou seja, «uma forma natural de agir e de proceder», uma «expressão da própria consciência e da própria vontade» (p. 218), «uma forma de integração voluntária e consciente no trabalho colectivo» (p. 219). Nos actos quotidianos, no cumprimento de horários, no andamento das reuniões, nos debates, em todas as actividades — a disciplina tem importante papel.

Demorou anos a adquirir-se. Sofreu posteriormente graves atropelos e relaxamentos. É tarefa a empreender o seu restabelecimento.

A *ideologia intervém na luta de classes como força material e inspiradora.*

Sendo a ideologia dominante na sociedade capitalista a ideologia das classes dominantes, tem particular importância para as classes exploradas a ideologia própria.

Na ideologia das classes exploradas, o marxismo-leninismo é um instrumento da análise da realidade e guia para a acção.

É um sistema de teorias que se fundem numa teoria revolucionária que «explica o mundo e indica como transformá-lo» (p. 36) acompanhando as transformações objectivas da sociedade. Não é um pensamento petrificado, mas uma teoria em constante enriquecimento com as lições da prática, a assimilação crítica do património teórico e o avanço das ciências no conhecimento do mundo real.

É um instrumento indispensável para a análise da realidade e a resposta às novas situações e aos novos fenómenos. É «um instrumento de investigação e um estímulo à criatividade» (p. 37).

A teoria revolucionária, dialéctica por natureza, contraria a cristalização de princípios, o espírito dogmático, a sacralização dos textos e as elaborações teóricas especulativas que se afastam das realidades objectivas.

Daí as «três partes constitutivas» do marxismo-leninismo: o materialismo dialéctico como base filosófica; a teoria económica relativa ao capitalismo cuja «pedra angular» é a lei da «mais-valia»; e a teoria do socialismo e do comunismo relativa ao objectivo histórico da construção de uma sociedade sem exploradores, nem explorados.

O marxismo enriqueceu-se com o desenvolvimento teórico realizado por Lênine, fundindo-se com o marxismo num todo coerente em que os dois elementos são inseparáveis. Quem rejeite o pensamento de Lênine, rejeita inevitavelmente o pensamento de Marx.

A *unidade do Partido é uma resultante da efectivação de todas as características fundamentais da sua identidade.*

Resultante da natureza de classe, a que correspondem ou devem corresponder a orientação e acção políticas e as grandes linhas da luta por objectivos de carácter social.

Da democracia interna, na qual a aplicação dos princí-

pios do centralismo democrático é poderoso instrumento de unificação da acção partidária.

Do trabalho de direcção, com a estreita ligação dos organismos dirigentes com a base do partido e orientações unificadoras relativas a todas as organizações.

De uma justa política de quadros, reforçando, formando e rejuvenescendo as fileiras comunistas com uma força coesa dinamizadora de toda a actividade.

De uma forte organização concebida como estrutura e como instrumento e arma aglutinadora.

Da firmeza ideológica, com a assimilação criativa dos princípios da teoria revolucionária, dando uma base inspiradora e unificadora ao pensamento e à orientação.

E ainda do trabalho colectivo, da concepção do «grande colectivo partidário», como característica fundamental, envolvente e unificadora, de todos os outros elementos do pensamento, da vida e da actividade do partido.

Em todos estes elementos, «distintos mas complementares» (p. 231) assenta a unidade do partido.

Se estes traços básicos do «estilo de trabalho» não são assegurados, geram-se os mais variados fenómenos negativos afectando a unidade.

Ao contrário, a vitalidade desses elementos é condição para garantir a unidade que, como no ensaio se salienta, é «cimento da força do partido» (p. 241).

Na situação que existe actualmente, muito diferente da existente na altura em que o ensaio foi escrito, torna-se oportuno sublinhar todos estes elementos da unidade do partido e considerar a necessidade de inscrever na ordem do dia orientações e decisões necessárias para que sejam assegurados.

C om este breve resumo de ideias fundamentais desenvolvidas no ensaio, concluímos o Prefácio. Procurámos com ele facilitar ao leitor uma prévia e rápida apreensão do

conjunto das matérias e suscitar-lhe assim um renovado interesse para empreender a leitura ou releitura do livro.

Sendo o ensaio em si uma reflexão, como proposta de reflexão sobre as ideias expostas e a sua actualidade é reeditado. Esperamos que se confirmará ter valido a pena a iniciativa.

Janeiro de 2002

Álvaro Cunhal

edições
Avante!



edições
Avante!

INTRODUÇÃO

Destina-se este livro tanto aos membros do Partido como àqueles que de fora o observam.

Para os membros do Partido, o interesse estará em serem abordados muitos dos traços característicos e típicos da actividade partidária no terreno da ideologia, da acção política, do estilo de trabalho, do funcionamento e da vida interna.

O PCP possui ricas experiências, institucionalizadas entretanto apenas pela força da prática, por tratamento político e ideológico disperso e pelo empenhamento criativo dos militantes. Considerou-se útil que tais experiências de validade já demonstrada não corram o risco de lhes ser atribuído apenas valor conjuntural, antes se traduzam em princípios que possam informar a orientação e a prática futuras.

O facto de a publicação deste trabalho ter sido aprovada pela Comissão Política do Comité Central é indicativo da existência a este respeito de uma firme e clara opinião colectiva.

Para aqueles que de fora observam o PCP e queiram com seriedade formar uma opinião sobre ele, decerto interessa saber como os comunistas concebem, constroem, explicam e desejam o seu próprio Partido.

Propomo-nos dizer com verdade como somos, como pensamos, como actuamos, como lutamos, como vivemos, nós, os

comunistas portugueses. Tudo será dito, tornando transparentes as paredes do nosso Partido, de forma a que quem está de fora possa observar o Partido como que através de paredes de vidro.

De dentro para nós, comunistas, de fora para quem nos observa, o PCP é uma sólida realidade na sociedade portuguesa. Partido que confia no povo e no qual grande parte do povo confia. Partido que olha o seu futuro com confiança, porque com confiança olha o futuro do povo português e de Portugal.

edições
Avante!

1
ÉPOCA GLORIOSA
NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

edições
Avante!



UM IDEAL PELO QUAL VALE A PENA LUTAR

Donde nos vem a nós, comunistas portugueses, esta alegria de viver e de lutar? O que nos leva a considerar a actividade partidária como um aspecto central da nossa vida? O que nos leva a consagrar tempo, energias, faculdades, atenção, à actividade do Partido? O que nos leva a defrontar, por motivo das nossas ideias e da nossa luta, todas as dificuldades e perigos, a arrostar perseguições, e, se as condições o impõem, a suportar torturas e condenações e a dar a vida se necessário?

A alegria de viver e de lutar vem-nos da profunda convicção de que é justa, empolgante e invencível a causa por que lutamos.

O nosso ideal, dos comunistas portugueses, é a libertação dos trabalhadores portugueses e do povo português de todas as formas de exploração e opressão.

É a liberdade de pensar, de escrever, de afirmar, de criar.

É o direito à verdade.

É colocar os principais meios de produção, não ao serviço do enriquecimento de alguns poucos para a miséria de muitos mas ao serviço do nosso povo e da nossa pátria.

É erradicar a fome, a miséria e o desemprego.

É garantir a todos o bem-estar material e o acesso à instrução e à cultura.

É a expansão da ciência, da técnica e da arte.

É assegurar à mulher a efectiva igualdade de direitos e de condição social.

É assegurar à juventude o ensino, a cultura, o trabalho, o desporto, a saúde e a alegria.

É criar uma vida feliz para as crianças e anos tranquilos para os idosos.

É afirmar a independência nacional na defesa intransigente da integridade territorial, da soberania, da segurança e da paz e no direito do povo português a decidir do seu destino.

É a construção em Portugal de uma sociedade socialista correspondendo às particularidades nacionais e aos interesses, às necessidades, às aspirações e à vontade do povo português — uma sociedade de liberdade e de abundância, em que o Estado e a política estejam inteiramente ao serviço do bem e da felicidade do ser humano.

Tal sempre foi e continua a ser o horizonte na longa luta do nosso Partido.

No momento actual — que se insere na revolução democrática e nacional portuguesa — nós, os comunistas portugueses, lutamos sem hesitações nem desfalecimento em defesa das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos dos camponeses, do Poder Local democrático e das outras grandes conquistas de Abril.

Lutamos em defesa do regime democrático.

Lutamos para que Portugal não seja de novo entregue aos grandes monopolistas e latifundiários que exploraram e tiranizaram o povo português durante quase meio século de ditadura fascista.

Lutamos para que Portugal retome o caminho de liberdade, de democracia, de independência, de progresso social e de paz aberto pela revolução dos cravos.

Tanto em relação aos nossos superiores objectivos como em relação aos objectivos da revolução democrática e nacional,

por que lutámos e lutamos, há quem nos acuse de tomarmos os desejos por realidades. A verdade é que temos plena consciência de que o nosso Partido, não só é a força política mais consequente na defesa do regime democrático como desempenha em Portugal o papel de força motora da luta emancipadora da classe operária, das massas exploradas e oprimidas.

Não se trata de correr atrás da utopia. A Revolução de Abril confirmou que, nos longos anos de ditadura fascista, não foi correr atrás da utopia lutar pela liberdade. E a evolução mundial do nosso século já mostrou que os homens podem transformar em realidade sonhos milenários.

O PROCESSO IRREVERSÍVEL DA LIBERTAÇÃO HUMANA

Nós, comunistas do século xx, temos a felicidade de viver e de intervir como força política determinante numa época gloriosa da história da humanidade: a época assinalada pela liquidação da divisão da sociedade em classes antagónicas e pela consequente liquidação da exploração do homem pelo homem.

A evolução mundial no século xx ficará marcada séculos fora pelo avanço impetuoso e irresistível da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

O imperialismo, embora ainda poderoso, perdeu a iniciativa histórica e entrou na época da sua agonia como sistema mundial. A evolução da sociedade humana no último meio século tem a caracterizá-la sucessivas derrotas do imperialismo e sucessivas vitórias de revoluções sociais e de lutas de libertação nacional.

Recusando-se a aceitar as novas realidades do mundo de hoje, o imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano, utiliza contra o processo de transformação social colossais meios materiais e ideológicos.

Apoia e ajuda as classes parasitárias detentoras do Poder para continuarem a impor a exploração aos povos respectivos. Apoia as ditaduras fascistas, os regimes mais reaccionários, as medidas de repressão mais brutal contra os trabalhadores e os povos em luta. Utiliza contra as revoluções meios financeiros, económicos, diplomáticos, políticos e militares. Organiza bloqueios, sabotagens, atentados, subversões, redes, grupos e acções terroristas. Desencadeia agressões militares e guerras não declaradas. Na sua expressão mais aventureirista e irresponsável, como é na actualidade o governo Reagan dos Estados Unidos, lança a corrida aos armamentos nucleares e à militarização do espaço, e desencadeia uma política de verdadeira cruzada anticomunista e anti-soviética, pondo em perigo a paz mundial e a existência da humanidade.

No plano ideológico, o imperialismo desenvolve uma colossal campanha tentando convencer os povos das virtualidades e da força do capitalismo e de que o ideal comunista perdeu a perspectiva de realização.

Contrariando os desígnios, a acção e a propaganda do imperialismo, os factos aí estão para mostrar o sentido da evolução universal.

Em pouco mais de meio século, a partir da Revolução de Outubro de 1917, que instaurou o primeiro Estado de operários e camponeses, os trabalhadores e os povos do mundo alcançaram vitórias históricas irreversíveis. Novas revoluções socialistas vitoriosas. Criação do sistema mundial do socialismo. Derrocada do centenário sistema colonial. Conquista da independência e constituição de novos Estados por povos de há muito submetidos à dominação imperialista. Afirmção da classe operária em numerosos países como força determinante da evolução social.

Uma tão profunda transformação, estendendo-se a todos os continentes, implica processos revolucionários complexos e acidentados, em que a agudeza dos conflitos é tanto maior quanto mais insistentes e violentas são em cada país as tentativas contra-revolucionárias e as ingerências e intervenções externas do imperialismo.

Alargando-se a países e a sociedades com as mais variadas estruturas económicas e sociais, o processo revolucionário mundial traduz-se necessariamente numa extrema irregularidade e diversidade, em formas variadas de acção, em caminhos de desenvolvimento diferenciados, inesperados e imprevistos.

A vida comprova que nem há «modelos» de revoluções nem «modelos» de socialismo.

Há leis gerais de desenvolvimento social que em toda a parte se verificam. Há características fundamentais (relativas ao modo de produção e às relações de produção) das formações sociais e económicas que se sucedem na história. Num processo universal pelo seu carácter há experiências de validade universal. Mas as particularidades e originalidades das situações e processos, incluindo a influência de factores internacionais, determinam e exigem uma crescente diversidade de soluções para os problemas concretos que em cada país se colocam às forças de transformação social.

Sucede que triunfam revoluções que se teriam de considerar erradas ou impossíveis à luz das experiências conhecidas. E entretanto, do ponto de vista histórico, forçoso é concluir que o caminho foi certo porque se não pode considerar errada uma revolução que triunfa.

Sinal da universalidade do processo de transformação social é o facto (previsto em termos gerais pelos mestres do comunismo) de que a construção do socialismo é empreendida em países onde as relações de produção capitalista estão ainda muito atrasadas, mesmo incipientes, e onde a classe operária apenas desponta como força social.

Um dos acontecimentos mais maravilhosos e surpreendentes do processo revolucionário dos nossos dias é o facto de que povos que se libertaram do jugo colonial e conquistaram a independência se recusam ao desenvolvimento capitalista e, apesar das extraordinárias dificuldades resultantes das estruturas económicas e da composição de classe da sociedade, escolhem resolutamente o caminho do socialismo.

É o homem que, com a sua consciência, a sua acção e a sua luta, determina o curso da história. Os homens são os obreiros das transformações sociais. São os criadores da história. O avanço do processo revolucionário é assegurado pela vontade e a luta das forças revolucionárias.

Embora num processo extraordinariamente irregular e conturbado, pleno de contradições, assinalado por vitórias e por derrotas, esse avanço é não só necessário como inevitável.

Se é erróneo erigir à categoria de leis objectivas experiências de valor temporal ou meras suposições resultantes de uma análise superficial dos fenómenos, constitui um erro basilar negar a existência de leis cientificamente determinadas, que indicam os processos objectivos do desenvolvimento social.

Por isso dizemos que o avanço do processo revolucionário é não só necessário como inevitável.

Necessário e inevitável não apenas porque esse é o desejo e a vontade das forças revolucionárias. Necessário e inevitável porque a luta contra o imperialismo e por uma sociedade nova com novas relações de produção corresponde às leis objectivas da evolução social, leis que, na época actual, conduzem, *através da acção humana*, através da luta das forças revolucionárias, à passagem da formação social e económica do capitalismo para a formação social e económica do socialismo.

Na época actual, todos os caminhos do progresso social acabarão por conduzir ao socialismo. Esse é o traço distintivo que assinalará na história universal a época que vivemos.

UMA DOCTRINA QUE EXPLICA O MUNDO E INDICA COMO TRANSFORMÁ-LO

O caminho da libertação dos trabalhadores e dos povos foi descoberto e é definido e iluminado pelo marxismo-leninismo.

O marxismo-leninismo é um sistema de teorias que explicam o mundo e indicam como transformá-lo.

Os princípios do marxismo-leninismo constituem um instrumento indispensável para a análise científica da realidade, dos novos fenómenos e da evolução social e para a definição de soluções correctas para os problemas concretos que a situação objectiva e a luta colocam às forças revolucionárias.

A assimilação crítica do património teórico existente e da experiência revolucionária universal é arma poderosa para o exame da realidade e para a resposta criativa e correcta às novas situações e aos novos fenómenos.

O marxismo-leninismo surgiu na história como um avanço revolucionário no conhecimento da verdade sobre o mundo real — sobre a realidade natural, sobre a realidade económica e social, sobre a realidade histórica, sobre a realidade da revolução e do seu processo.

O marxismo-leninismo é uma explicação da vida e do mundo social, um instrumento de investigação e um estímulo à criatividade.

O marxismo-leninismo, na imensa riqueza do seu método dialéctico, das suas teorias e princípios, é uma poderosa arma para a análise e a investigação que permite caracterizar as situações e os novos fenómenos e encontrar para umas e outros as respostas adequadas.

É nessa análise, nessa investigação e nessas respostas postas à prova pela prática que se revela o carácter científico do marxismo-leninismo e que o PCP se afirma como um partido marxista-leninista.

Rejeitam-se por isso simultaneamente duas atitudes em relação à teoria.

A primeira é *a cristalização de princípios e conceitos* que impossibilita a interpretação da realidade actual porque ignora ou despreza os novos, constantes e enriquecedores conhecimentos e experiências.

Tal atitude tem razões diversas e expressões diversas. Pode resultar da impreparação que leva facilmente a ver como ver-

dades eternas os princípios com os quais pela primeira vez se contacta. Pode resultar do espírito dogmático que, mesmo quando possuidor de todos os conhecimentos necessários para o progresso das ideias, se recusa a aplicá-los de forma criativa.

Um dos aspectos mais correntes desse espírito dogmático é a sacralização dos textos dos mestres do comunismo, a substituição da análise das situações e dos fenómenos pela transcrição sistemática e avassaladora dos textos clássicos como respostas que só a análise actual pode permitir. Com tais critérios dir-se-ia que alguns colocam como tarefa, não aprender com os clássicos para explicar e transformar o mundo mas citar o mundo para provar a onisciência dos clássicos.

O estudo dos textos não dispensa o estudo da vida. A teoria surge da prática e vale para a prática. É na prática que se pode tornar uma força material.

Um marxista-leninista jamais pode opor os textos às realidades. Jamais pode desmentir uma realidade que lhe surge no caminho sob pretexto de que os mestres não a haviam previsto. Não pode, por exemplo, opor às revoluções libertadoras vitoriosas dos povos coloniais e ao ruir do colonialismo a tese de Lénine (inteiramente justificada na sua época) de que os povos oprimidos de África se não poderiam libertar antes da revolução libertadora do proletariado dos países opressores. Se se revela uma contradição entre o texto clássico e a nova realidade, a tarefa do marxista-leninista é examinar, aprender, explicar essa realidade, utilizando para tal as poderosas armas teóricas que lhe dão os mestres do comunismo.

Não se é marxista-leninista só porque se dão vivas ao marxismo-leninismo e se afirma a fidelidade aos princípios, se estes são compreendidos como petrificados e alheios à realidade em que se luta. Tão importante como um partido afirmar-se marxista-leninista é sê-lo de facto.

A segunda atitude em relação à teoria que o PCP rejeita é *a tentativa de responder às novas situações através de uma elaboração teórica especulativa e apriorística*, desprezando ou rejeitando os princípios do marxismo-leninismo e as

experiências de validade universal do movimento revolucionário.

Nesta atitude é muito vulgar a preocupação da «novidade», cuidando-se que é certa apenas porque aparece como algo de novo e renovador.

Inscreve-se nessa atitude a absurda tentativa de separar o marxismo e o leninismo, afirmando entretanto que a fidelidade ao marxismo é compatível com o abandono do leninismo.

Afinal o que dizem rejeitar de Lénine? Mesmo em países de capitalismo desenvolvido, dizem rejeitar o papel revolucionário e de vanguarda da classe operária substituindo-o efectivamente pelo papel de vanguarda dos intelectuais e da pequena burguesia urbana. Dizem rejeitar a concepção de aliança da classe operária com o campesinato substituindo-a por uma aliança indefinida de forças sociais heterogéneas. Dizem rejeitar a teoria do Estado e a teoria do Partido. Dizem rejeitar a crítica leninista à democracia burguesa e ao parlamentarismo burgueses como formas políticas de opressão económica e social e descobrem-lhes valores que sobrepõem aos objectivos da emancipação social. Dizem rejeitar métodos revolucionários de acesso da classe operária ao Poder.

Julgando separar Lénine de Marx para o renegar, acabam por renegar também Marx, pois todas essas teses deformadas, caricaturadas e rejeitadas, embora desenvolvidas por Lénine, fazem parte das ideias básicas do marxismo.

Sucede assim que, lançados na especulação, os novos teóricos, sem darem por isso, apresentam como conclusões novas e criadoras o que não é mais do que a reposição de velhos, ultrapassados e desacreditados conceitos.

Nada de admirar que, abandonando Lénine, acabem por cair, no plano político, em concepções que em numerosos aspectos se identificam ou confundem com as do reformismo e da social-democracia.

O marxismo-leninismo é, por um lado, intrinsecamente antidogmático: é, por outro lado, contrário à elucubração teó-

rica que não tem como fundamento sólido a prática e a experiência.

O marxismo-leninismo é uma doutrina em movimento, constantemente enriquecida pelo avanço da ciência, pelos novos conhecimentos, pelos resultados da análise dos novos fenómenos, pela riquíssima e variada experiência do processo revolucionário.

Tendo passado 102 anos desde a morte de Marx e 61 anos desde a morte de Lénine, o marxismo-leninismo foi enriquecido, no que respeita às ciências sociais, pela contribuição dada pelos mais diversos partidos na crescente diversificação e complexidade do processo revolucionário.

O enriquecimento e desenvolvimento do marxismo-leninismo é obra colectiva, resultante das experiências da luta e do trabalho teórico criativo do movimento comunista internacional e de cada um dos seus destacamentos — entre os quais, naturalmente, o Partido Comunista Português.

A EXPERIÊNCIA ACUMULADA E AS NOVAS EXPERIÊNCIAS

A experiência é uma das mais sólidas raízes da teoria e uma das mais sólidas bases da orientação e actuação correctas de um partido.

Há muitos tipos de experiência. De um partido, de um organismo, de um militante. Há experiências de âmbito mais geral e experiências de âmbito limitado. Há experiências de validade mais ou menos perdurável.

A experiência pode traduzir-se em termos gerais. Pode permitir o avanço ideológico e teórico. Pode possibilitar a descoberta de leis objectivas. Em qualquer caso, é sempre uma afirmação do concreto. A experiência resulta do concreto e afere-se no concreto.

Uma experiência pode respeitar a um único acontecimento. Mas a experiência constitui o conhecimento, em relação a uma

mesma problemática, da intervenção de factores objectivos e subjectivos, de soluções diferentes, de resultados positivos ou negativos dessas soluções, de formas e métodos de intervir, de dirigir, de executar.

A experiência revolucionária põe a consciência e a acção em confronto com a realidade. Pode confirmar, alterar, contrariar, corrigir conhecimentos e ideias anteriores. Em qualquer caso, cada nova experiência enriquece a experiência anterior.

Experiência é memória. Mas a memória não pode significar a pretensão de como norma repetir a experiência passada numa nova situação concreta. A memória da experiência implica a memória da maior das experiências: a experiência de que na luta revolucionária se devem ter sempre em conta as situações concretas.

No domínio da táctica, por exemplo, o Partido tem de ter a agilidade, a flexibilidade, a maleabilidade, a rapidez e a prontidão para descobrir e compreender as novas situações e encontrar as respostas adequadas.

A experiência não limita nem contraria, antes impulsiona e possibilita a criatividade revolucionária.

Ao considerar-se a formação, enriquecimento, valor e aplicação da experiência, três aspectos principais são de considerar.

O primeiro aspecto a considerar é *o valor da experiência passada e o valor das novas experiências*.

A experiência passada acumulada pelo Partido é um verdadeiro arsenal de armas eficazes na acção política, na luta de massas, na vida interna do Partido.

Mas a actividade partidária traz cada dia numerosas experiências, novas, diversificadas, por vezes imprevistas.

É um erro contrapor precipitadamente as novas experiências às experiências passadas. Mas é igualmente um erro (por vezes uma incapacidade) a recusa a examinar, a compreender, a assimilar, a aceitar as novas experiências, opondo-lhes as experiências passadas como verdades absolutas.

A inovação pela inovação é tão errada e perigosa como o imobilismo.

Depois de 48 anos de actividade clandestina, com a Revolução de Abril, o Partido foi confrontado com condições completamente novas, para as quais não havia experiência própria acumulada.

Se a Direcção do Partido, com longa experiência passada, fechasse a sua atenção às transformações dos tempos, às novas realidades, à necessidade de novas respostas e às novas experiências, mostrar-se-ia a breve trecho completamente incapaz de traçar uma orientação justa e de conduzir a actividade do Partido.

Sem perder de vista as riquíssimas experiências do passado, foi por ter procurado dar soluções adequadas à nova situação que o Partido, conquistada a legalidade com a revolução, foi capaz de intervir na vida nacional e no processo revolucionário como força política determinante.

O segundo aspecto a considerar é *a relação entre a experiência colectiva e a experiência individual*.

A experiência acumulada, cujo exame e conhecimento são essenciais — embora abranja uma infinidade de experiências individuais e contenha sempre ensinamentos e novidades a receber da experiência individual de cada militante —, é sempre uma experiência colectiva.

Da mesma forma, as novas experiências que se vão alcançando, tendo embora muitas componentes individuais, são essencialmente experiências colectivas.

Uma experiência individual merece atenção. Mas só tem valor como experiência partidária quando aferida ou comprovada por outras experiências individuais, quando passe a ser uma experiência válida para o colectivo.

Cada militante e cada organismo não podem bastar-se com a sua própria experiência, mesmo que esta tenha valor elevado e insubstituível. Têm absoluta necessidade da experiência dos outros militantes, organismos e organizações e da experiência colectiva e global do Partido.

Os que sobrevalorizam a experiência própria, fecham os olhos à experiência dos outros e contrapõem sistematicamente sem exame crítico a sua experiência própria à experiência dos

outros, e, mais grave ainda, à experiência colectiva acumulada, correm direito a grandes erros e insucessos.

A verdadeira experiência é uma resultante de outras experiências.

O terceiro aspecto a considerar é *a relação entre a experiência própria do Partido e a experiência dos outros partidos, do movimento comunista internacional, do movimento revolucionário em geral.*

A experiência alheia é do mais alto valor. É imprescindível para o acerto da própria actividade.

A experiência do movimento revolucionário mundial e, no concreto, a experiência dos outros partidos comunistas e operários constituem uma contribuição sem a qual qualquer partido tem extrema dificuldade em se orientar correctamente.

Há experiências de validade universal, cuja riqueza permite importantes desenvolvimentos teóricos e inclusivamente a descoberta de leis objectivas da evolução social.

Fechar os olhos à experiência internacional acumulada e sobrestimar e, por vezes, querer generalizar a experiência própria (ou o que se julga ser a experiência própria) conduz inevitavelmente a graves erros e fracassos.

É porém igualmente errado e perigoso não ter em conta as diferenças de situação e a realidade em que se actua, subestimar a experiência própria e as suas potencialidades, e copiar mecanicamente as experiências alheias.

Na sua aplicação, a experiência deve ter em conta a semelhança da situação alheia e própria, mas tem também de ter em conta as diferenças distintivas.

Por mais ricas que sejam, as experiências alheias devem ser examinadas, estudadas, consideradas de forma crítica, confrontadas com a realidade em que se actua e utilizadas ou aplicadas de forma criativa sempre com os olhos atentos às lições da vida.

Em partidos de criação recente, a experiência de outros partidos pode tornar-se em muitos aspectos dominante. Em muitos casos, a experiência dos outros é por sua vez posta à experiência, antes de ser assimilada.

Mas, na medida em que um partido se desenvolve, não só ganha maior capacidade para assimilar de forma crítica as experiências de outros partidos como adquire a sua própria experiência, que passa a ser um ponto de referência e um ângulo de visão obrigatório na apreciação e assimilação das experiências dos outros.

Em resumo, a experiência é uma lição do passado válida para numerosas situações no presente. E é uma lição do presente para cada hora que se vive. A experiência é uma lição em movimento, que se confirma, que se corrige, que se modifica, que se enriquece cada dia e cada hora.

É tarefa do Partido estudar, assimilar, complementar, ajustar e enriquecer a experiência, como elemento capital para a sua correcta e eficiente orientação e actividade.

O PROGRAMA DOS COMUNISTAS PORTUGUESES

O VI Congresso do PCP, realizado em 1965, nove anos antes do 25 de Abril, tem direito ao título de Congresso do Programa.

De facto foi no VI Congresso e no seguimento de uma profunda análise e de um largo debate da situação nacional em todos os seus aspectos, que foi aprovado o Programa do Partido Comunista Português, definindo como via para o derrubamento da ditadura fascista a insurreição, o levantamento nacional, popular e militar, que aprofundou e, em vários aspectos rectificou, o Programa do Partido Comunista Português para a Conquista da Democracia e a Melhoria das Condições de Vida do Povo Português que havia sido aprovado no V Congresso, realizado em 1957.

A análise da realidade e da situação portuguesa conduziu a algumas conclusões de capital importância.

A primeira: *o grau de desenvolvimento do capitalismo*, caracterizado como capitalismo monopolista de Estado, com

dois traços aparentemente contraditórios: por um lado, o elevado grau de desenvolvimento das relações de produção capitalistas e de concentração e centralização do capital e, por outro lado, o atraso do desenvolvimento das forças produtivas.

A segunda: *a natureza de classe do poder político*, definido como o poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, poder exercido sobre e contra a classe operária, os empregados, o campesinato (pequenos e médios agricultores), os intelectuais, a pequena burguesia urbana, sectores da média burguesia.

A terceira: *a forma de dominação política* das classes governantes, ou seja, a ditadura fascista, com a privação das mais elementares liberdades e o uso da repressão e do terror.

A quarta: *a questão nacional e colonial*, apresentando duas realidades também contraditórias (a submissão de Portugal ao imperialismo e o domínio colonial português), tendo como resultante a dependência nacional.

O Programa concluiu que «a etapa actual da revolução é *uma revolução democrática e nacional*» e definiu, em conformidade, *oito objectivos fundamentais*:

- 1.º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;
- 2.º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral;
- 3.º Realizar a reforma agrária, entregando a terra a quem a trabalha;
- 4.º Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral;
- 5.º Democratizar a instrução e a cultura;
- 6.º Libertar Portugal do imperialismo;
- 7.º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência;
- 8.º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

Embora haja um inter-relacionamento entre todos os pontos, os cinco primeiros respeitam ao carácter democrático da

revolução, beneficiando a maioria esmagadora da população portuguesa. Os três últimos ao carácter nacional, assegurando a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do País.

Destes oito objectivos, o Programa salientou que a instauração das liberdades democráticas, a destruição do Estado fascista e a sua substituição por um Estado democrático constituíam *«um objectivo central da revolução democrática e nacional e uma condição primeira e indispensável para a realização dos seus outros objectivos»*.

Como primeiro passo após o derrubamento da ditadura fascista, o Programa colocou a subida ao Poder de um governo provisório (com representantes das forças democráticas e patrióticas, incluindo o PCP), cujas tarefas políticas fundamentais seriam a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma assembleia constituinte, à qual caberia a missão de determinar a organização e a forma do futuro regime democrático.

Tanto a revolução e o seu curso como as tentativas de golpes reaccionários e o processo contra-revolucionário desencadeado a partir de 1976 comprovaram inteiramente o rigor da análise da situação portuguesa feita pelo Partido e a justeza da caracterização da revolução democrática e nacional e da definição dos seus objectivos.

Os acontecimentos mostraram como a instauração da democracia política exigiu objectivamente a liquidação, não apenas do poder político mas também do poder económico dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

Mostraram que, para conseguir viver em liberdade, o povo português teve de proceder (tal como o Programa do Partido indicara) a reformas profundas das estruturas socioeconómicas.

A nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia e a Reforma Agrária surgiram de forma natural e quase inevitável no processo de formação do novo regime democrático.

O carácter científico da análise feita pelo PCP e do seu Programa pode aferir-se hoje, mais de 10 anos passados sobre

o 25 de Abril, pelo facto de os objectivos definidos quase nos parecerem previsões.

No período do fluxo revolucionário, quase todos os objectivos fundamentais definidos no Programa do PCP foram atingidos. As graves consequências para a jovem democracia de alguns o não terem sido foi também indicado com rigor no Programa.

«Pode admitir-se», esclarece o Programa numa observação de grande alcance ideológico e político, «que alguns destes objectivos só numa etapa ulterior da revolução venham a ser completamente realizados. Mas *sem a realização de todos eles, a revolução democrática e nacional não estará acabada e não estará assegurado o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa.*»

Esta passagem do Programa foi literalmente comprovada e conserva inteira actualidade em meados de 1985.

Apesar de se ter instaurado um regime democrático — o mais democrático da Europa capitalista —, o facto de que se não procedeu na escala necessária à democratização do Estado e não se edificou um Estado democrático, o facto de que a revolução não libertou Portugal do imperialismo, os golpes dados nas nacionalizações, na Reforma Agrária e outras conquistas da revolução impediram que fosse *asegurado* «o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa».

Críticos e detractores atribuem com frequência ao PCP o projecto de reformas económicas e sociais com sacrifício da democracia política.

Nada mais falso.

O Programa do Partido indica como medidas relativas à formação de um Estado democrático «a instauração e garantia da liberdade sindical, de palavra, de imprensa, de associação, de reunião, de greve e de manifestação»; «a inviolabilidade da correspondência e do domicílio»; «a liberdade de consciência e de divulgação de crenças e de ideias»; «a garantia da prática do culto».

Estes objectivos continuam sendo objectivos de primeiro plano da revolução democrática e nacional portuguesa, cujo de-

envolvimento a partir de 1976 foi comprometido pela política contra-revolucionária de sucessivos governos.

Houve quem estranhasse que, após o 25 de Abril, os quatro congressos do PCP realizados tenham ratificado e mantido, com pequenas alterações, relativas apenas às mudanças da situação nacional, um Programa do Partido aprovado 9 anos antes do 25 de Abril.

Foi justa a decisão.

O programa de um partido não deve considerar-se como um programa de governo, relativo ao curto período da sua gestão, mas como a definição dos objectivos e das medidas necessárias *numa etapa determinada da evolução social e política*.

A revolução democrática e nacional foi começada, mas está ainda por completar. Por isso se mantém inteiramente válido o Programa do PCP.

Programa para uma etapa determinada da luta do povo português. Mas com uma mais ampla perspectiva de desenvolvimento.

As grandes tarefas na etapa actual são as da revolução democrática e nacional. Mas o PCP — precisamente porque é um partido comunista — mantém como seu objectivo a construção do socialismo e do comunismo em Portugal.

Confirmando o texto primitivo aprovado em 1965, o VII Congresso, realizado em Novembro de 1974, sublinhou que «instaurado o regime democrático, abrem-se grandes possibilidades de um desenvolvimento pacífico do processo revolucionário, podendo ser realizadas profundas reformas sociais no quadro da legalidade democrática e de acordo com a vontade expressa do povo português».

Como sublinha o Programa, a revolução democrática e nacional abre perante a classe operária e as massas populares «a perspectiva luminosa do socialismo e do comunismo».

O PCP NA REVOLUÇÃO DE ABRIL

De todos os partidos, o PCP foi o único que propôs ao povo português com clareza e verdade os objectivos que considerava essenciais na revolução democrática e que constavam e constavam do seu Programa.

Foi o único que se mostrou sempre coerente com a política que propunha. O único cujas palavras tiveram sempre correspondência nos actos. O único que falou verdade ao povo e que foi fiel à sua palavra.

Outros partidos proclamaram programas que depois renunciaram. Apoiaram medidas contra as quais depois se insurgiram. Diziam estar com os trabalhadores e conspiravam com os multimilionários fascistas. Todos se declararam pelo «socialismo», tudo fazendo entretanto para defender e manter os monopólios e os latifúndios. Diziam estar com a revolução e procuraram sabotá-la e comprometé-la. A pretexto por vezes de impedirem supostos «golpes comunistas», que eles próprios inteiramente inventavam, mais que uma vez organizaram verdadeiros golpes, cujo objectivo era liquidar a jovem democracia portuguesa em formação.

De todas as forças políticas, o PCP foi o mais consequente e firme lutador pelas liberdades democráticas. Não apenas para que fossem instauradas. Também para que fossem defendidas.

Assim foi logo nos primeiros dias da revolução. Assim foi em Julho e Setembro de 1974. Assim foi em 11 de Março de 1975. Assim foi antes e após o 25 de Novembro. Assim tem sido desde então e continua a ser na actualidade.

A Revolução de Abril comprovou inteiramente a tese do PCP de que, nas condições existentes em Portugal, a instauração da democracia política depois de 48 anos de ditadura fascista era inseparável da liquidação daquelas estruturas socioeconómicas que, com a acção do governo fascista e apoiadas no terror fascista, haviam obtido o completo domínio da economia portuguesa: os monopólios (associados ao imperialismo) e os latifúndios.

A liquidação dos monopólios com as nacionalizações e a liquidação dos latifúndios com a Reforma Agrária, não só constituíram reformas económicas e sociais de alcance histórico como constituíram medidas indispensáveis da defesa das liberdades e da democracia política.

Após o 25 de Abril de 1974, as sucessivas tentativas de grave limitação e mesmo de liquidação das liberdades democráticas e da democracia política andaram sempre a par das tentativas de recuperação do poder económico por parte dos grupos monopolistas e dos latifundiários, apoiados por forças políticas e militares participantes nos órgãos de soberania.

O PCP, com os trabalhadores e com as massas populares, deu uma contribuição em muitos aspectos determinante para que estas conquistas fossem alcançadas e para que, ante as ofensivas contra-revolucionárias dos últimos 9 anos, fossem defendidas palmo a palmo e se mantivessem de pé, apesar dos profundos golpes sofridos.

Deu uma contribuição, em muitos aspectos determinante, para que ficassem, como ficaram, consagradas na Constituição da República, como parte integrante do regime democrático português.

Alterada a correlação de forças nos órgãos de soberania, a contra-revolução passou à ofensiva. Para destruírem o regime democrático e as suas conquistas consagradas na Constituição, todos os outros grandes partidos se coligaram em sucessivos governos. Tentaram todas as coligações possíveis entre dois partidos: PS/CDS, CDS/PSD, PSD/PS. Desrespeitando a Constituição e a legalidade democrática, abusando do Poder, utilizando o arbítrio e a repressão, desencadearam constantes ofensivas. Tentaram novos golpes mortais contra o regime democrático.

Com vistas à liquidação completa do regime democrático consagrado na Constituição, elaboraram e puseram em prática sucessivos planos. Foi o plano «AD» de 1980 que devia culminar com a eleição do general Soares Carneiro para a Presidência da República. Foi o plano «AD»/Mário Soares em 1982 que, com a revisão da Constituição, a liquidação do Conselho

da Revolução, a diminuição dos poderes do Presidente da República e a aprovação da Lei de Defesa Nacional, devia culminar pelo assalto às forças armadas dirigido pelo então ministro da Defesa, Freitas do Amaral. Foi o plano da coligação PS/PSD que devia culminar por «pacotes» legislativos, visando a completa destruição dos aspectos essenciais do regime democrático.

O PCP, com os trabalhadores e com as massas populares, desmascarou e fez frente a esses planos e deu uma contribuição em muitos aspectos determinante para a derrota e a demissão dos sucessivos governos e o fracasso dos respectivos planos subversivos.

O isolamento do PCP entre os grandes partidos impediu ao nível das instituições que se derrotasse completamente no imediato as forças e planos contra-revolucionários. Mas aumentou ao mesmo tempo o prestígio, a autoridade, a influência de massas e o reforço orgânico do PCP — factor fundamental para fazer frente à contra-revolução, para que possa vir a concretizar-se uma alternativa democrática com a formação de um governo democrático, para que Portugal retome o caminho da liberdade, do progresso social, da independência e da paz aberto pela revolução dos cravos.

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO

O PCP tem consigo, como prova de mérito e como marca profunda na sua existência, o valor do seu passado de luta nas condições do terror fascista e da sua actividade dedicada e coerente nos onze anos decorridos desde o 25 de Abril de 1974. Na sequência dessa existência e dessas provas, afirma-se, na vida nacional presente, como o grande partido dos trabalhadores, do povo, da democracia, de Portugal de Abril e das suas conquistas.

São credenciais que nenhum outro partido pode apresentar ao povo português.

Todos os partidos que existiam na altura do golpe militar de 28 de Maio de 1926 desapareceram da cena política nacional.

O Partido Democrático e o Partido Republicano cessaram de seguida as suas actividades. O Partido Socialista decidiu em 1933 a sua autodissolução. As organizações anarquistas, depois de uma efémera reanimação nos anos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), foram destroçadas e liquidadas pela repressão. Antifascistas de várias tendências formaram por vezes grupos mais ou menos activos. Mas, com a excepção do PCP, os partidos políticos desapareceram completamente no tempo da ditadura. O actual Partido Socialista, que invoca a sua suposta existência anterior ao 25 de Abril, só em 1973, já nas vésperas do derrubamento da ditadura, foi constituído na República Federal da Alemanha.

Assim, nos 48 anos de ditadura fascista, o PCP foi praticamente o único partido existente, o único a conduzir de forma organizada, permanente e contínua a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, o único a travar uma luta sem tréguas pela liberdade e a democracia.

Os comunistas pagaram a sua dedicação com pesados sacrifícios. Vidas inteiras consagradas à luta clandestina. Milhares de homens e mulheres perseguidos, presos, torturados, encerrados nas prisões durante longos anos. Alguns mais de 20 anos. Alguns, conhecidos e procurados pela PIDE, mantendo-se clandestinamente no País até 20, até 30 anos. Numerosos militantes assassinados nas prisões, ou com torturas, ou a tiro.

Qualquer balanço objectivo da resistência antifascista obriga a concluir que, nos duros tempos da ditadura, os comunistas foram o destacamento de combate, o braço, a vanguarda, a honra, a consciência do povo português na luta pela liberdade.

Nos anos decorridos desde o 25 de Abril, tanto no exaltante fluxo revolucionário de 1974-1975, como ante as ofensivas contra-revolucionárias desde então desencadeadas por sucessivos governos, os comunistas estiveram à altura das suas heróicas tradições e das suas responsabilidades. Nestes 11 anos de luta entre as forças da restauração monopolista e as forças voltadas

para o progresso social e o bem-estar do povo, o PCP foi o único partido que sempre esteve com os trabalhadores e as massas populares, na defesa dos seus interesses vitais, dos seus direitos e das suas aspirações. O PCP tornou-se o único grande partido defensor da Revolução de Abril e das suas conquistas. O único verdadeiro e real defensor do regime democrático e da independência nacional.

O PCP confirma no presente todo o seu glorioso passado. Passado e presente creditam a sua futura acção.

O balanço do passado, a actividade presente e a previsão do futuro definem a importância, o papel e o valor do PCP na vida nacional. O passado é a prova, o presente o testemunho, o futuro a confiança.

A perspectiva histórica de um partido afere-se pelo que fez, pelo que faz e pelo que mostra estar em condições de fazer. Afere-se pela ligação do seu ideal, dos seus objectivos, da sua acção à classe ou classes às quais historicamente o futuro pertence. Neste duplo aspecto se afere e revela a perspectiva do PCP e se fundamenta a sua profunda e inabalável confiança no futuro.

2

O PARTIDO, A CLASSE E AS MASSAS

edições
Avante!

The logo for the publisher 'edições Avante!' is rendered in a light gray, semi-transparent style. It features the word 'edições' in a serif font above the word 'Avante!' in a bold, sans-serif font. To the left of the text is a stylized hammer and sickle symbol, a common emblem for communist or socialist organizations.

PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA E DE TODOS OS TRABALHADORES

O Partido Comunista Português é o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

Esta definição tem razões históricas que remontam à sua fundação e encontra confirmação constante ao longo dos anos na natureza de classe da sua política e da sua actividade.

Dois factores determinantes intervieram na fundação do PCP.

O primeiro foi o desenvolvimento do movimento operário português e as suas experiências de luta. A classe operária portuguesa, treinada numa prolongada luta social, tomara consciência de que nem o anarquismo, então predominante, nem o reformismo abriam caminho à emancipação dos trabalhadores. O anarquismo porque queimava as forças do movimento operário em lutas estéreis com objectivos e métodos esquemáticos, irrealistas e aventureiristas. O reformismo porque punha organizações e iniciativas operárias a reboque dos interesses da burguesia no Poder.

O segundo factor para a fundação do PCP (decisivo nesse

momento histórico) foi a vitória da Revolução de Outubro, com os exemplos exaltantes do partido dos bolcheviques e da instauração, na antiga e imensa Rússia dos tsares, do primeiro Estado de operários e camponeses.

A experiência própria e a Revolução de Outubro permitiram à classe operária portuguesa tomar consciência, por um lado, da necessidade de dispor de um partido de vanguarda, por outro lado, do seu próprio papel histórico como força social dirigente do processo revolucionário que conduz à liquidação do capitalismo e à construção de uma sociedade libertada da exploração: a sociedade socialista.

Tanto na sua criação como em toda a sua história, o PCP afirmou-se sempre como o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

Em 1921 surgiu directamente vindo das fábricas, vindo da classe operária. E, ao longo de mais de 60 anos de existência, e particularmente nos momentos mais duros e difíceis, o Partido recebeu sempre da classe operária o apoio, a força, a energia, a inspiração e os quadros necessários para prosseguir a luta e para avançar.

Desde a fundação do PCP, o desenvolvimento do movimento operário é inseparável da acção e desenvolvimento do Partido, tal como o desenvolvimento do Partido é inseparável do desenvolvimento do movimento operário.

Como foi sublinhado quando do 50.º aniversário, «50 anos de luta do PCP não são apenas motivo de orgulho para os comunistas. São-no também para todos os trabalhadores. A fundação, a continuidade, o desenvolvimento e a luta do PCP constituem até hoje a maior realização revolucionária da classe operária de Portugal».

Isto foi justamente afirmado em 1971.

Com a Revolução de Abril em 1974, a classe operária portuguesa inscreveu novas páginas gloriosas da sua luta com conquistas e realizações democráticas de alcance histórico. Pôde fazê-lo porque dispunha, para conduzi-la, de uma experimentada vanguarda revolucionária — o PCP.

A história do PCP mostra também a íntima relação entre as lutas da classe operária e o reforço orgânico do Partido. Assim foi com a reorganização de 1929. Assim nos anos 1942-1949. Assim nos anos 50. Assim no período da crise geral do regime fascista em 1960-1967. Assim no período da agonia da ditadura em 1968-1973.

A ligação com a classe operária e as massas populares é a essência e a substância da acção do Partido e a origem básica da sua força e da sua capacidade para sobreviver e resistir nas mais duras circunstâncias, para se desenvolver através das situações mais complexas e das mais variadas provas.

As suas raízes e a sua natureza de classe constituem determinantes constantes dos hábitos de organização e de disciplina, da clareza de objectivos, da coesão, do espírito colectivo, da capacidade de organização, da combatividade e da solidariedade.

O PCP é filho da classe operária. Se secassem as suas raízes de classe, estaria condenado a envelhecer, a definhar e a morrer. A classe operária é para o Partido a fonte da vida e do permanente rejuvenescimento.

COMO SE AFIRMA A NATUREZA DE CLASSE

A natureza de classe do Partido afirma-se e revela-se na ideologia, nos objectivos, na composição social, na estrutura orgânica, no trabalho de massas e, de uma forma geral, em todos os aspectos da sua actividade.

Afirma-se e revela-se, em primeiro lugar, *na ideologia*, uma vez que o marxismo-leninismo é a ideologia da classe operária na época da passagem do capitalismo para o socialismo.

Como mostra a experiência internacional, o enfraquecimento da natureza de classe de um partido é acompanhado inseparavelmente pelo afastamento do marxismo-leninismo e o

afastamento do marxismo-leninismo é acompanhado inseparavelmente pelo enfraquecimento da natureza de classe do partido.

No PCP o reforço ideológico e a actividade ideológica criativa na base do marxismo-leninismo caminharam sempre a par e passo com o reforço e a afirmação da sua natureza de classe.

A natureza de classe do Partido afirma-se e revela-se, em segundo lugar, *nos objectivos*, uma vez que a libertação da exploração capitalista e a construção do socialismo e do comunismo, embora correspondendo aos interesses das mais vastas massas populares e devendo obrigatoriamente ter em conta os interesses e aspirações do campesinato e das outras classes e camadas aliadas da classe operária, significam o ascenso da classe operária a classe dirigente e governante da sociedade, a liquidação da exploração capitalista da qual a classe operária é o principal objecto, a criação de uma nova sociedade correspondendo aos interesses, às necessidades e às aspirações da classe operária.

Como mostra a experiência internacional, quando enfraquece a natureza de classe de um partido comunista, logo se tende à revisão de objectivos essenciais, à adopção de objectivos reformistas, a um criticismo sistemático às experiências históricas na construção do socialismo.

O PCP define os objectivos na actual etapa da revolução, assim como em cada situação social e política concreta. Mas, inseparável da sua natureza e espírito de classe, mantêm-se sempre vivos no horizonte o objectivo e a perspectiva do socialismo e do comunismo.

A natureza de classe do Partido afirma-se e revela-se, em terceiro lugar, na *composição social*, uma vez que são operários a maioria dos membros do Partido.

Essa característica, já existente na clandestinidade, confirmou-se após o 25 de Abril.

Tomando os últimos seis Balanços Gerais da Organização realizados desde 1977, a percentagem de operários situa-se regularmente entre 57% e 58% — respeitando a operários industriais

de 44,2% a 48,8% e a operários agrícolas de 11,9% a 13,2%. Mais de 100 000 operários são actualmente membros do Partido.

Como a percentagem de empregados tem oscilado entre 19% e 20%, o total de operários e empregados mantém-se entre 77% e 78% dos membros do Partido.

É inevitável que, em países onde está muito atrasado o desenvolvimento do capitalismo e onde, em consequência, o peso social da classe operária é reduzido, a composição social de um partido comunista seja diferente. Mas, dado o grau de desenvolvimento das relações de produção capitalistas em Portugal, pode dizer-se que, desde a sua criação, a natureza de classe do Partido teve sempre correspondência na sua composição predominantemente operária.

A natureza de classe do Partido afirma-se e revela-se, em quarto lugar, na *estrutura orgânica*, uma vez que as organizações no local de trabalho, designadamente as células de empresa, constituem a forma fundamental e prioritária da organização de base do Partido.

A experiência internacional mostra numerosos casos em que decisões de substituir as células de empresa pelas células de bairro, as células do local de trabalho pelas células do local de residência, atribuindo por vezes a organizações sociais ou políticas unitárias a direcção da actividade nas empresas, correspondem a um enfraquecimento ideológico e a um abandono de objectivos de classe dos partidos respectivos.

Pode, é certo, haver situações muito particulares em que tais decisões sejam apenas determinadas por razões conjunturais. Também no nosso Partido, acidental e temporariamente, com o aumento das dificuldades no trabalho nas empresas, resultantes do ambiente repressivo, ou por necessidades da distribuição de quadros, se tem verificado por vezes uma deslocação da actividade de camaradas da empresa para o bairro ou para a localidade.

Mas a *célula de empresa* continua a ser a organização de base essencial. O artigo 32.º dos Estatutos determina que «a organização partidária deve estruturar-se prioritariamente pelos lo-

cais de trabalho». A aplicação deste princípio é considerada fundamental na actividade partidária.

A natureza de classe do Partido afirma-se e revela-se, finalmente, no *trabalho de massas*, uma vez que a organização e a luta da classe operária (seja na defesa de interesses próprios seja na vanguarda da luta popular) constitui o eixo da actividade de massas do Partido.

Isto não significa menor atenção nem menor cuidado por outras expressões do trabalho de massas, com o campesinato, com os intelectuais, com as outras classes e camadas antimonopolistas. Mas significa a atribuição à classe operária de um papel decisivo, que a realidade tem comprovado, como força motora e dinamizadora da movimentação e da luta do povo português.

A REGRA DE OURO

Importante garantia da política de classe do Partido é a participação determinante de militantes operários na Direcção. Ou seja, uma maioria operária na Direcção.

Pode objectar-se com a própria experiência do Partido, segundo a qual, em determinado momento, uma identificação esquemática da origem social operária com a consciência política levou a promoções à Direcção de quadros que se revelaram sem o mínimo de condições para tal responsabilidade.

Pode objectar-se também que há intelectuais com consciência política proletária e operários fortemente influenciados pela ideologia burguesa.

É certo. Mas não o mais frequente, muito menos como regra. O mais frequente (e a regra) é que a ideologia burguesa influencia mais os intelectuais que os operários e que a participação determinante de operários na Direcção assegura maior solidez de princípios do que a participação determinante de camaradas de outras origens sociais.

Se, considerando casos individuais, o importante não é tanto a origem social proletária como a consciência política proletária, considerando o colectivo de direcção, a origem social proletária é a fonte natural e constantemente revivificadora da consciência de classe e da consciência política.

A maioria operária nos organismos de direcção é uma importante garantia para que o Partido se mantenha fiel a uma ideologia e a uma política de classe, seja capaz de analisar as situações e os problemas de um ponto de vista de classe, não sofra a influência ideológica da burguesia e mantenha firmemente os objectivos revolucionários da liquidação do capitalismo e da construção de uma sociedade socialista.

Quadros intelectuais integrados num colectivo revolucionário de maioria operária ganham, com o tempo e a experiência, a consciência de classe do proletariado. Mas, se quadros intelectuais predominam maioritariamente em organismos de direcção, corre-se o risco de que, mantendo preconceitos negativos da classe de origem, façam prevalecer critérios e orientações não conformes com a natureza de classe, a ideologia e os objectivos do partido.

Não se nega que numerosos movimentos e partidos revolucionários alcançaram grandes vitórias tendo na sua direcção uma maioria de elementos oriundos da pequena e da média burguesia. Mas existem também exemplos em que a origem de classe burguesa da maioria dos membros da direcção levou a graves distanciamentos da causa operária no plano ideológico, político, programático e de acção.

No PCP, a maioria operária no Comité Central, nos seus organismos executivos e em todos os organismos de direcção sempre que possível é considerada como uma «*regra de ouro*».

Não se trata de uma imposição que não tenha em conta os quadros existentes num momento dado. Mas trata-se de uma orientação que determina critérios de selecção e de promoção.

Já na clandestinidade, embora condicionada pelos golpes repressivos, se seguiu tal orientação. Depois do 25 de Abril, de-

saparecidas as contingências da repressão, um maior esforço foi feito nesse sentido.

O Comité Central (efectivos e suplentes) eleito no VIII Congresso do Partido (1976) tinha 49% de operários; o CC eleito no IX Congresso (1979), 50,4%; o CC eleito no X Congresso (1983), 51%. A Comissão Política eleita na primeira reunião do CC após o X Congresso tem 13 operários no total de 25 membros efectivos e suplentes.

A situação já não é tão nítida nas direcções das organizações regionais. Tomando as 8 direcções eleitas nas assembleias das organizações regionais, realizadas em 1984 e 1985 (até Abril), em 5 o número de operários excede os 50%. Nas outras 3 não atinge metade.

É natural que, em regiões, distritos ou concelhos em que a classe operária tem reduzido peso na composição social da população, se não verifique a maioria operária nos órgãos dirigentes. A tendência é, porém, para a subida geral de percentagem de operários.

Há quem coloque a questão de saber se a aplicação da «regra de ouro» não significará uma injusta discriminação em relação aos quadros não operários, designadamente a intelectuais, conduzindo a dificuldades na sua promoção e ao não aproveitamento das suas qualidades e capacidades.

O facto é que não há discriminações. Os numerosos quadros de origem não operária têm igual possibilidade de se desenvolverem, serem promovidos, desempenharem elevadas responsabilidades. Há no Partido e nos organismos de direcção uma elevada percentagem de quadros não operários, designadamente de intelectuais. Mais de 10 000 membros do Partido são intelectuais e quadros técnicos. No total dos membros efectivos e suplentes do CC eleito no X Congresso, 25,4% são de origem intelectual. Na Comissão Política há 5 camaradas de origem intelectual.

É porém certo que o Partido dá particular atenção à preparação, educação e formação de quadros operários. Por razão da natureza de classe do próprio Partido. E também porque são

os quadros operários que sofreram e sofrem das graves discriminações sociais e educativas e culturais do capitalismo que impede que, fora do Partido, possam ganhar uma preparação geral ao nível da dos intelectuais.

No nosso Partido considera-se adquirido que a maioria operária nos organismos superiores ao longo de muitos anos tem sido determinante para a firmeza ideológica, política e revolucionária. Por tudo isso se mantém a «regra de ouro».

CARACTERÍSTICAS DA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA

O PCP afirma-se a vanguarda revolucionária da classe operária e de todos os trabalhadores.

O que caracteriza o PCP como vanguarda?

Em primeiro lugar, *o conhecimento profundo da situação e dos problemas dos trabalhadores, a defesa dos seus interesses e aspirações, a definição numa base científica dos objectivos da luta nas várias situações e etapas da evolução social no quadro da missão histórica da classe operária.*

Se diminui o conhecimento da situação e dos problemas, se afrouxam as posições de defesa dos interesses de classe, se os objectivos de luta não são definidos com rigor, é inevitável que o Partido, embora afirmando-se como vanguarda, conjunturalmente deixe de o ser.

No PCP, esta característica inerente à condição de vanguarda começou por ser, e foi durante muitos anos, um objectivo e uma afirmação da intenção revolucionária. Tornou-se com os anos uma realidade resultante do desenvolvimento, da aprendizagem, da experiência e do amadurecimento do Partido.

Em segundo lugar, é característica do Partido como vanguarda *a estreita ligação e o permanente e vital contacto com a classe e com as massas.*

A vanguarda mostra ser tanto mais uma verdadeira vanguarda quanto mais consegue aproximar de si a classe e as massas e manter uma ligação organizada com elas.

O Partido é um factor determinante da força organizada e consciente das massas. Reciprocamente, é no fundamental da classe operária e das massas que provém a força do Partido.

Uma vanguarda que julga afirmar-se mostrando a sua distância das massas e a sua superioridade deixa de ser uma vanguarda para se tornar um destacamento isolado, sem raízes, condenado à derrota e à destruição.

A ligação com a classe e com as massas exige que a vanguarda nem se adiante nem se atrase demasiado. A quebra dessa ligação é tão perigosa quando a vanguarda se atrasa em relação às massas como quando avança demasiado separando-se delas.

Em terceiro lugar, é característica do Partido como vanguarda o *papel de orientador e dirigente*.

O Partido afirma-se como vanguarda, indicando correctamente os objectivos de luta, as tarefas, as formas de acção, organizando e dinamizando a luta de massas. O papel dirigente do Partido afirma-se na capacidade de indicar linhas de orientação e palavras de ordem que correspondam a interesses profundos e sentidos da classe operária e das massas populares, esclareçam as situações, os problemas e os objectivos e indiquem com acerto o caminho e a perspectiva.

Para isso é essencial que o Partido tenha plena consciência de que, para poder dirigir e ensinar, tem também de aprender com a classe e as massas. Para a definição da orientação política, da orientação táctica, das formas de acção, é indispensável ouvir a classe e as massas, recolher a sua informação e a sua opinião em todos os aspectos da sua vida, das suas aspirações e das suas disposições de luta.

O mérito de um partido revolucionário não é apenas transmitir às massas a sua experiência revolucionária mas saber receber e assimilar a experiência revolucionária das massas. O Partido tem a sua própria sabedoria. Mas a sabedoria do Partido é, em larga medida, a assimilação da sabedoria das massas.

Um dos aspectos mais complexos e importantes na direcção da luta social e política é a justa avaliação, tanto da preparação e disposição do Partido como da preparação e disposição das massas.

Uma justa avaliação exige, por exemplo, que não se confunda a determinação e a vontade do Comité Central com a determinação e a vontade do Partido no seu conjunto, nem a determinação e a vontade do Partido no seu conjunto com a determinação e a vontade das massas.

O normal é que a disposição do Partido seja superior à disposição da classe e das massas. Mas sucede, em determinados momentos, que a disposição da classe e das massas ultrapassa a avaliação do Partido e a disposição de organizações do Partido. Em tais casos, o Partido corre o risco de ser ultrapassado pelas iniciativas e movimentos espontâneos.

É imensa a responsabilidade da vanguarda como força dirigente. Os erros de orientação pagam-se caro e afectam o reconhecimento do Partido como vanguarda. É mais difícil ganhar a confiança das massas do que perdê-la. Uma vez abalada ou perdida a confiança, a recuperação é extraordinariamente mais trabalhosa, porque os motivos que levaram à diminuição ou perda da confiança permanecem ou reavivam-se na memória das massas.

A crescente confiança no PCP é em grande parte resultado e prova do acerto da acção do PCP como dirigente da classe operária e do movimento popular.

Em quarto lugar, é característico do Partido como vanguarda *o mais elevado nível da consciência de classe, da determinação, combatividade e coragem revolucionárias.*

Para que um partido seja de facto a vanguarda, tem de mostrar capacidade para cumprir as suas tarefas, quaisquer que sejam as condições em que actua.

O valor do exemplo é um dos mais importantes factores da influência do Partido, do seu prestígio, da sua ligação com a classe e as massas.

O PCP mostrou ter essa capacidade, tanto nas condições

de repressão e terror da ditadura fascista como no processo revolucionário após o 25 de Abril.

No tempo da ditadura, enquanto todos os outros partidos políticos renunciavam à luta ou soçobravam ante a repressão, o PCP, afrontando as maiores perseguições, organizou-se, desenvolveu-se, tornou-se um grande partido nacional nas condições de clandestinidade, tornou-se a força política dinamizadora da resistência antifascista.

Após o 25 de Abril constituiu a força política determinante na luta que derrotou sucessivas tentativas de golpes contra-revolucionários (Junho de 1974, 28 de Setembro, 11 de Março) e na resistência ulterior às ofensivas contra-revolucionárias.

Não o fez nem o faz isoladamente.

A luta dos comunistas é o elemento motor da luta da classe e das massas. Por isso o maior mérito de um partido comunista é conseguir, em aspectos capitais da consciência, dos objectivos e da determinação da luta, elevar as massas ao nível da classe e a classe ao nível da vanguarda.

Pode dizer-se com verdade que o PCP o conseguiu em momentos capitais da vida nacional. Em numerosos momentos da luta contra a ditadura fascista. No decurso da Revolução de Abril e do processo que conduziu às grandes conquistas democráticas.

Em quinto lugar, é característica do Partido como vanguarda *a consciência de que não é o Partido que, sozinho, assegura a defesa dos interesses e a libertação da classe operária e das massas populares, antes é a classe operária, são as massas populares que, com o Partido mas por suas próprias mãos, têm de defender os seus interesses e alcançar a sua libertação.*

A concepção de vanguarda do PCP nada tem a ver com um falso vanguardismo, segundo o qual a acção política e revolucionária não cabe às massas mas a pequenos grupos ou a caudilhos que tudo decidem e tudo fazem.

A concepção de vanguarda do PCP nada tem tão-pouco a ver com as velhas concepções aristocráticas ou pequeno-burguesas das «minorias activas», dos «heróis libertadores», segundo

as quais a revolução social seria obra de uma minoria esclarecida, bem organizada e decidida à luta, que, lançando-se sozinha ao combate final, arrastaria a maioria do povo.

Estas concepções e tendências, tão velhas como o movimento operário, encontram caldo de cultura na mentalidade da pequena burguesia, quando envolvida em processos revolucionários. Por isso ressuscitam e reaparecem com frequência ao longo dos anos.

É certo que o movimento revolucionário conhece casos excepcionais em que uma «minoria activa» empenhada na acção revolucionária, designadamente na acção armada, consegue conduzir à vitória uma revolução e ganhar ulteriormente as massas.

O levantamento militar do Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974 é exemplo de um movimento revolucionário vitorioso a partir de uma organização restrita de vanguarda.

Mas o sucesso do MFA (para não falar já da sua formação) assentou num poderoso movimento popular antifascista e a acção do MFA em 25 de Abril desencadeou o levantamento popular que deu a verdadeira dinâmica democrática à acção militar.

A história do movimento revolucionário mundial apresenta casos de acções vitoriosas de «minorias activas». Mas apresenta sobretudo fracassos e derrotas.

Nenhuma revolução profunda de carácter social foi até hoje realizada sem a participação decisiva e criativa das massas populares.

Uma vanguarda que pense poder resolver apenas com a sua acção aquilo que só a classe e as massas podem resolver cai no voluntarismo e no aventureirismo, conduzindo à derrota quase invariavelmente.

Na sua orientação e actividade, o PCP parte da confiança profunda na capacidade e nas potencialidades da classe operária e da consciência do papel determinante das massas populares nas transformações sociais.

Para que um partido seja a vanguarda da classe operária, não basta afirmar sê-lo. O PCP confirma na vida e na luta que na verdade o é.

VANGUARDA OPERÁRIA, VANGUARDA DO POVO

A influência de massas do PCP, a par dos laços directos com outras classes e camadas sociais, parte da influência do PCP na classe operária e da sua fusão orgânica com a classe operária. Neste sentido, a influência de massas e o papel de vanguarda do PCP é uma expressão do papel de vanguarda da classe operária na luta do povo inteiro.

O Programa e os objectivos do Partido correspondem inteiramente aos interesses e às mais profundas aspirações dos trabalhadores portugueses. A sua orientação tem a inspirá-la critérios de classe. É do ângulo dos interesses fundamentais e das perspectivas históricas da classe operária que o PCP determina a sua política de alianças, as suas posições e propostas políticas em cada situação dada.

O Partido não se limita entretanto a defender os interesses da classe operária, além do mais porque estes são, no processo revolucionário, coincidentes com os interesses de outras classes e camadas sociais.

Tanto o Partido, na sua qualidade de vanguarda da classe operária, como a classe operária, na sua qualidade de força social de vanguarda do processo de transformação social, tomam decididamente a defesa dos interesses de todas as outras classes e camadas laboriosas, de todas as outras classes e camadas cujos interesses são atingidos pela política das classes dominantes e cujos objectivos e aspirações coincidem ou convergem com os da classe operária.

Na revolução portuguesa do 25 de Abril, no processo de instauração do regime democrático e na resistência às ofensi-

vas contra-revolucionárias, o PCP (e com o PCP a classe operária) encabeçou a luta em defesa dos interesses, não apenas dos trabalhadores mas do campesinato, dos intelectuais, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, e de outras camadas sociais interessadas nos objectivos da revolução democrática e nacional e gravemente atingidas pela política de restauração monopolista, latifundista e imperialista.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o PCP tornou-se o defensor mais firme e consequente dos interesses e direitos de todas as classes e camadas antimonopolistas.

Isto não significa que se não tenham registado e se não registem ainda deficiências (por vezes graves) de organizações do Partido no que respeita a este importante aspecto da orientação e da acção. Um certo exclusivismo da atenção de algumas organizações para os problemas e a luta da classe operária e a desatenção, incompreensão e subestimação dos problemas e da luta das outras classes e camadas antimonopolistas têm representado em alguns sectores um freio ao desenvolvimento da influência do Partido.

Tais deficiências não desmentem, entretanto, nem a firme orientação do Partido nem o facto de ser o Partido o único consequente defensor dos interesses e objectivos dessas classes e camadas.

Esta atitude é consequência directa da definição da natureza da etapa da revolução que atravessamos e da arrumação das forças de classe e suas alianças. É uma expressão do papel do Partido e da classe operária no processo de transformação social iniciado com a revolução de 25 de Abril de 1974.

Isto não significa tão-pouco que as classes e camadas sociais cujos interesses vitais são gravemente atingidos pela política do PS e dos partidos reaccionários e defendidos pelo PCP estejam a esse respeito esclarecidas. A realidade é que, em larga medida, contra os seus próprios interesses, têm votado no PS e nos partidos reaccionários e partilham de reservas e sentimentos anticomunistas.

Objectivamente estão interessadas na derrota da política desses partidos e na vitória da política do PCP. Subjectivamente, na atitude para com os partidos, procedem como se o seu interesse fosse precisamente o inverso.

A situação tem entretanto evoluído no sentido de um progressivo esclarecimento dessas classes e camadas sociais.

Um primeiro sinal valioso de tal evolução é a participação crescente na luta contra as medidas concretas dos sucessivos governos de direita que directamente as afectam.

Um segundo sinal de tal evolução é a participação crescente na luta, não já contra tais ou tais medidas mas contra os governos que as tomam, acontecendo que centenas de milhar daqueles que votaram no PS e no PSD exigiram, ao longo de 1984 e 1985, a demissão do governo desses partidos.

Um terceiro sinal de tal evolução é a queda vertical da influência da CAP e das organizações camponesas do PS e a rápida subida da influência da CNA e de centenas de organizações e movimentos camponeses de carácter unitário e independente.

Um quarto sinal de tal evolução é o fenómeno semelhante que se verifica relativamente às organizações e movimentos de intelectuais, de mulheres, de juventude, de pequenos e médios comerciantes e industriais, de reformados e deficientes.

Um quinto e último sinal de tal evolução é o reforço da organização, da ligação, da influência e do prestígio do PCP nessas classes e camadas.

Tal evolução, embora tenha correspondente no progresso registado em resultados eleitorais regionais e locais, não o tem no resultado eleitoral nacional, em que a APU ronda os 20% — resultado modesto em relação à real influência do Partido e seus aliados. Daí resulta a tarefa de transformar o apoio na luta social em apoio na luta política e o apoio na luta política em apoio eleitoral.

Entretanto, na luta reivindicativa, na luta social, mesmo na luta política dessas classes e camadas ligadas directamente à acção dos governos de direita (com ou sem o PS), é cada vez

mais geral o reconhecimento do papel esclarecedor, mobilizador, organizador do PCP, ou seja, o reconhecimento do seu papel de vanguarda.

O PARTIDO DE NOVO TIPO

É usual definir um partido comunista como «um partido de novo tipo».

A própria expressão «novo tipo» indica que as características do Partido consideradas necessárias se contrapõem a «um tipo antigo», a «um tipo anterior».

De facto assim é. A expressão é de Lénine e foi utilizada na época da criação do partido bolchevique.

Lénine prosseguiu e desenvolveu a ideia (e a correspondente actividade) de Marx e Engels acerca da necessidade, para o movimento operário e para a transformação da sociedade, de um partido comunista, revolucionário.

Qual era a situação do dobrar do século XIX para o século XX?

O partido operário então existente era o partido social-democrata. Tendo provocado grandes esperanças nos trabalhadores, caíra depois sob a influência ideológica da burguesia. Os princípios, os objectivos programáticos e o funcionamento orgânico do partido social-democrata não respondiam à necessidade da existência de um partido revolucionário da classe operária. A social-democracia tinha perdido qualquer capacidade para dirigir a luta da classe operária, para ser a sua vanguarda, para orientar a classe e as massas em direcção à revolução socialista.

Tornava-se necessário e imperioso (segundo Lénine) um partido «de novo tipo», contrapondo-se ao «tipo» do partido social-democrata.

A experiência do partido dos bolcheviques russos (cujo imenso valor se expandiu com a vitória da Revolução de Outu-

bro) inspirou em numerosos países a ruptura com a social-democracia pelos sectores mais conscientes do proletariado e a criação de «partidos de novo tipo», de «tipo leninista».

Suslov caracterizou justamente a criação do partido bolchevique como «uma viragem radical dos velhos partidos sociais-democratas para o partido proletário de novo tipo à escala internacional» (*Pravda*, 14-7-1973).

De facto, inspirados pelo exemplo do partido bolchevique, surgiram partidos comunistas em numerosos países.

A Internacional Comunista desempenhou importante papel na criação de partidos combativos, revolucionários, com uma ideologia e uma política de classe libertadas da influência ideológica, do oportunismo e dos métodos de organização da social-democracia.

São particularmente significativas para a definição dos traços essenciais dos «partidos de novo tipo» as «condições de ingresso na IC» (conhecidas por as «21 condições») aprovadas no II Congresso da IC, realizado em Julho-Agosto de 1920 [*A Internacional Comunista em Documentos (1919-1932)*, ed. em russo, 1933].

As «21 condições» podem ser arrumadas em 5 grupos.

Nas condições 1, 6, 7, 10 e 17 indica-se o fundamental das posições ideológicas do «partido de novo tipo»: propaganda de carácter comunista, luta contra a ideologia burguesa e reformista, ruptura absoluta com o reformismo e a política do «centro», luta contra a Internacional dos sindicatos amarelos, desmascaramento do social-patriotismo e do social-pacifismo.

Nas condições 2, 13, 15, 20 e 21 visa-se a formação de um núcleo dirigente fiel à nova política: afastamento ou expulsão de postos responsáveis de reformistas e dos que se oponham às teses e decisões da IC, depurações periódicas, posições maioritárias dos partidários da política revolucionária.

Na condição 12 definem-se os princípios orgânicos do «partido de novo tipo»: o centralismo democrático.

Nas condições 3, 4, 5, 9 e 11 indicam-se formas e métodos de luta numa época considerada de «guerra civil»: propa-

ganda nos campos entre os camponeses e assalariados, acção nos sindicatos, cooperativas e outras organizações de massas, acção parlamentar consequente, criação de organização ilegal paralela, dada a incerteza da legalidade burguesa, propaganda sistemática entre os militares.

Nas condições 8, 9, 16, 17, 18 e 19 indicam-se os traços internacionalistas que caracterizam os «partidos de novo tipo»: apoio pelos partidos dos países colonialistas ao movimento libertador dos povos coloniais, apoio às repúblicas soviéticas e respeito obrigatório pelas decisões da IC.

Passaram-se sessenta e cinco anos. Desde então a situação mundial, o processo revolucionário e o movimento comunista sofreram profundas e decisivas alterações.

Algumas das «21 condições para o ingresso na IC», ou seja, para que os partidos fossem considerados «de novo tipo», como o combate à ideologia burguesa social-democrata, continuam a caracterizar os partidos comunistas. Mas o conjunto das características definidas nas «21 condições» está historicamente ultrapassado.

Desde essa época já longínqua, os partidos comunistas, «partidos de novo tipo», desenvolveram a sua actividade, viveram uma longa história, acumularam ricas e variadas experiências.

A vida mostrou que adoptar estatutariamente os princípios clássicos do «partido de novo tipo» não chega para afirmar um partido como tal e que a aplicação mecânica e esquemática de tais princípios lhes rouba a essência e a validade.

A teoria marxista-leninista do partido não é um dogma, antes se enriquece com a experiência extraordinariamente rica do movimento comunista internacional.

Segundo as condições concretas em que actua um dado partido, o grau do seu desenvolvimento e a sua realidade interna num momento dado, assim é necessário definir linhas de orientação e encontrar soluções adequadas ao funcionamento do partido.

Deixa de ter sentido e é quase ininteligível falar hoje em «partido de novo tipo». O «partido de novo tipo», em traços

essenciais enriquecidos pela experiência de mais de meio século da luta revolucionária, tornou-se o tipo clássico dos partidos comunistas.

Compreende-se assim que se pronunciem hoje por «um tipo novo de partido» aqueles que, sob numerosos aspectos, abandonam características do «partido de novo tipo», do partido de tipo leninista, que abandonam o marxismo-leninismo, o internacionalismo proletário, o centralismo democrático, e resuscitam orientações, conceitos, objectivos programáticos, métodos de organização e de trabalho, precisamente dos partidos «do velho tipo», do tipo reformista, do tipo social-democrata.

Por tudo isso a expressão «partido de novo tipo» tem de ser encarada por dois ângulos.

Por um lado, fora do contexto em que traduziu a transformação de repercussões históricas na organização política da classe operária de cada país e do movimento comunista internacional, essa expressão deixou de ser adaptada à realidade presente.

Por outro lado, pelo que tem de mais profundo no conceito e pelo seu significado histórico, essa expressão deve ser lembrada pelo valor de alguns traços essenciais que definiram e que continuam a definir qualquer verdadeiro partido comunista.

«UM TODO HOMOGÉNEO E INSEPARÁVEL»

Partido, classe e massas são três realidades distintas, que desempenham funções distintas e papéis distintos no processo revolucionário e na transformação da sociedade. Mas, se os limites entre estas três realidades se traduzem por grandes distâncias, por afastamento e por barreiras, isso significa que nem o partido e a classe desempenham o seu papel de vanguarda nem as massas podem desempenhar o seu.

As formas, os métodos e o nível de relação entre o partido, a classe e as massas são diferentes consoante a situação e a conjuntura social e política, a fase da luta, a força e a influência do partido.

Entretanto, em qualquer situação, para que o partido possa ser, ou vir a ser, a vanguarda e a força dirigente, tem necessariamente de desenvolver a actividade de forma a que a luta do partido, da classe e das massas se desenvolva *num processo único, conjugado e harmonioso e interdependente*.

Esta tem sido, de há muitos anos, a forma de actuar do PCP. O sucesso da orientação evidencia-se no facto de que, na actividade partidária e na dinâmica da luta popular, por vezes é difícil discernir onde se encontram os limites entre o Partido, a classe e as massas.

A revolução portuguesa deu numerosos e brilhantes exemplos desse processo único, conjugado, harmonioso e interdependente.

Na derrota de tentativas de golpes contra-revolucionários (designadamente o 28 de Setembro de 1974), na liquidação dos monopólios (no processo do qual o *contrôle* operário e dos trabalhadores em geral antecedeu as nacionalizações) e na Reforma Agrária (no processo do qual a ocupação das terras e a constituição de novas unidades agrícolas antecederam a decisão do poder político), a acção dirigente do Partido fundiu-se tão profundamente com os sentimentos, as aspirações e a luta da classe operária e das massas populares que, em numerosas situações concretas, a acção revolucionária aparecia como sendo obra do povo inteiro.

Essa realidade não desmentia a acção dirigente, organizadora e mobilizadora do Partido. O Partido estava com a classe, estava com as massas. E, se não era inteiramente nítido onde terminava o Partido e começavam a classe e as massas é porque, por um lado, o Partido, as suas organizações e militantes viviam e lutavam profundamente inseridos nas massas e, por outro lado, porque a consciência de classe, a determinação, a coragem e o heroísmo da classe operária e das massas se tinham

elevado (por efeito da acção do Partido) ao nível da consciência, da determinação e do heroísmo do próprio Partido.

No processo da revolução portuguesa, em que o Partido apareceu profundamente enraizado na classe e nas massas populares, identificado com os seus anseios, aspirações e objectivos, fundido na luta revolucionária e na obra histórica da transformação democrática, revelou-se de uma forma exaltante o papel do Partido como vanguarda da classe operária, o papel da classe operária como vanguarda das massas, e a fusão do Partido, da classe e das massas numa mesma poderosa e irresistível torrente transformadora da sociedade.

A revolução portuguesa constituiu uma prova histórica do PCP como vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, uma prova histórica da classe operária como força social condutora do processo de transformação da sociedade, uma prova histórica das poderosas energias revolucionárias que se libertaram da fusão da acção do Partido, da classe e das massas.

As grandes transformações democráticas realizadas (designadamente a liquidação do capital financeiro, dos monopólios, dos latifúndios, do capitalismo monopolista de Estado) só foram possíveis porque Partido, classe e massas intervieram no processo como uma força única concentrada nas mesmas direcções e com os mesmos objectivos.

No decurso do processo revolucionário, o Partido deu constantemente à classe operária e às massas e constantemente recebeu delas experiências, ensinamentos, forças e energias. Tanto nos períodos de fluxo como de refluxo (corrigindo passividades oportunistas e impaciências aventureiristas), o Partido não actuou nem demasiado à frente nem atrasado em relação às massas. Actuou sempre com a classe, com as massas, em intensa conexão. Dada a sua militância e experiência, foi incontestavelmente o orientador do processo. Pôde sê-lo porque despertou e procurou sempre despertar na classe e nas massas as energias, os impulsos, os objectivos justos e a criatividade.

Não se trata de uma situação nova nem de uma experiência nova. Trata-se de uma nova confirmação na vida de expe-

riências anteriores do movimento revolucionário mundial, de ensinamentos anteriores da teoria revolucionária.

O «partido revolucionário do proletariado [...]», escreveu Lênine, «não merecerá o seu nome enquanto não aprender a ligar os chefes com a classe e as massas num todo homogéneo e inseparável». (Cf. *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, t. 3, p. 300.)

Este ensinamento não é apenas válido no período de fluxo revolucionário em que pode adquirir extrema importância. É igualmente válido na actividade corrente diária do Partido.

A ligação do PCP com a classe e as massas é uma ligação orgânica e vital. A luta do Partido é inseparável da luta da classe operária e das massas, e a luta da classe operária e das massas é inseparável da luta do Partido.



3
O GRANDE COLECTIVO
PARTIDÁRIO

edições
Avante!



O TRABALHO COLECTIVO — PRINCÍPIO BÁSICO DO PARTIDO

O trabalho colectivo, tendo como primeira e fundamental expressão *a direcção colectiva*, constitui um princípio básico do nosso Partido.

Muitos partidos definem a sua direcção como direcção colectiva. Mas as formas de compreender e realizar a direcção colectiva são diversas e mesmo contraditórias.

No PCP entende-se a direcção colectiva como um princípio e uma prática que excedem largamente a aprovação ou ratificação de decisões, a votação maioritária de propostas individuais e a responsabilização do colectivo por decisões individuais.

Verificam-se ainda faltas e distorções. Mas os princípios estão estabelecidos e a prática no geral é conforme.

No PCP a direcção colectiva em qualquer organismo, a começar pelos organismos executivos do Comité Central, significa, em primeiro lugar, que é o organismo e não qualquer dos seus membros que decide das orientações e direcções fundamentais da sua actividade e que existe a permanente abertura às opiniões divergentes e às contribuições individuais de cada um.

Significa, em segundo lugar, que cada um dos seus membros submete a sua actividade prática à opinião e aprovação do organismo.

Significa, em terceiro lugar, que, sem contrariar a divisão de tarefas e a delegação de competências, se procura, sempre que possível, que as análises, conclusões e decisões sejam resultado de uma elaboração colectiva.

Significa, em quarto lugar, que não se admite que qualquer dos membros do organismo sobreponha a sua opinião à do colectivo e tome atitudes e pratique actos contrários às decisões do colectivo.

O estabelecimento da direcção colectiva no nosso Partido foi um processo complexo, irregular e demorado.

Começou pelo Secretariado do CC depois da reorganização de 1940-1941. Alargou-se progressivamente ao Comité Central a partir do III Congresso de 1943 e, mais profundamente, a partir do IV Congresso de 1946. Depois, apesar da evolução acidentada (resultante da repressão) na composição e estilo de trabalho dos organismos de direcção, foi-se instituindo como prática corrente.

A direcção colectiva e as suas experiências positivas abriram caminho ao alargamento do conceito de trabalho colectivo, não apenas à direcção central mas a todos os outros organismos do Partido e, ulteriormente, acompanhando todo um profundo processo de democratização, a toda a actividade partidária.

O trabalho colectivo no Partido tem como principais aspectos: a compreensão e a consciência de que a realização com êxito das tarefas do Partido se devem aos esforços conjugados e convergentes de todos os militantes que, directa ou indirectamente, intervêm nessa realização; e a mobilização dos esforços, do trabalho, do apoio de todos os militantes chamados a intervir na realização de qualquer tarefa.

O trabalho colectivo é uma dinâmica permanente no desenvolvimento da actividade do Partido e de todos os militantes.

A preparação, organização e realização das acções de massas, das grandes iniciativas, das assembleias das organizações, dos encontros e conferências, das conferências nacionais e dos congressos do Partido constituem exemplos esclarecedores e exaltantes do trabalho colectivo do Partido como um dos traços fundamentais dos métodos e do estilo de trabalho.

A expressão «o nosso grande colectivo partidário», que se tornou usual na boca dos militantes (e se *oficializou* a partir do X Congresso), traduz a participação, a intervenção e a contribuição constante dos colectivos, a busca constante da opinião, da iniciativa, da actividade e da criatividade de todos e de cada um, a convergência das ideias, dos esforços, do trabalho das organizações e militantes no resultado comum.

Assim, no nosso Partido, o trabalho colectivo não pode mais entender-se apenas em termos de direcção colectiva. É entendido como *uma prática corrente e universal* em todos os escalões, em todos os aspectos do trabalho, em todas as actividades.

O trabalho colectivo tornou-se uma característica fundamental do estilo de trabalho do Partido, um dos aspectos essenciais da democracia interna e um factor decisivo da unidade e da disciplina.

O TIPO DE DIRECÇÃO — UM VALOR HISTÓRICO

A direcção colectiva e o trabalho colectivo, tal como hoje existem no nosso Partido, jamais poderiam ter resultado de uma mera decisão. Direcção colectiva e trabalho colectivo, tal como existem no nosso Partido, são resultado de um processo longo e irregular, em que intervieram e se somaram numerosos factores.

Os métodos e o estilo de trabalho não são valores intemporais, absolutos, invariáveis e imutáveis. Estão inevitavelmen-

te relacionados com as condições objectivas em que o Partido actua, com o próprio processo de criação e desenvolvimento do Partido, com o seu desenvolvimento político e orgânico, com a preparação e experiência dos quadros.

As características da direcção colectiva e do trabalho colectivo do nosso Partido na actualidade aparecem como seguimento e resultado de toda uma longa história e de uma longa e diversificada experiência.

Se examinarmos a evolução do Partido que se verifica?

No curto período de legalidade, desde a criação do Partido em 1921 até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, realizaram-se dois congressos, foram eleitos comités centrais, mas pouco se conhece do funcionamento interno da Direcção.

De 1926 a 1931, o Partido não teve qualquer actividade regular. Apenas alguns grupos de camaradas discutiam, sem qualquer base orgânica nem qualquer actividade política, a possível reorganização nas condições da clandestinidade. Quando da reunião de 1929, que decidiu reactivar o Partido, havia 3 camaradas que se consideravam do Comité Central, sem entretanto desenvolverem qualquer actividade.

Desde a reorganização de 1931 até à prisão de Bento Gonçalves, secretário-geral do Partido, em Novembro de 1935, a direcção cabia exclusivamente ao Secretariado. Não existia Comité Central, nem qualquer outro organismo de direcção central. Mesmo dentro do Secretariado, a direcção estava partilhada — não era colectiva. Bento Gonçalves dirigia o trabalho político em grande parte por decisão individual. Assim, no VII Congresso da Internacional Comunista, a sua intervenção corrigiu profundamente a linha política até então seguida, mas não foi redigida em Portugal, nem resultou de uma apreciação colectiva com outros quadros. Foi redigida em Moscovo, em conformidade com as Teses apresentadas ao Congresso pelo Executivo da Internacional.

Depois da prisão de Bento e de todo o Secretariado, seguiu-se um período (1935-1938) em que os militantes mais responsáveis que ficaram em liberdade procuraram soluções

para o trabalho de direcção. Fizeram uma reunião de quadros (1936) de que saiu uma primeira e logo gorada tentativa de formação do Comité Central. Formaram um novo Secretariado logo atingido pela repressão (prisão de Manuel Rodrigues da Silva). Constituíram depois novo Secretariado, logo também atingido por um sério golpe (Janeiro de 1938) que mergulhou o Partido numa crise profunda.

Com a reorganização de 1940-1941 formou-se um primeiro organismo colectivo (Bureau Político), ao qual sucedeu um Secretariado com poderes fortemente centralizados, que pouco depois foi atingido com a prisão de 2 dos seus 3 membros (Fogaça e Militão, em Setembro e Novembro de 1942).

Pode dizer-se que foi a partir dessa data que se iniciou o processo, que será ainda longo e acidentado, da criação de uma direcção estável e colectiva.

No Secretariado passou a haver trabalho colectivo e, pouco a pouco, constituiu-se um núcleo dirigente que, reforçado com novas gerações de quadros, viria a assegurar no fundamental, até hoje, a continuidade do trabalho partidário.

Neste processo, representou importante papel a realização do III Congresso do Partido (Novembro de 1943), primeiro congresso realizado na clandestinidade. Pela primeira vez na clandestinidade se forma um Comité Central eleito em congresso e pela primeira vez (com exclusão da episódica experiência de 1936) o Secretariado não resultou de cooptação, mas de eleição pelo Comité Central.

A realização de reuniões do Comité Central em 1945 e 1947 e o IV Congresso do Partido (Agosto de 1946) prosseguiram um tal caminho, consolidando, ao nível da direcção central, o trabalho colectivo do Secretariado assente num Comité Central cada vez mais alargado.

Devido aos violentos golpes da repressão que atingiram o Partido, designadamente o Comité Central, que chegou a ficar reduzido a 6 camaradas em liberdade, a defesa do Partido e a necessidade de sobrevivência do seu núcleo dirigente conduziram de novo a um forte centralismo, em que se manifestaram

abusos de métodos administrativos, designadamente no tratamento de problemas de quadros.

Como reacção natural contra tal situação, o V Congresso, realizado em 1957, estimulado também pelo desvendar do culto da personalidade de Stáline e de todas as suas negativas consequências, instituiu normas de democracia interna e inseriu-as nos Estatutos do Partido então aprovados. Entretanto, a oposição ao centralismo e um novo desvio de direita na orientação política — repondo aspectos da «política de transição» que tinha sido superada — conduziram a um falso democratismo ulteriormente criticado como uma «tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção».

Através de todas estas situações, destas duras batalhas, destas soluções diversas e das suas experiências, foi-se forjando um núcleo dirigente de revolucionários dedicados e submetidos às mais variadas provas, e foi-se progressivamente enraizando na Direcção Central do Partido o hábito do trabalho colectivo e da responsabilidade colectiva nos organismos superiores do Partido.

O trabalho de elaboração do Programa do Partido em 1964-1965, os longos debates realizados com a participação de centenas de militantes e, finalmente, a realização do VI Congresso em 1965, culminando esse trabalho, constituíram as primeiras sólidas experiências do trabalho colectivo alargado ao Partido e consagraram definitivamente no PCP os métodos de direcção colectiva.

Nos anos decorridos até ao derrubamento da ditadura fascista no 25 de Abril, o caminho do trabalho de direcção não foi fácil. Mas a realização de sucessivas reuniões plenárias do Comité Central e os documentos delas saídos mantiveram as grandes linhas de orientação e aspectos fundamentais da prática do trabalho colectivo na Direcção.

Esta experiência revelou-se fundamental para o desenvolvimento da vida interna após o 25 de Abril.

Saído da clandestinidade, empenhado na luta revolucionária pela transformação política e social, o carácter colectivo da Direcção e o trabalho colectivo do Partido encontraram terre-

no extremamente favorável para o seu enriquecimento e desenvolvimento progressivo, de forma a tornar-se numa característica e num traço essencial da Direcção, da vida orgânica e do estilo de trabalho do PCP.

FORMAÇÃO DO NÚCLEO DIRIGENTE E CONTINUIDADE DA DIRECÇÃO

Num partido com longos anos de actividade, o núcleo dirigente resulta de uma prolongada e complexa evolução.

A luta opera ao longo dos anos uma selecção constante, em que as provas mais diversas e as experiências de trabalho vão determinando a presença na Direcção de um núcleo de camaradas que, como é normal, são em regra os mais capazes, os mais experimentados, os mais firmes, os mais dedicados.

Entretanto, num partido como o nosso, sujeito às perseguições mais brutais durante 48 anos, as condições de clandestinidade e a repressão provocaram durante muitos anos grandes e súbitas alterações nos organismos de direcção central, com consequências negativas para a continuidade do trabalho.

Dado o facto de que o Secretariado foi, de 1926 a 1943, praticamente o único organismo de direcção central e mesmo depois dessa data continuou a ser o organismo de mais alta responsabilidade no trabalho executivo, os golpes repetidos no Secretariado quebraram numerosas vezes a continuidade da composição da direcção superior do Partido e provocaram em alguns casos uma ruptura efectiva no próprio trabalho de direcção.

Foi o que sucedeu em 1935 e em 1938 com a prisão de todos os membros do Secretariado e em 1942, 1949 e 1961 com a prisão de metade dos seus membros.

O máximo tempo que um Secretariado do Partido conseguiu manter-se em funções com uma mesma composição sem

ser atingido pela repressão foi de pouco mais de 6 anos, de fins de 1942 a 1949, tendo sido essa estabilidade um factor altamente favorável ao desenvolvimento do Partido nessa época.

A decisão, tomada em 1961, de manter uma parte do Secretariado no estrangeiro contribuiu de forma decisiva para a ulterior continuidade e maior estabilidade do trabalho de direcção.

Neste complexo processo, foi-se formando, composto por um número apreciável de camaradas, um núcleo dirigente com uma estabilidade maior que a dos organismos superiores do Partido, repetidas vezes atingidos pela repressão. Participaram nesse número camaradas que, ora presos, ora libertados, ora conseguindo fugir das prisões, se iam «revezando» nos organismos superiores de direcção.

Assim foi possível, apesar da repressão e particularmente dos golpes que atingiram o Secretariado, uma relativa estabilidade e continuidade de direcção a partir da reorganização de 1940-1941.

É entretanto necessário ter em conta que pode haver dois tipos de estabilidade de direcção.

A estabilidade pode ser extremamente negativa se resulta do imobilismo, da rotina, do apossamento da Direcção por um conjunto de camaradas que, de uma maneira ou de outra, conservam ilegítimamente «o poder» com espírito de grupo ou de capela.

A estabilidade da Direcção do Partido é porém um bem precioso, quando se verifica um desenvolvimento positivo da actividade sem crises nem rupturas. Constitui então uma prova de maturidade e uma aquisição histórica.

OS FACTORES DA ESTABILIDADE E A RENOVAÇÃO

A continuidade da Direcção e a estabilidade do núcleo dirigente resultam de variados factores.

Em primeiro lugar, da *justeza da linha política*, comprovada pela prática e pela inexistência de graves erros de direcção.

Se este factor se não verifica, o Partido acaba inevitavelmente por exigir e impor alterações no núcleo dirigente, o que, com frequência, significa crises e cisões.

Em segundo lugar, é importante factor da estabilidade do núcleo dirigente a *capacidade criativa e inovadora* necessária para responder aos novos problemas e às novas situações, encontrar as soluções justas, definir as tarefas concretas, detectar deficiências e erros e corrigi-los prontamente.

Se este factor se não verifica, a Direcção cai na rotina, não só se cometem como se agravam os erros, e, mais dia menos dia, impõe-se a necessidade da sua substituição ou alteração profunda.

Em terceiro lugar, é importante factor da estabilidade o *trabalho colectivo de direcção* e a *unidade da Direcção*.

Se este factor se não verifica, evolui-se, ou no sentido do culto da personalidade ou no sentido de conflitos e divisões, significando, num caso e noutro, uma inevitável quebra da estabilidade do núcleo dirigente.

Em quarto lugar, é importante factor da estabilidade a *ligação da Direcção a todo o Partido*, a compreensão justa do trabalho da Direcção e da intervenção dos militantes no quadro de uma larga democracia interna.

Se este factor não se verifica, também, mais dia menos dia, a quebra da continuidade e da estabilidade são inevitáveis.

Finalmente, como factor essencial da estabilidade da Direcção é a sua própria e *progressiva renovação*.

A importância deste factor justifica que se lhe consagre uma atenção mais pormenorizada.

A sua importância é tal que se pode dizer que a estabilidade da Direcção e do núcleo dirigente não só é compatível com a renovação como depende largamente dela.

Se o núcleo dirigente não se vai renovando com a entrada de novos quadros — se cristaliza numa Direcção fechada à trans-

formação dos tempos, às novas realidades —, um momento chega em que se impõe uma renovação súbita, por vezes quase total, muitas vezes em situação de crise e de instabilidade.

A renovação progressiva, sem rupturas, correspondendo e respondendo às necessidades do trabalho do Partido, tem sido um dos factores determinantes da estabilidade do núcleo dirigente no nosso Partido.

O exame da composição do Comité Central do PCP eleito no X Congresso, realizado em Dezembro de 1983, é a este respeito esclarecedor.

No total de 165 membros efectivos e suplentes, há 25 até 30 anos, 107 de 30 a 50 e só 33 com mais de 50. A idade média é de 41 anos.

A distinção entre os efectivos e suplentes ilustra a renovação.

No que respeita aos membros efectivos, há 7 até 30 anos, 54 de 30 a 50 e 30 com mais de 50. A idade média dos membros efectivos do Comité Central é de 45 anos.

No que respeita aos membros suplentes, há 18 até 30 anos, 53 de 30 a 50 e só 3 com mais de 50. A idade média é de 36 anos.

A correcta renovação exige uma compreensão clara do valor dos quadros, com apreço pelas capacidades, experiências e provas dos quadros mais velhos no Partido e com apreço pelas capacidades, novas experiências, energia revolucionária e potencialidades dos quadros que se vão revelando na luta.

Em relação aos dirigentes mais antigos, que constituem uma grande riqueza que o Partido está interessado em defender e valorizar, é necessário, por um lado, aproveitar enquanto possível as suas grandes capacidades e a sua grande experiência, é necessário, por outro lado, *ter a coragem*, que por vezes coloca delicados problemas humanos, de os substituir no exercício das suas funções, seja quando a idade, a saúde, a perda de capacidades e energia impedem que as desempenhem correctamente, seja quando quadros mais jovens mostram mais capacidades e condições para desempenhá-las.

Em relação aos quadros mais novos, é necessário, por um lado, aferir cuidadosamente as suas características, o balanço da sua actividade, a sua real experiência; é necessário, por outro lado, dar-lhes audaciosamente plena possibilidade de desenvolvimento e de mostrarem na prática de um trabalho directivo as suas reais potencialidades.

Numa Direcção que adquiriu grande estabilidade, o perigo maior é o entravamento da chamada dos quadros mais jovens. A chamada de quadros jovens é uma lei natural da vida e do desenvolvimento do Partido. O ser humano envelhece por lei da natureza. O Partido não pode envelhecer.

O COLECTIVO E O INDIVÍDUO

O papel da personalidade na história, assim como na vida dos partidos, oferece características e graus extremamente diferenciados, segundo as condições concretas em que se insere.

Há partidos comunistas cuja formação e cuja história estão estreitamente vinculadas à capacidade, ao talento, à iniciativa de um destacado dirigente, ou de um número reduzido de dirigentes. Nesses partidos é inevitável e justo valorizar o papel determinante desse dirigente ou dirigentes em determinada fase da vida do partido.

No caso de Portugal, por uma série de circunstâncias, na história da criação e desenvolvimento do Partido Comunista, salvo períodos curtos, não pesou de forma determinante a contribuição individual de tal ou tal dirigente destacado, mas a *contribuição comum de um colectivo dirigente*, formado ao longo de dezenas de anos, nomeadamente a partir da reorganização de 1940-1941.

A contribuição e a responsabilização individuais de camaradas da Direcção e a existência de um secretário-geral do Partido em nada alteraram esta realidade fundamental da dinâmica

histórica da formação da direcção colectiva e do trabalho colectivo do PCP.

Na relação entre o colectivo e o indivíduo há vários aspectos fundamentais a considerar.

O primeiro é o da *contribuição individual para o trabalho colectivo*.

O trabalho colectivo não exclui, antes implica, a contribuição individual e o amplo aproveitamento do valor, da capacidade e da contribuição individuais. O trabalho individual é parte integrante e insubstituível do trabalho colectivo.

O trabalho colectivo não significa que todos fazem tudo e que a ninguém individualmente considerado pode ser atribuído o mérito de uma iniciativa, de uma actividade, de um sucesso.

O trabalho colectivo não só admite como exige necessariamente a divisão e distribuição de tarefas, a especialização, a realização por cada militante das tarefas que lhe cabem.

A organização de uma manifestação de massas é uma complexa obra colectiva. Mas é perfeitamente conciliável com o trabalho e o papel determinantes de tal ou tal camarada.

A elaboração colectiva de um documento é também perfeitamente conciliável com a atribuição a um só camarada da responsabilidade de redigir um projecto ou anteprojecto que depois é sujeito à apreciação e discussão do colectivo, que se responsabiliza pela redacção final.

Mas, se num trabalho colectivo é justo apreciar e valorizar a contribuição individual, deve sempre evitar-se o excesso de atribuir ao mérito individual sucessos ou ideias que (mesmo quando traduzidas por um indivíduo) são produto directo ou se tornaram possíveis pelo mérito colectivo.

O segundo aspecto é o da *inserção da iniciativa individual no trabalho colectivo*.

O trabalho colectivo nunca deve ser um freio à iniciativa individual.

Só deve contrariá-la quando ela se sobrepõe, contraria e prejudica a iniciativa colectiva, que tenha sido colectivamente considerada; quando o indivíduo excede as suas competências

e os seus poderes e invade de forma anárquica ou destrutiva a iniciativa de outros; quando tem um carácter inconsiderado, indisciplinado e aventureiro, resultante da sobrevalorização do valor próprio ou de ambição pessoal.

Mas fora tais casos a iniciativa individual deve ser insistentemente estimulada.

A iniciativa individual permite em numerosos casos e circunstâncias o impulsionar as actividades em curso, a dinamização dos esforços colectivos, o aperfeiçoamento das realizações, a positiva ultrapassagem das metas consideradas à partida.

O terceiro aspecto é o *da responsabilidade e da responsabilização*.

O trabalho colectivo conduz à responsabilidade e à responsabilização colectivas. Mas não apaga, e muito menos extingue, a responsabilidade e a responsabilização individuais.

Nem a responsabilidade do indivíduo se deve encobrir com a responsabilidade do colectivo, nem a responsabilidade do colectivo se deve encobrir com a responsabilidade individual.

Atirar a responsabilidade do indivíduo para o colectivo e do colectivo para o indivíduo são formas de alijar a responsabilidade, afectando a própria ideia da responsabilidade consciente e voluntária.

O INDIVIDUALISMO

O trabalho individual inserido no trabalho colectivo presuppõe o apagamento de tendências individualistas. O individualismo contraria e prejudica o trabalho colectivo.

O individualismo é em geral produto da sobrestimação do valor próprio e da subestimação do valor dos outros.

O individualismo manifesta-se pelas mais variadas formas: na tendência para fazer as coisas sem recorrer ao apoio dos outros ou recorrendo a eles de forma meramente subsidiária;

na sobrevalorização sistemática da opinião própria e da acção própria; na resistência a aceitar e a actuar segundo a opinião de outros, sobretudo quando contrária à própria; na dificuldade em inscrever a actividade própria na actividade do colectivo.

É relativamente frequente o caso de militantes que, por acreditarem demasiado em si próprios e pouco nos seus camaradas, chamam a si a realização de demasiadas tarefas, muitas vezes superiores às próprias forças.

Sucedeu com frequência após o 25 de Abril que, em assembleias de organizações, um só camarada (e por vezes não um dirigente da organização que realizava a assembleia, mas o «controleiro» dessa organização) presidia, dirigia os debates, dava a palavra aos oradores, lia moções e tirava as conclusões.

Pode acontecer, num momento dado, que sozinhos realizem conjunturalmente melhor as tarefas que partilhando-as com outros. Mas, com tal actuação, impedem a aprendizagem, o desenvolvimento e a experiência de outros quadros, abalam a confiança dos outros quadros em si próprios e correm o risco de cometer (como também frequentemente sucede) graves faltas e de provocar sérios insucessos.

Não se deve dar a um só militante o poder para decidir sozinho de graves questões, quando a decisão pode ser tomada num colectivo com outros camaradas. E, se tal poder é conferido, será mau sintoma se aquele a quem é conferido o toma à letra e não procura (salvo casos excepcionais que o impeçam) aferir pela opinião dos outros a justeza da sua opinião individual.

Também não é raro o caso de camaradas que consideram a opinião do colectivo como boa quando coincide com a sua própria, mas já a consideram contestável e de menor obrigatoriedade quando a contraria ou se lhe opõe.

Sucede assim que, depois de um debate no seu organismo, verificando que a sua opinião não foi aceite, se eximem ao cumprimento da tarefa decidida, justificando tal atitude com o argumento de que, por lhes faltar convicção, não são os mais

indicados para a cumprir. Em certos casos tal atitude pode ser legítima e correcta. Mas ela surge as mais das vezes como expressão de um exacerbado individualismo.

O individualista tem por vezes a ilusão de que o individualismo é uma manifestação de liberdade individual. A verdade é que, quem pense, decida e actue apenas pela sua cabeça e pela sua vontade individual acaba por ser prisioneiro das suas próprias limitações. Isolado, atrás da aparente liberdade, o indivíduo acaba por ser escravo de si próprio.

A liberdade de pensar e de agir pressupõe a apropriação e assimilação de elementos de juízo e isso pressupõe por sua vez a aceitação da informação e da opinião colectivas como inseparáveis da liberdade.

Ao contrário do que afirmam os defensores do individualismo, a opção pela formação de uma opinião colectiva e de uma actuação colectiva constitui uma afirmação de que o indivíduo se libertou das próprias limitações individuais. Constitui assim uma expressão da liberdade individual.

O SECRETÁRIO-GERAL E O TRABALHO COLECTIVO

Bento Gonçalves, secretário-geral do Partido designado em 1929, foi preso em Novembro de 1935. Morreu no Tarrafal em Setembro de 1942. Desde a sua morte até Março de 1961, isto é, durante quase 19 anos, o PCP não teve secretário-geral. Considerando que Bento passou na prisão os últimos 6 anos de vida, pode dizer-se que, de facto, o PCP não teve secretário-geral no exercício das suas funções durante mais de 25 anos.

A prisão e a morte de Bento Gonçalves constituíram grandes perdas para o Partido. Mas o facto de não ter sido imediatamente escolhido um novo secretário-geral e a inexistência de um secretário-geral durante um quarto de século acabaram por ter profundas e positivas consequências na evolução do traba-

lho de direcção. Tal situação representou um papel determinante para a criação, a prática e a ulterior institucionalização da direcção colectiva e do trabalho colectivo.

Nas condições concretas existentes, em que se considerou difícil e inconveniente a escolha de um camarada para o exercício desse cargo, tal situação impulsionou o desenvolvimento político e a contribuição dos camaradas que mostravam mais qualidades revolucionárias, mais capacidade e maior dedicação, prejudicou e afastou quaisquer ideias de direcção individual e foi criando e consolidando a concepção e a formação de um núcleo colectivo de direcção.

Em 1961, o Comité Central, por motivos vários, considerou necessário eleger um secretário-geral. O facto nem mudou substancialmente as tarefas e responsabilidades individuais de qualquer dos membros da Direcção Central nem mudou os métodos de trabalho colectivo.

No PCP, o secretário-geral não tem poderes de decisão individual, nem voto de qualidade, excepto, facultativamente, em caso de empate na votação. Está, como os outros camaradas, sujeito à regra da maioria e à disciplina do Partido.

A única diferença que formalmente é estabelecida por decisão do Comité Central é não poder modificar-se na sua ausência (salvo motivo de força maior) a orientação geral do Partido.

Têm sido compreendidas como duas das suas tarefas essenciais (ou se se quiser: duas das suas funções essenciais), por um lado, promover, organizar e assegurar o trabalho colectivo e a unidade da Direcção do Partido; por outro lado, traduzir na sua actuação individual o trabalho colectivo da Direcção.

A orientação do PCP a este respeito assenta em circunstâncias específicas e resulta de todo um longo processo. Compreendem-se noutros partidos soluções muito diferentes no que respeita aos poderes e competências do secretário-geral (ou presidente) do Partido, ao âmbito e importância das decisões que podem ser tomadas individualmente, ao peso efectivo da sua opinião pessoal, não apenas pela argumentação e experiência que o acompanha mas pelo seu carácter mais ou menos

obrigatório, à atitude do secretário-geral em relação às opiniões dos outros camaradas, nomeadamente quando discordantes.

São naturais tais diferenças.

No nosso Partido tomou-se completamente inaceitável qualquer situação ou qualquer prática que signifique a sobreposição da opinião, decisão e actuação do secretário-geral à opinião e decisão do colectivo, o poder de decisão individual do secretário-geral em questões fundamentais, a aceitação de opiniões do secretário-geral não porque em cada caso se reconheça a sua justeza mas por razão do cargo que desempenha.

Entendendo-se como justas esta orientação e esta prática, isso significa que é de manter viva a ideia de que os outros camaradas devem imediatamente chamar a atenção do secretário-geral do Partido, no caso de ele não actuar em conformidade.

Um secretário-geral do Partido tem a obrigação de ajudar os outros camaradas. Os outros camaradas têm também a obrigação de ajudar o secretário-geral do Partido.

Tudo isto é igualmente válido em relação a qualquer camarada que, em qualquer organismo, formalmente ou de facto, desempenha o papel de responsável.

Tendo em conta a experiência vivida pelo nosso Partido durante um quarto de século, não é obrigatória a existência de um secretário-geral.

O artigo 29.º dos Estatutos é explícito:

«[...] O Comité Central *tem a faculdade* de eleger, de entre os seus membros efectivos, um secretário-geral do Partido, definindo igualmente as suas atribuições.»

A redacção deste artigo aprovado no VI Congresso, realizado em 1965, não foi ocasional. Previu-se explicitamente que se pudesse repetir, não apenas como uma situação de facto mas nos termos estatutários, uma situação semelhante à existente de 1942 a 1961, por um período mais ou menos longo.

Pode nunca mais repetir-se. Mas é admitido que se repita.

UM SER ÚNICO COM VIDA E VONTADE PRÓPRIAS

A intensa actividade do Partido conduz a uma constante aproximação, contacto e trabalho conjunto dos organismos e organizações dos vários escalões.

Na acentuação deste traço da vida partidária têm pesado factores objectivos e factores subjectivos. Por um lado, a extrema instabilidade da situação política e social, em que se sucedem momentos importantes e sempre decisivos exigindo pronta e vigorosa resposta do Partido. Por outro lado, o estilo de trabalho do Partido, em que o trabalho colectivo e o empenhamento geral das organizações e militantes são características fundamentais.

A estrutura orgânica é sem dúvida hierarquizada. Mas a distinção entre os vários escalões nota-se apenas por motivo do exercício das suas funções próprias e não por qualquer separação no trabalho corrente dos membros do Partido que os compõem.

O Partido está constantemente empenhado em iniciativas que exigem a intervenção e participação activa, de uma forma ou de outra, de muitos milhares de militantes.

Além de todas as actividades quotidianas de funcionamento interno (reuniões, debates, comissões permanentes, comissões *ad hoc*, etc.), o Partido encontra-se sempre envolvido na preparação, organização e realização de grandes acções de massas (concentrações, manifestações, greves, marchas, desfiles), de grandes campanhas (de esclarecimento, de recrutamento, de fundos, etc.), de grandes realizações (Festa do *Avante!*, festas das organizações, construção de centros de trabalho).

Isto sem contar a preparação, organização e realização dos congressos, conferências nacionais, assembleias das organizações em todos os escalões, encontros, etc.

Em gíria partidária diz-se desta intensa vida partidária que o Partido se encontra sempre «mobilizado».

Mas a «mobilização» do Partido nada tem a ver com uma mobilização militar, com uma ordem superior para a entrada em

acção de um exército. A «mobilização» do Partido é um empenhamento colectivo, em que a dinâmica da acção resulta não apenas da intervenção dinamizadora da Direcção mas da compreensão geral da necessidade de agir, da solicitação recíproca entre os vários organismos, organizações e escalões, da intervenção de todos para o resultado.

Cada organismo assume as suas responsabilidades e toma as decisões necessárias na esfera da sua competência. Mas, na intensiva actividade partidária, a intervenção de todos os organismos e militantes funde-se num esforço colectivo, na dinâmica do qual é difícil distinguir entre os activistas a diferença de responsabilidades correspondentes à hierarquia da estrutura orgânica.

Qualquer das grandes iniciativas e acções do Partido é um exemplo dessa profunda e coordenada actuação colectiva em que está presente a acção de todos os escalões do Partido (desde o CC à base), cada qual com a contribuição correspondente à sua responsabilidade e competências, mas com um empenhamento geral de tal forma sincrónico que dir-se-ia que o colectivo deixou de ser a soma dos empenhamentos individuais para tornar-se um ser único com vida e vontade próprias.

Ser único de facto: o Partido.

4

A DEMOCRACIA INTERNA

edições
Avante!

The logo consists of a stylized hammer and sickle symbol, a common emblem of the Communist Party of Brazil, positioned to the left of the text. The text 'edições' is in a serif font, and 'Avante!' is in a bold, sans-serif font.

O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO — PRINCÍPIOS E PRÁTICA

A observância formal dos princípios básicos do centralismo democrático definidos por Lénine, consagrados pela Internacional Comunista e pelos Estatutos de praticamente todos os partidos comunistas, não define só por si o funcionamento orgânico do Partido, a verdadeira relação entre a Direcção e a base, e muito menos o estilo de trabalho.

Poderá parecer que, definidos esses princípios e garantida a sua aplicação formal, estão definidas e garantidas as características fundamentais da estrutura orgânica do Partido.

Isso não corresponde porém à realidade.

Dentro do cumprimento formal dos princípios básicos do centralismo democrático cabem muitos e variados métodos de trabalho de direcção e de intervenção dos organismos e dos militantes na vida partidária.

A correlação do centralismo e da democracia pode apresentar diferenças profundas no quadro do cumprimento formal dos princípios clássicos fundamentais.

Pode haver um forte centralismo nas decisões, sem participação efectiva das organizações e dos militantes que não seja

pela aprovação das propostas vindas do centro; ou pode haver uma intervenção efectiva das organizações e militantes.

Pode haver um processo sistemático de apuramento das decisões por maioria e minoria, reflectindo entretanto graves conflitos internos; ou pode haver um apuramento assente no debate aprofundado de opiniões convergentes que não chega a exigir qualquer votação.

Pode haver uma prática democrática, em que os militantes expressam livremente a sua opinião; ou pode haver a partir do centro um clima de pressão e mesmo de coacção que limita ou impede a vida democrática interna.

A experiência do nosso Partido, assim como do movimento comunista internacional, mostra que o enunciado nos Estatutos dos princípios essenciais do centralismo democrático e mesmo a sua aplicação formal não chega para concretizar os verdadeiros princípios orgânicos e a verdadeira prática de funcionamento de um partido.

Os Estatutos do PCP (artigo 16) definem como princípios do centralismo democrático: «*a*) A eleição de todos os organismos dirigentes do Partido, da base ao topo; *b*) A obrigatoriedade de os organismos dirigentes prestarem regularmente conta da sua actividade às organizações respectivas e darem a máxima atenção às opiniões e críticas que estas manifestem ou façam; *c*) A submissão da minoria à maioria; *d*) O carácter obrigatório das resoluções e instruções dos organismos superiores para os inferiores e a obrigatoriedade para estes de relatarem a sua actividade aos organismos superiores; *e*) A disciplina rigorosa no cumprimento dos princípios orgânicos e disposições estatutárias do Partido e a proibição da existência de fracções ou quaisquer actos fraccionários».

É naturalmente importante o cumprimento formal destes princípios. Mas tão importante como o cumprimento formal é o sentido profundo do cumprimento e as formas e métodos concretos que assume.

As características que actualmente tem no nosso Partido o centralismo democrático são o resultado de um longo processo e de uma larga experiência.

A correlação entre centralismo e democracia variou ao longo da vida do Partido segundo as condições concretas em que a luta se desenvolvia. Variou também por factores de ordem subjectiva — nomeadamente pelos critérios, orientações e estilo de trabalho dos organismos dirigentes.

O nosso Partido encontrou no fundamental soluções justas para garantir uma orientação política acertada e cumprida, uma Direcção Central respeitada por todo o Partido e uma vida democrática tão larga quanto razões de segurança e defesa o permitiram. O Partido aprendeu também com as experiências positivas e negativas resultantes dos critérios, orientações e estilo de trabalho de direcção.

Em certos momentos da sua história, o Partido conheceu os malefícios, tanto dos excessos de centralismo como do democratismo anarquizante. Melhorou métodos. Corrigiu erros. Aprendeu com a vida.

Pode neste sentido considerar-se que o centralismo democrático, tal como actualmente é concebido e aplicado no PCP, é o resultado do aprofundamento e enriquecimento dos seus princípios e da sua prática através de uma longa experiência.

CENTRALISMO E DEMOCRACIA NA CLANDESTINIDADE

O facto de que o Partido foi obrigado a lutar numa severa clandestinidade durante os 48 anos de ditadura fascista condicionou fortemente a aplicação dos princípios do centralismo democrático.

Os quatro princípios considerados fundamentais foram, é certo, sempre consagrados nos documentos do Partido, designadamente nos relatórios e resoluções dos III, IV, V e VI Congressos e nos Estatutos aprovados nos V e VI Congressos.

Mas foi sempre salientado que as condições de repressão feroz que se abatia sobre o Partido e a necessidade imperiosa

de defesa obrigavam ao reforço dos elementos do centralismo e a sérias limitações à democracia interna.

A necessidade de defesa do Partido obrigou a manter secretos a maior parte dos dados relativos à organização (incluindo o número de membros), aos quadros e a praticamente todos os aspectos da vida interna.

O facto de que só um número muito reduzido de camaradas, tanto a nível central como nos organismos intermédios e de base, conhecia certos aspectos do trabalho, limitou o número daqueles que se podiam pronunciar sobre eles.

Existia uma severa compartimentação do trabalho. Os militantes conservavam secreta a sua identidade e eram conhecidos por pseudónimos. Cada membro do Partido conhecia o mínimo de outros membros — em princípio apenas aqueles com os quais tinha tarefas a realizar.

Essas mesmas condições impediam a informação ampla às organizações, a prestação de contas, os largos debates e a eleição dos organismos dirigentes, salvo do Comité Central nos congressos e do Secretariado no Comité Central.

Os critérios da disciplina eram também necessariamente mais severos e rígidos.

Por todas estas razões, e por tendências negativas no trabalho de direcção, o centralismo foi consideravelmente reforçado no tempo da ditadura e a democracia interna fortemente condicionada e limitada. Em períodos prolongados da vida do Partido, a direcção central decidia, impunha o cumprimento das decisões e tomava medidas disciplinares para aqueles que não actuavam em conformidade.

Mesmo porém na clandestinidade, as orientações predominantes e as experiências que acabaram por determinar o estilo de trabalho foram no sentido da realização, o mais ampla possível, dos princípios democráticos — sem considerar tendências que também se verificaram de democratismo anarquizante (como foi o caso da tendência anarco-liberal no trabalho de direcção nos anos 1956-1959).

Mesmo na clandestinidade, salvo períodos justamente con-

siderados como de excessivo centralismo (designadamente antes da reorganização de 1940-1941 e nos anos 1950-1955), a orientação predominante foi no sentido de assegurar a democracia interna.

Constituem exemplo dessa orientação a existência do trabalho colectivo nos organismos executivos do Comité Central, a aceitação pela minoria das decisões tomadas segundo a opinião da maioria, a auscultação da opinião da base do Partido, as discussões colectivas no Partido e a prestação de contas através de relatórios e documentos do Comité Central e de outros organismos de direcção.

Para o reforço da democracia interna do Partido nas condições de clandestinidade, teve particular importância a realização dos congressos do Partido: III Congresso (I Illegal) em 1943, IV Congresso em 1946, V Congresso em 1956 e VI Congresso em 1965.

Com o III Congresso, pela primeira vez na clandestinidade, o Comité Central do Partido foi eleito. Todos estes congressos alargaram o número dos membros dos organismos da Direcção Central, reforçaram a direcção colectiva, sublinharam a importância da opinião e participação dos militantes do Partido em toda a actividade. Todos eles foram precedidos de numerosas reuniões com vistas à elaboração dos documentos sujeitos à aprovação.

O VI Congresso foi precedido de vastíssimos debates sobre a orientação política do Partido e particularmente sobre o Programa do Partido. Nas discussões do projecto de Programa intervieram centenas de camaradas, foram feitas e aprovadas muitas centenas de propostas de emenda, e o Programa, na sua redacção final, foi em larga medida o produto de um vasto trabalho colectivo no Partido.

As experiências da democracia interna alcançadas na clandestinidade e o espírito democrático existente no Partido tiveram importância determinante para o desenvolvimento e enriquecimento dos princípios do centralismo democrático nas novas condições criadas pela Revolução de 25 de Abril e pela conquista da legalidade pelo Partido.

O PROFUNDO SIGNIFICADO DA DEMOCRACIA INTERNA

A democracia interna do Partido não se pode definir em poucas palavras, de uma forma simplista. Não chegam para a definir as normas consagradas nos Estatutos. A democracia interna é isso, mas muito mais do que isso.

O conteúdo real da democracia interna, criado e desenvolvido através da história do Partido e das suas experiências, é extraordinariamente mais rico e profundo do que os princípios e normas estatutários.

Na experiência do PCP, a democracia interna, em que assenta o centralismo na sua mais elevada acepção, acabou por traduzir-se, através de um demorado e criativo trabalho educativo e pela convergência de todos os seus princípios, normas e práticas, numa característica essencial do Partido na actualidade: o trabalho colectivo, a noção e a dinâmica do grande colectivo partidário.

Democracia tem de significar uma intervenção efectiva das organizações de base e dos membros do colectivo no exame dos problemas e na elaboração da orientação partidária.

A democracia interna pressupõe o hábito de ouvir, com respeito efectivo e interesse de compreender e aprender, opiniões diferentes e eventualmente discordantes. Pressupõe a consciência de que, como regra, o colectivo vê melhor que o indivíduo. Pressupõe a consciência em cada militante de que os outros camaradas podem conhecer, ver e analisar melhor os problemas e ter opiniões mais justas e mais correctas.

A democracia interna é um conjunto de princípios e uma orientação do trabalho prático que se insere na esfera da teoria, da política, da prática e da ética.

A democracia interna do Partido é uma forma de decidir, um método de trabalho, um critério de discussão e de decisão, uma maneira de actuar e de estar na vida, uma forma de pensar, de sentir e de viver.

Democracia implica um elevado conceito acerca do ser humano, do seu valor presente e do seu valor potencial.

Por isso o comunista educado nos princípios democráticos é democrata sem esforço. É democrata porque não sabe pensar e proceder de outro modo. Porque não tem um desmedido orgulho e vaidade individual. Porque tem consciência das suas próprias limitações. Porque respeita, porque ouve, porque aprende, porque aceita que os outros podem ter razão.

Este profundo conteúdo da democracia interna do Partido é o resultado de uma larga evolução e de uma acumulação de experiências, próprias e alheias.

Muito há ainda que melhorar e aperfeiçoar. Mas a grande força da democracia interna do PCP e os seus resultados mostram que a vida interna do PCP segue no bom caminho.

A DEMOCRACIA, O COLECTIVO E O INDIVÍDUO

A democracia interna do Partido encontra uma das suas mais elevadas e significativas expressões na direcção colectiva e no trabalho colectivo.

A democracia significa essencialmente a lei do colectivo contra as sobreposições e imposições individuais e sobretudo individualistas.

Isto não significa que a democracia menospreze o indivíduo, o seu valor e a sua contribuição. Ao contrário. A democracia estimula, motiva e mobiliza a capacidade, a intervenção, a vontade e a decisão do indivíduo. Mas, como grande mérito e superioridade do espírito e dos métodos democráticos, a democracia insere a contribuição de cada indivíduo no quadro da contribuição dos outros indivíduos, ou seja, insere a contribuição individual no quadro da contribuição colectiva, como parte constitutiva da capacidade, intervenção, vontade e decisão colectivas.

Isto é igualmente válido nas organizações de base e nos organismos mais responsáveis. Os dirigentes inserem também o seu trabalho individual no trabalho colectivo e as suas opiniões

e propostas devem estar sempre abertas ao enriquecimento, ao melhoramento e à correcção.

No nosso Partido não encontra terreno favorável quem quer que compreenda a democracia como uma forma directa ou indirecta de fazer vingar as suas opiniões individuais.

De facto aparecem episodicamente camaradas que, em termos gerais, defendem a mais ampla democracia, de forma a que seja ouvida e atendida a opinião dos militantes, mas que de facto só reconhecem existir democracia quando impõem a sua opinião pessoal.

Se o colectivo a que pertencem concorda com as suas opiniões, a democracia (segundo eles) está a ser aplicada e então exigem naturalmente que todos cumpram o decidido, e contestam que outros camaradas continuem defendendo as suas opiniões próprias.

Mas, se o colectivo não aceita as suas opiniões e põe em prática as que são democraticamente decididas, então (segundo eles) já não existe democracia e, em nome da democracia, sentem-se no direito de, contra a opinião e as decisões do colectivo, defenderem as suas opiniões que não foram aceites.

Todos os membros do Partido têm o direito de expressar e defender a sua opinião no organismo a que pertencem, mas nenhum tem o direito de sobrepor ou querer sobrepor a sua opinião individual à opinião do colectivo, à opinião do seu organismo ou organização, à opinião do seu Partido.

Assim se compreende a democracia no nosso Partido. É a mais larga, a mais sã, a mais profunda jamais existente em qualquer partido político português.

DEMOCRACIA, DIVERGÊNCIAS E CRÍTICA

O pleno direito dos militantes de manifestarem no organismo a que pertencem as suas opiniões, eventualmente divergen-

tes, fazerem críticas, adiantarem propostas — é um importante traço da democracia interna.

Mas a verdadeira democracia no Partido exclui que as diferenças de opinião cristalizem em grupos de camaradas, em torno de tal ou tal ideia, ou de tal ou tal inspirador ou animador da divergência.

A interdição de formação de fracções e de tendências organizadas dentro do Partido é um princípio que respeita à unidade e à disciplina. Mas respeita também à concepção da democracia.

O Partido Comunista não é uma organização unitária mas uma organização política avançada com uma natureza de classe e um programa e uma ideologia correspondentes.

A existência de fracções ou de tendências organizadas, que por definição envolvem desacordos de fundo e não apenas diferenças de opinião conjunturais, significariam que a democracia interna não seria de molde a garantir a contribuição efectiva de todos na definição das grandes linhas de orientação.

As diferenças de opinião, quando expressas com espírito construtivo, intervêm como um factor positivo para o esclarecimento e a decisão. Tornam-se porém um factor negativo contrário à democracia interna quando se transformam numa sistemática posição contestatária, divergente ou de oposição à orientação e às decisões democraticamente aprovadas.

É evidente que, neste último caso, os contestatários se opõem, com a sua atitude, à aplicação efectiva dos princípios, normas e práticas democráticos.

Democracia interna no PCP nada tem a ver com um jogo permanente (inspirado nas concepções, hábitos e vícios do parlamentarismo burguês) de divergências, de tendências, de grupos, de bipolarização dos militantes divididos entre a opinião oficial e a opinião da oposição ou oposições, entre os que têm o Poder e os que o contestam.

Os comunistas portugueses observam com estupefacção casos conhecidos em que as reuniões da direcção, abertas ao público, dão o espectáculo da digladiacção de «líderes», de «no-

táveis» e de grupos, de lutas pela chefia, de aliciamentos de corredor, de expedientes de assembleia geral, de constantes votações de que saem conclusões públicas tidas como leis logo adiante revogadas por novas maiorias — ao mesmo tempo que o partido no seu conjunto permanece como mero auditor e instrumento obediente sujeito a férrea disciplina e a sanções quando a infringe.

Um tal espectáculo é considerado pelos comunistas portugueses como uma verdadeira aberração.

No PCP, a Direcção trabalha segundo normas democráticas. E o Partido participa em conjunto em todo o trabalho político.

A democracia interna admite diferenças de opinião, divergências e críticas, mas inseridas no trabalho colectivo, na decisão colectiva e na acção colectiva.

A ELEIÇÃO DOS DIRIGENTES

A eleição dos organismos de direcção pelas organizações respectivas é um dos princípios da democracia interna. É aplicável tanto em relação aos organismos de direcção central como aos organismos dirigentes de qualquer organização.

Após o 25 de Abril, desaparecidas as limitações impostas pelas condições de clandestinidade, um esforço sério tem sido feito para pôr em prática este princípio.

Trata-se de um processo cujo andamento é orientado pela ideia de que as eleições dos organismos dirigentes devem realizar-se sempre que as condições estão criadas para tal.

Isto é: entende-se que nem sempre existem condições e que, não existindo condições, não seria positivo precipitar a realização de eleições que, a coberto da prática formal da democracia, falseariam o carácter democrático das eleições e conduziriam necessariamente a decisões defeituosas.

Tal o caso de localidades em que, por atraso ou dispersão das organizações, os militantes não se conhecem entre si e os

camaradas mais responsáveis tão-pouco conhecem suficientemente os membros do Partido.

Tal também o caso de freguesias e concelhos em que a estruturação e a política de quadros estão particularmente atrasadas.

É ainda o caso das organizações regionais cujas assembleias, pela vastidão das organizações e pela complexidade dos problemas postos, não foram viáveis até recentemente.

Em todos esses casos, a designação pelos organismos superiores de membros de organismos dirigentes e a cooptação por estes de novos membros têm sido prática normal e corrente, embora sempre considerada de carácter provisório, porque acusa um atraso em importantes aspectos do funcionamento democrático do Partido.

A situação tem contudo evoluído favoravelmente.

Nas 1278 assembleias de organizações, realizadas desde o 25 de Abril, foram eleitos os órgãos dirigentes. Os anos de 1984 e 1985 foram também marcados pela realização das assembleias das organizações regionais e distritais e pela eleição das direcções respectivas. Trata-se de importantes passos da democracia interna do Partido.

As eleições dos organismos devem ter duas preocupações fundamentais: assegurar, por um lado, o direito dos militantes a escolherem os seus dirigentes; assegurar, por outro lado, o bom fundamento e a correcção da escolha.

Quanto ao primeiro aspecto, embora sendo de admitir e até de desejar em cada caso um regulamento para a eleição (que pode alargar mais ou menos as formas de intervenção dos militantes na eleição), o direito de voto significa o direito de votar por, ou de votar contra, as propostas feitas, ou de abster-se.

Aqueles que participam numa eleição devem sentir-se completamente à vontade para expressarem a sua opinião e votarem segundo a sua consciência.

Quanto ao segundo aspecto, é importante assegurar que, ao votar, cada qual esteja em condições de avaliar as tarefas que

se colocam nos cargos a preencher, as qualidades requeridas para desempenhá-las e o valor relativo dos quadros.

Isto é particularmente válido nos organismos e cargos mais responsáveis do Partido, sendo por exemplo absolutamente fundado o critério de eleger no Comité Central, e não no Congresso, não apenas a Comissão Política, o Secretariado e o Secretariado Político Permanente mas também o secretário-geral do Partido.

A simpatia, a momentânea impressão directa resultante de uma intervenção ou de um discurso, o conhecimento incompleto dos quadros, a informação irresponsável, podem conduzir a preferências defeituosas e eventualmente a eleição de camaradas sem as condições requeridas.

São entretanto de ter em conta duas faces da apreciação.

Em primeiro lugar, as qualidades e possibilidades dos quadros, consideradas globalmente num momento dado, são em regra muito mais bem conhecidas pelos organismos responsáveis do que pela base no seu conjunto.

Em segundo lugar, numerosos importantes traços de carácter e de comportamento escapam muitas vezes aos organismos dirigentes e são observados e analisados pela base do Partido, e pelos companheiros diários de trabalho e de luta.

Por isso é bom princípio serem os organismos dirigentes a proporem os quadros a eleger; mas é essencial, para que a proposta seja suficientemente fundamentada e correcta, ouvir previamente informações e opiniões sobre os quadros a propor.

A eleição democrática não esgota a democracia interna no que respeita aos organismos eleitos. Os direitos dos membros do Partido em relação à Direcção não se limitam a eleger os dirigentes. Os organismos eleitos não se apossam do Poder como sucede nos partidos burgueses. A actividade da Direcção é inseparável da constante intervenção democrática das organizações e militantes.

A QUESTÃO DO VOTO SECRETO

No nosso Partido não se utiliza o voto secreto. Nem na eleição dos organismos dirigentes nem na aprovação de qualquer decisão.

Quem vota em alguém ou em algum ponto de vista toma perante os outros a responsabilidade da sua opção.

Para que assegure a verdadeira consciência e livre opção, esta forma de votar pressupõe que o direito de opção, e portanto de discordância, é plenamente reconhecido, que não existem quaisquer formas de coacção ou pressão, que o militante está ao abrigo de quaisquer discriminações, más vontades e perseguições por motivo do seu voto abertamente declarado.

Existem, é certo, situações indesejáveis, em que estas condições não estão preenchidas. Como resultado, a opção declarada, sobretudo quando minoritária e discordante com a da Direcção e da grande maioria, sujeita o militante a uma censura condenatória, que pode eventualmente ter desagradáveis consequências na sua vida como quadro do Partido. Existem mesmo situações (e isso aconteceu no nosso Partido e em outros partidos irmãos) em que o voto discordante e minoritário conduziu a perseguições, condenações, sanções efectivas e mesmo à liquidação política de bons quadros.

Como consequência de tais situações ou na sua previsão, tem-se colocado a questão do voto secreto.

Se, num partido determinado, se vive num ambiente de autoritarismo, de culto da personalidade, de despotismo, ou se se atravessa uma crise grave marcada por profundas divergências e conflitos, compreende-se que a utilização do voto secreto possa ser, em determinadas circunstâncias, um passo para a democratização da vida interna.

Entretanto, fora de tais situações, e como método de assegurar plena liberdade de voto, numerosos partidos adoptam o voto secreto. No que respeita à eleição do Comité Central, segundo os dados de que dispomos relativos a uma larga amos-

tagem de 42 partidos, adoptam a votação secreta 4 no total de 9 partidos de países socialistas, 15 no total de 18 partidos de países capitalistas da Europa, 10 no total de 15 da América Latina.

No nosso Partido não se adoptou o sistema de voto secreto.

Reconhecendo-se aos militantes o direito de voto, reconhece-se realmente o direito de exercê-lo: de votar por ou contra. E existindo uma educação e um ambiente democráticos a votação não secreta não provoca problemas.

Se se chegasse à conclusão de que o voto não secreto era uma limitação à expressão da vontade dos militantes, porque sujeitava os votantes a quaisquer retaliações posteriores, seriam possíveis duas soluções. Uma, a adopção do voto secreto. Outra, exigindo modificações do funcionamento e um trabalho educativo mais profundo, estabelecer e praticar normas de vida interna do Partido que garantissem efectivamente o direito de cada militante votar segundo a sua própria opinião, assumir naturalmente perante os outros a sua opinião e ver a sua opinião respeitada pelos outros.

No PCP entende-se que *o voto não secreto* (sendo como é assegurado o direito dos militantes) é uma expressão elevada da democracia, do respeito efectivo pela opinião e vontade de cada militante, da responsabilidade assumida por cada qual acerca da sua opinião e do seu voto, da consciência do reconhecimento e garantia dos direitos de todos e de cada um.

DAR CONTAS DA ACTIVIDADE

Dar contas da actividade é um princípio geral da democracia interna, que, em todos os sectores e a todos os níveis, tem concretizações muito diversificadas, tanto de carácter individual como de carácter colectivo.

Dar contas da actividade é além do mais uma fase constante e um acto necessário e obrigatório na realização de qualquer tarefa. No trabalho quotidiano do Partido, o *contrôle* de execução outra coisa não é senão o acompanhamento da realização das tarefas, solicitando regularmente e no tempo devido que os organismos e os militantes prestem contas do trabalho de que ficaram responsáveis. A intensíssima actividade do Partido torna tal prestação de contas natural e indispensável em todos os momentos.

Sendo entretanto também frequente que decisões tomadas sofrem delongas ou são mesmo esquecidas, o melhoramento do *contrôle* de execução tem de ser uma preocupação de todos os organismos responsáveis.

Nenhum organismo e nenhum militante pode dizer que «não tem contas a dar a ninguém». Todos têm contas a dar a alguém. Esse alguém é o Partido, na pessoa dos organismos ou militantes competentes para o efeito.

Se um militante ou um organismo oferecem dificuldade ou perdem o hábito de prestar contas, cabe ao Partido exigir-lhes que o façam, pois que não prestar contas não só afecta, degrada, desorganiza e atrasa a actividade como cria situações, hábitos e vícios que contrariam princípios básicos da democracia interna.

Prestar contas não é nenhuma imposição por motivo de desconfiança, nenhum acto de subordinação ou de falta de autoridade. Prestar contas é dizer simplesmente o que se fez e por que se fez no âmbito das tarefas estabelecidas e do trabalho colectivo. Ou o que se não fez e por que se não fez. É uma atitude correcta, fácil, habitual de todos os organismos e militantes. É um aspecto comum e diário inerente à dinâmica do trabalho.

Os militantes prestam contas da actividade, tanto nos organismos de base como nos organismos superiores. E os organismos de base e os organismos superiores também prestam contas da sua actividade.

É uma forma corrente de prestar contas a explicação da actividade dos organismos do Partido através de documentos, de artigos, de intervenções, de discursos, de plenários, de debates

e de outras formas de informação e esclarecimento sobre a actividade do Partido.

E além destas formas correntes na vida quotidiana do Partido, existem, para os grandes balanços, locais e momentos apropriados.

O Comité Central presta contas nos congressos e conferências nacionais do Partido através dos seus relatórios em que se relatam as linhas essenciais da actividade desenvolvida, se apontam os seus resultados, se procede a um exame crítico e se propõem as orientações e as tarefas.

Os organismos de direcção das regiões, dos distritos, dos concelhos, das freguesias, das ilhas, de locais, de zona, de empresa, de classe profissional e de sector prestam contas nas assembleias das organizações respectivas.

Se se considera a prestação de contas em função da estrutura orgânica do Partido, pode assim dizer-se que ela é, nos termos adequados, realizada em dois sentidos: dos organismos inferiores aos organismos superiores e dos organismos superiores aos organismos inferiores.

E se se considera a prestação de contas em função da responsabilidade dos organismos e militantes, pode dizer-se que deve ser tanto mais exigível e tanto mais rigorosa quanto mais responsável é o organismo e o militante.

A prestação de contas é uma assunção de responsabilidade perante o Partido no sentido mais nobre da palavra. É expressão da consciência de que a actividade de cada um é parte integrante e indissociável da actividade de todos.

MAIORIA, CONSENSO, UNANIMIDADE

A submissão da minoria à maioria é uma regra essencial desde que compreendida como expressão de todo o rico funcionamento democrático do Partido. Isto é, inserida num es-

tilo caracterizado pela direcção colectiva e o trabalho colectivo e pelo direito e a liberdade de opinião e de crítica.

Se a submissão da minoria à maioria é compreendida como uma forma simplificada de decisão e de disciplina, acaba por ser, não uma regra democrática e uma prática democrática mas um processo burocrático falseando grosseiramente a democracia interna.

Se, por exemplo, num organismo determinado, uma parte maioritária dos camaradas abrevia ou dispensa as discussões, se desinteressa das opiniões dos outros e recorre sistematicamente à votação maioritária, deturpa e infringe o verdadeiro princípio de decisão por opinião maioritária.

Na decisão por maioria não é a votação em si o fundamental. O fundamental é o apuramento de uma opinião colectiva, maioritária, quando não pode ser unânime.

Votações para apuramento pelo voto maioritário que não assentem numa aberta, franca e profunda troca de opiniões e no conhecimento e no exame atento e recíproco dessas opiniões, são um acto formal que assegura, é certo, que decida o maior número, mas não assegura que o maior número decida em consciência.

Em condições de vida menos democráticas, a decisão por votações sistemáticas oferece um perigo suplementar: a tendência para uma posição seguidista, votando com os mais responsáveis, não procurando nem compreender o problema em discussão nem tomar uma posição conforme com a própria consciência.

A aceitação do princípio de que as decisões são tomadas por maioria não significa que em cada caso haja votação. A votação deve ser realizada quando necessário. Pode em alguns casos ser o melhor processo de apuramento. Não o processo normal e obrigatório.

Assim, em numerosas questões de ordem prática e de carácter secundário, é muitas vezes preferível, na base de propostas iniciais e de um brevíssimo tempo para objecções eventuais, proceder a uma votação do que abrir e arrastar discussões.

Já no que respeita a questões mais importantes, nomeadamente a decisões políticas, se existe um verdadeiro trabalho colectivo, não é necessário, salvo casos excepcionais, proceder-se a uma votação. O próprio debate permite o esclarecimento e a formação de uma opinião colectiva. A opinião colectiva resulta com naturalidade do próprio debate. Um documento redigido ou um camarada em intervenção oral concretiza a conclusão, esta recebe eventualmente uma ou outra proposta para maior rigor e tem-se por conclusão colectiva, sem necessidade de votação.

Por vezes, a esta forma de tomar decisões chama-se consenso. A palavra é adequada. Mas é necessário estar vigilante contra certas formas defeituosas de compreender o consenso. Uma conclusão colectiva tomada sem votação, no quadro do trabalho colectivo, não pode ser confundida com conclusões unilaterais, apressadas e tendenciosas — de um debate incompleto em que nem todos expressaram a sua opinião —, apresentadas como «consenso».

O aprofundamento do trabalho colectivo faz evoluir as decisões tomadas por maioria para decisões tomadas por consenso. Um ainda maior aprofundamento acaba por conduzir à unanimidade.

No quadro do trabalho colectivo, a unanimidade aparece como uma superior comprovação da democracia existente.

Há, é certo, exemplos de situações em que a unanimidade pode ser expressão de um ambiente de coacção política e psicológica, de um funcionamento antidemocrático, da existência do culto da personalidade, de um conceito burocrático ou militarista da disciplina e da unidade.

No PCP, a unanimidade aparece na vida actual como a culminação de todo um processo democrático de participação e intervenção criativa dos militantes, de continuado, amplo e profundo trabalho colectivo.

Observadores superficiais ficam surpreendidos, quando, num congresso ou numa conferência nacional, ou em assembleias de organizações do Partido, centenas ou milhares de

delegados aprovam por unanimidade os documentos fundamentais. Mais surpreendidos ainda, quando vêem levantar-se no ar a floresta de cartões vermelhos e o exaltante entusiasmo que acompanha a votação e o seu resultado.

Procuram explicar tal fenómeno (assombroso aos seus olhos) por qualquer filtragem de delegados, por qualquer terrível disciplina de tipo militar, por quaisquer formas de pressão ou coacção, ou ainda pelo atraso político e mental dos membros do Partido, que votariam tudo quanto lhes é proposto por serem incapazes de pensar e de opinar.

Alguns vão ao ponto de comparar essas votações e essa unanimidade verificada no PCP com os debates conflituosos e numerosas e minuciosas votações por maioria e minoria verificados em congressos de outros partidos, concluindo que nestes últimos é que se revela a democracia, enquanto a unanimidade no PCP revelaria a falta dela.

Esta apreciação acusa profundo desconhecimento das realidades e um critério superficial, limitado, burocrático e pequeno-burguês da democracia.

De facto, nesses outros partidos citados, por que se verificam tão agudos e conflituosos debates nos seus congressos? Por que se assiste a tão profundas e constantes divisões em relação a todos os problemas discutidos? Por que se polarizam tantas vezes as opiniões e votações em torno de plataformas políticas divergentes e de dirigentes em permanente conflito? Porquê essa necessidade de pormenorizadas votações a propósito das mais pequenas coisas?

Isso sucede porque não existe uma verdadeira democracia interna, porque se admitem e prolongam situações antidemocráticas, porque não há a busca constante das contribuições dos militantes e dos apuramentos democráticos, porque não existe trabalho colectivo.

Nesses casos, os acesos debates e votações conflituosas sempre por maioria e minoria são a explosão pública e global da falta de democracia interna.

No PCP, a unanimidade traduz todo um trabalho anterior

em profundidade, em que os militantes participaram, entrevistaram, contribuíram para o resultado com as suas opiniões e as suas propostas.

Quando se assiste a uma votação massiva e unânime numa grande realização do Partido, essa votação significa, da parte de cada qual, que reconhece no que se está a aprovar não qualquer coisa que vem de cima e lhe é estranha mas qualquer coisa que *também é sua*, pela contribuição que deu ou poderia ter dado se o julgasse necessário.

As votações unânimes e entusiásticas são a expressão final de todo um processo democrático de debate, definição e decisão. Mas não só. São também a expressão de toda uma realidade mais vasta, mais profunda e mais rica, abrangendo todos os aspectos da vida e da actividade do Partido.

No PCP, a unanimidade verificada nos congressos culmina a realidade da direcção colectiva e do trabalho colectivo, a prática do reconhecimento dos direitos iguais de todos os militantes, a profunda democracia interna existente e a consciência de todos de que ela existe e está assegurada.

CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS NACIONAIS E ASSEMBLEIAS

Os congressos e conferências nacionais do Partido e as assembleias das organizações representam um importantíssimo papel na vida partidária e constituem uma das mais ricas manifestações do centralismo democrático.

Já nas condições de clandestinidade, apesar das dificuldades existentes e das restrições impostas por motivos de segurança, os congressos do Partido tiveram papel de relevo na instauração de critérios democráticos na vida interna.

Depois do 25 de Abril, tornaram-se grandiosas realizações, em que se afirma o desenvolvimento criativo do centralismo democrático. De congresso para congresso — o VII (extraordiná-

rio) em 1974, o VIII em 1976, o IX em 1979, o X em 1983 — tem-se acentuado o carácter colectivo, no plano político, organizativo e técnico, de toda a preparação e realização.

Envolvendo todo o Partido, do Comité Central às organizações de base, os congressos constituem uma exaltante afirmação do grande colectivo que é o PCP. Os congressos são o colectivo a pensar, a trabalhar, a realizar, a decidir, num entusiástico empenhamento conjunto que dá uma justa medida de como no PCP a orientação política, a intensa actividade, a unidade e a disciplina são inseparáveis da democracia interna.

Embora noutra escala, o mesmo se pode dizer das conferências nacionais do Partido, realizadas desde o 25 de Abril, para decidir sobre problemas concretos. A partir de 1977, realizaram-se 11 conferências nacionais do Partido, das quais 3 sobre a situação económica e a política económica do Partido, 1 sobre o Mercado Comum, 2 sobre o Poder Local e 5 sobre a preparação de campanhas eleitorais.

Finalmente, tal como os congressos e as conferências nacionais, as assembleias das organizações constituem um dos aspectos mais significativos e característicos da vida partidária.

Segundo os Estatutos do Partido (artigo 33.º), «A Assembleia é o órgão superior de cada uma das organizações regionais, distritais, concelhias, de freguesia, de ilha, locais, de zona, de empresa, de classe profissional e de sector.»

Como órgão superior de cada uma e de todas as organizações, a assembleia tem um destacado lugar na estrutura e no sistema de direcção do Partido. Não se limita porém a isso a sua função.

Valioso factor da democracia interna, a sua importância, o seu papel e a sua influência repercutem em praticamente todos os aspectos da vida partidária.

Desde 25 de Abril até Maio de 1985, realizaram-se 1277 assembleias de organização, das quais 12 regionais, 5 distritais, 227 concelhias, 394 de freguesia, 84 locais, 220 de zona, de sector e de subsector e 346 de célula. A partir do VIII Congresso até à actualidade realizaram-se em média 12 assembleias por

mês. De particular relevo as grandes assembleias das organizações regionais, realizadas em 1984-1985.

A elaboração de estudos e documentos respeitantes a praticamente todos os aspectos da vida do sector, as reuniões e os debates prévios, a eleição dos delegados, a montagem, a organização e o andamento dos trabalhos envolvem um profundo e apurado trabalho político, organizativo e técnico.

As assembleias são sempre grandes realizações das e para as organizações respectivas. São em muitos casos grandes realizações à escala nacional. As assembleias das organizações regionais e de muitas das organizações concelhias e de empresa, com centenas de delegados e por vezes milhares de convidados, dão magnífico testemunho de um elevado nível de preparação, capacidade e experiência.

As assembleias das organizações valem por si próprias. Mas valem também por todo o trabalho preparatório que as antecede e pelos efeitos no trabalho que as segue.

As assembleias, tal como os congressos e conferências nacionais do Partido à escala nacional, mobilizam as organizações para o exame da situação no âmbito da actividade da organização respectiva, para o balanço do trabalho realizado e para a definição da orientação a seguir. Formalizam a prestação de contas pelos organismos dirigentes. Concretizam a eleição dos organismos dirigentes. Estimulam e dinamizam a militância e todas as actividades. Desenvolvem na prática o trabalho colectivo e enriquecem a sua concepção. Reforçam a coesão e a unidade partidárias.

Os congressos e as conferências nacionais do Partido e as assembleias das organizações, assim como conferências e encontros nacionais de organizações de sector, apresentam cada qual de certa forma uma síntese e uma resultante do estilo de trabalho do PCP.

No referente aos princípios orgânicos, dão exemplos do insubstituível valor da democracia interna e do trabalho colectivo, sua mais alta expressão, como componentes do centralismo democrático.

5
DIRECÇÃO E AUTORIDADE

edições
Avante!



A TAREFA COMPLEXA DE DIRIGIR

O trabalho de direcção é, por sua natureza, suas funções e suas competências, o tipo de actividade partidária mais responsável e complexo.

Quem dirige, em qualquer nível que seja (central, regional ou qualquer outro escalão), tem de decidir, de orientar, de dar directrizes e indicações, de distribuir e de atribuir tarefas. Tem de examinar as realidades, as situações concretas e os problemas e encontrar resposta para eles. Tem de planificar e de programar o trabalho. Tem de acompanhar atentamente o trabalho das organizações ou sectores respectivos e intervir para assegurar a orientação justa, para estimular a actividade, para controlar a execução, para conduzir à realização das tarefas indicadas.

O trabalho de direcção envolve assim grandes responsabilidades, múltiplas competências e latos poderes. É essencial que o seu exercício seja conforme com os princípios orgânicos do Partido e, em particular, com o respeito da democracia interna e com a concepção do trabalho colectivo.

Dirigir não é mandar, nem comandar, nem dar ordens, nem impor. É, antes de tudo, conhecer, indicar, explicar, ajudar, con-

vencer, dinamizar. São péssimos traços para dirigentes o espírito autoritário, o gosto do mando, a ideia da superioridade em relação aos menos responsáveis, o hábito de decidir por si só, a suficiência, a vaidade, o esquematismo e a rigidez na exigência do cumprimento das instruções.

Uma qualidade essencial num dirigente comunista é a consciência de que tem sempre de aprender, tem sempre de enriquecer a sua experiência, tem sempre de saber ouvir as organizações e os militantes que dirige.

E, quando se fala em ouvir, não se trata apenas de ouvir num gesto formal, protocolar e condescendente. Não se trata de receber passivamente e registar por obrigação o que os outros dizem. Trata-se de conhecer, de aproveitar e de aprender com a informação, a opinião e a experiência dos outros. Trata-se eventualmente de modificar ou rectificar a opinião própria em função dessa informação, opinião e experiência.

A experiência de cada dirigente individualmente considerado é de grande valia. Mas a experiência dos dirigentes tem de saber fundir a experiência própria com a assimilação da experiência do Partido.

Daqui resulta que um dirigente dá uma contribuição tanto mais rica, positiva e criativa quanto mais baseia a sua opinião no entendimento da opinião dos outros e na assimilação da experiência colectiva, quanto mais consegue que o seu pensamento traduza, expresse e sintetize o pensamento elaborado colectivamente. Não apenas do seu organismo. Mas da sua organização. E do Partido em geral.

Perigoso para uma direcção e para os dirigentes (em qualquer escalão) viverem e pensarem num círculo fechado e à parte.

Quando isso acontece, o ângulo de visão torna-se limitado e estreito. Aparece a tendência para atribuir à organização respectiva ou a todo o Partido ou às massas a opinião desse círculo estreito. Diminui a capacidade de apreender e conhecer o verdadeiro sentir e as verdadeiras aspirações e disposições do Partido e das massas.

É indispensável, para um correcto trabalho de direcção, o estreito contacto com a organização, com os militantes e, sempre que possível, com os trabalhadores democratas sem partido.

É de evitar tudo quanto tenda a distanciar os dirigentes da base do Partido. E de estimular tudo quanto aproxime e ligue num esforço conjunto todas as organizações e militantes, compreendendo os dirigentes.

Os dirigentes têm um importante papel na actividade, no desenvolvimento e no sucesso dos respectivos partidos. Nesse sentido se pode dizer que os dirigentes fazem os partidos. No PCP, também o Partido faz os dirigentes.

A NECESSIDADE DE UMA DIRECÇÃO PREPARADA E EXPERIMENTADA

A formação de uma opinião partidária colectiva, a intervenção dos militantes na elaboração da orientação do Partido, a consciência do valor da contribuição de todos e de cada um e a do valor do pensamento do grande colectivo partidário não exclui *a consciência da necessidade para o Partido de formar e ter dirigentes preparados, firmes, experimentados, com especializações diversificadas, capazes de orientar o trabalho do Partido.*

A valorização do colectivo partidário não pode significar qualquer ideia de que o Partido pode dispensar uma Direcção preparada e capaz, pelo seu valor colectivo e pelo valor individual de cada um dos seus membros.

Só demagogos podem afirmar (e tal afirmação é tão velha como a luta contra o partido revolucionário da classe operária) que as únicas ideias criativas e os únicos movimentos válidos são «os que vêm de baixo», que a orientação do Partido pode vir da base.

A Direcção está ligada a todo o Partido, recebe em larga medida de todo o Partido a informação da realidade, a apreciação sobre ela, a proposta criativa da resposta a dar aos problemas, a tradução fundamentada das aspirações e sentimentos do Partido e das massas.

Mas a função da Direcção não se limita a inventariar, classificar e coordenar a contribuição de todo o Partido. A Direcção intervém com a sua particular preparação e experiência, com a sua opinião própria, tanto mais útil e correcta quanto mais elevada for a sua preparação e a sua experiência.

Tanto nos partidos como nos Estados, as decisões e actuações dos responsáveis (e mesmo de tal e de tal responsável) pesam por vezes de forma decisiva nos acontecimentos, podendo determinar a evolução dos partidos ou dos Estados, as suas vitórias ou as suas derrotas, a curto e a médio prazos.

Na história do PCP, a validade da orientação foi tanto mais comprovada pela prática quanto essa orientação se fundamentou, por um lado, na ligação estreita dos dirigentes com a base no Partido e, por outro lado, na preparação e experiência dos dirigentes.

A existência, não apenas da direcção colectiva mas do trabalho colectivo generalizado a todo o Partido, dá muito mais segurança às decisões da Direcção. Mas essa segurança resulta também das qualidades reais dos dirigentes.

Daí a necessidade de cuidar com particular atenção, não apenas da escolha acertada dos responsáveis mas da sua preparação.

A revolução portuguesa e a acção determinante que o PCP nela representa colocaram ao Partido e à sua Direcção novas tarefas, completamente diferentes das tarefas da luta clandestina.

O Partido foi confrontado com a necessidade de conhecer praticamente todos os complexos problemas económicos, financeiros, sociais, culturais, administrativos, militares que se colocaram à jovem democracia, ao novo Estado.

O Partido teve de fazer um gigantesco esforço na acção prática, nos conhecimentos técnicos e científicos, na bagagem ideo-

lógica para a preparação dos seus quadros e particularmente na sua Direcção.

A Direcção Central teve de criar condições para assegurar simultaneamente total firmeza política e ideológica e capacidade de resposta aos novos, variados e complexos problemas.

Na nova situação surgiram no imediato dois perigos: ou o de uma direcção política e ideologicamente firme, sobretudo constituída pelos quadros operários provados na luta clandestina, mas sem preparação técnica e especializada para dar resposta a todos os complexos problemas da edificação do regime democrático; ou o da constituição de uma nova direcção com a chamada de quadros técnicos e especializados, mas que correm o risco de sérias insuficiências e vacilações políticas e ideológicas.

Foi também graças ao trabalho colectivo que se encontrou solução para tal problema.

A Direcção Central manteve como núcleo fundamental o núcleo mais provado, experimentado e firme, ideológica e politicamente. Mas, ao mesmo tempo que promovia novos quadros operários, que se foram revelando no processo revolucionário, e tomava medidas de formação especializada acelerada, rodeou esse núcleo com numerosos quadros preparados, especializados, organizados nas mais variadas comissões de análise, estudo, debate, opinião.

O alargamento do Comité Central e dos organismos de direcção e a formação de uma grande série de comissões junto do Comité Central — cada uma das quais constituída pelos dirigentes, militantes e especialistas mais directamente ligados aos problemas relativos a tais comissões — permitiram à Direcção do Partido e ao Partido no seu conjunto atingir um elevado nível de conhecimento dos problemas e de capacidade de resposta para eles.

A preparação e a capacidade da Direcção do Partido, assentes no trabalho colectivo e na preparação e valor individual dos quadros, tornaram-se um factor da mais alta importância para o reforço incessante do Partido e a sua intervenção no processo revolucionário e em toda a vida nacional após o 25 de Abril.

CORRECTO APREÇO, ELOGIO E ADULAÇÃO

É justo o apreço pela contribuição individual dos militantes, pelo seu talento, os seus méritos, os serviços e as provas que prestaram e prestam. Trata-se de um princípio válido em todo o Partido e naturalmente também válido quando referido aos dirigentes em qualquer escalão.

É de evitar que aqueles que empregam os seus esforços na realização de uma tarefa e conseguem um resultado positivo fiquem depois pensando que os seus camaradas ou não repararam sequer ou têm reservas críticas que não expressaram.

Mas o apreço não é uma recompensa. Nem sequer necessita de se expressar em referências explícitas.

O apreço pelo trabalho e a contribuição individuais e a eventual valorização desse trabalho e dessa contribuição de forma alguma se devem converter em referências de carácter sistemático, na prática do elogio que descamba facilmente na lisonja e na adulação.

A justa valorização da contribuição individual dos militantes (designadamente dos mais responsáveis) é incompatível com tal prática.

A prática do elogio, da lisonja, do aplauso sistemático e quase obrigatório converte-se facilmente num processo perigoso na vida interna do Partido.

Mal vão as coisas quando o nome do mais responsável não pode ser pronunciado sem que uma salva de palmas o acolha.

Se tais hábitos se criam, a partir de certa altura já se repara em quem não elogia e em quem não aplaude, já se interpreta o não elogiar e o não aplaudir sistemático como sinal de discordância ou oposição.

E, assim, pode acontecer que passam a ser «mal vistos» bons militantes, ao mesmo tempo que outros se vão acomodando a tal prática defeituosa por receio de ser mal interpretada a ausência dos sinais de apreço e aplauso.

Da parte dos dirigentes corre-se o risco de lhe «tomarem o gosto», pois é sabido que o vício da lisonja tem algo de semelhante ao vício do vinho: quanto mais se bebe mais vontade se tem de beber.

Na vida dos povos é lástima verificar como alguns chefes sentem necessidade, para reforçar a própria autoridade, que se multipliquem os elogios em seu favor. E verificar depois que muitos daqueles que assim mais elogios recebem na vida, menos os recebem depois de mortos.

A prática do elogio e do aplauso sistemático aos dirigentes transcende por vezes o grau de uma tendência defeituosa, para adquirir o carácter de uma sensível degradação de ordem ética.

Porque, quando tal prática se institucionaliza, o terreno torna-se propício aos oportunistas e carreiristas, aos adutores e cortesãos.

Este fenómeno negativo pode verificar-se em qualquer escalão. É tanto mais grave quanto mais elevado é o escalão em que se verifica. Pode tornar-se aberrante, se se manifesta em relação ao secretário-geral.

A degradação ética dá-se dos dois lados: do cortesão e daquele a quem o cortesão agrada.

Quando um dirigente «em qualquer escalão», em vez de justa repulsa pela lisonja, a aceita sem dificuldades ou toma o gosto por ela, pode facilmente ganhar vícios de apreciação e de conduta, com reflexos graves na actividade partidária: avaliação defeituosa de si próprio, avaliação defeituosa dos outros quadros, preferências mal fundamentadas, escolhas e selecções determinadas por critérios subjectivistas.

Quanto ao adutor, é, por definição, um oportunista que calcula, humilhando-se e incensando os «chefes», tirar disso vantagens. Por isso, a adulação só se desenvolve e prolifera quando encontra terreno propício, quando é rendível, quando de uma forma directa ou indirecta é premiada.

Quando os adutores só retiram da adulação a indiferença, a crítica ou o desprezo, nem a prática avança nem o exemplo medra. É o que tem sucedido e sucede no nosso Partido.

No PCP têm sido combatidas com êxito tais tendências negativas, embora apareçam mitigadas em casos isolados e raros. Os militantes sentem-se à vontade nas suas relações para expressar a sua opinião, favorável ou desfavorável, para aplaudirem ou não aplaudirem, para apoiarem, para discordarem e para criticarem.

Pode afirmar-se que a ausência da prática do elogio e a repulsa generalizada por quaisquer manifestações de adulação constituem factores importantes do respeito de todos por todos, da reconhecida autoridade de organismos e dirigentes.

ARROGÂNCIA DA CHEFIA E DO PODER

A arrogância da chefia e do Poder (de um partido ou de um Estado) consiste fundamentalmente na afirmação da chefia e do Poder perante os outros, mesmo quando inconveniente ou desnecessária.

Tal arrogância pode ter como origem a concepção política de que a chefia e o Poder devem evidenciar-se para impor respeito e autoridade. Pode também ter como origem características dos dirigentes e dos representantes do Poder, que dificilmente aceitam passar despercebidos.

É de admitir, por exemplo, que dirigentes de um Estado, que têm, excepcionalmente por interesse público ou razões de segurança, urgência de se deslocarem por ruas e estradas com velocidade superior à geralmente admitida, tenham prioridades ocasionais e infrinjam regras de trânsito. Tal como os bombeiros e as ambulâncias. Mas já é menos admissível que essas situações excepcionais e justificadas se possam tornar norma corrente, e praticar-se, não por motivo de interesse público ou de segurança mas por comodidade própria, ou apenas como privilégio que se adquire na própria exibição.

A arrogância da chefia e do Poder é sempre uma expressão de privilégio adquirido ou tolerado e de exercício abusivo de funções responsáveis.

É legítimo que a chefia e o Poder se afirmem no exercício das funções e segundo necessidades sociais. Mas, salvo conjunturas verdadeiramente excepcionais, nunca como uma afirmação de autoridade omnipresente, lembrando constantemente aos camaradas (no caso de um partido) ou aos cidadãos (no caso de um Estado) a sua existência e a sua força.

Não se trata de fenómeno possível apenas nas mais altas instâncias de um partido ou de um Estado. Na devida proporção e com graus diferentes de gravidade, é não só possível mas verificável nos mais variados escalões da hierarquia partidária ou estatal.

Além dos aspectos mais graves em que pode reflectir-se, manifesta-se em graus menores, que são a génese dos maiores. A arrogância pode manifestar-se na maneira de circular, de falar, de se comportar entre os outros camaradas, evidenciando a responsabilidade superior; na forma superior, por vezes descabida, de responder a opiniões diferentes; na intolerância para com atitudes ou palavras discordantes; no estabelecimento de formas de relacionamento que evidenciam, mesmo quando completamente desnecessário, onde está a chefia e onde está o Poder.

É bom combater tais manifestações de grau inferior para que não venham a germinar as de grau superior.

O CULTO DA PERSONALIDADE

O culto da personalidade é um fenómeno negativo que comporta inevitavelmente pesadas consequências no partido em que se verifique.

Os elogios públicos e o exagero dos méritos do dirigente objecto do culto são aspectos superficiais.

As questões de fundo são extraordinariamente mais graves. São as incompreensões e a supervalorização do papel do indivíduo.

É a atribuição a uma personalidade, não apenas do que lhe é devido pelos seus méritos mas do que se deve aos méritos de muitos outros militantes.

É o injusto apagamento da contribuição dos outros militantes, assim como da classe e das massas.

É a prática da direcção individual e da sobreposição da opinião individual (mesmo que errada) à do colectivo.

É a aceitação sistemática, cega, sem reflexão crítica, das opiniões e decisões do dirigente.

É a crença ou a imposição da sua infalibilidade.

É o atentismo em relação às decisões do «chefe» e a quebra da iniciativa, intervenção e criatividade das organizações e militantes.

É a falsa ideia de que as tarefas que cabem ao Partido e até à classe operária e às massas podem ser realizadas pelo dirigente objecto do culto.

É o enfraquecimento da consciência comunista e da aprendizagem e responsabilidade dos dirigentes e militantes.

É o enfraquecimento e afogamento da democracia interna nos seus variados aspectos (trabalho colectivo, regra maioritária, independência de juízo e de opinião, prestação de contas).

É o caminho quase inevitável para a intolerância, o dirigismo, a utilização de métodos administrativos e sanções em relação aos que discordem do dirigente objecto do culto, o contradigam ou se lhe oponham.

Não é caso único no movimento comunista internacional o afastamento ou chamada aos organismos superiores do partido de tais ou tais camaradas, não pelo juízo que deles faz o colectivo mas pela maior ou menor identificação com aquele que tem funções de maior responsabilidade. No seguimento desse processo, não é caso único a formação de uma direcção cujos membros têm como principal credencial serem «fiéis» a esse dirigente e, a partir dessa direcção, a formação de todo um

aparelho «fiel» e «devotado», não tanto ao partido mas ao dirigente em questão.

Em geral, quando se fala do culto da personalidade, tem-se em vista aquele que desempenha o cargo considerado o mais elevado na hierarquia partidária. Mas o culto da personalidade, embora com aspectos diferenciados e de âmbito diverso, pode verificar-se em todos os escalões e em todos os níveis.

O culto da personalidade pode resultar de processo espontâneo desenvolvido a partir do apreço pelas qualidades reais e pelo real papel determinante de um dirigente; ou pode resultar de um processo criado artificialmente pela excessiva valorização individual do dirigente, não porque a sua contribuição seja de facto excepcional mas pela importância do cargo que desempenha.

Se, no primeiro caso, as consequências são sempre negativas, no segundo podem ser desastrosas.

De qualquer forma, um partido ou uma organização onde se instala o culto da personalidade sofre as consequências: no presente e no futuro.

No nosso Partido observa-se uma geral atitude crítica em relação aos fenómenos do culto da personalidade. Os métodos de trabalho, a prática do trabalho colectivo e da responsabilização colectiva, a valorização da contribuição de todos e de cada um, constituem condições frontalmente desfavoráveis ao culto da personalidade.

Entretanto não se deve perder de vista que o culto da personalidade não é uma situação decidida por decreto mas um processo que se desenvolve e instala. É extraordinariamente mais fácil impedir que se instale o culto da personalidade do que combatê-lo uma vez instalado.

Esta verdade aconselha a impedir que se desenvolvam e criem raízes, concepções, ideias, métodos e práticas (todas já por si negativas) que abrem caminho ao culto da personalidade. E que se reforcem concepções, ideias, métodos e práticas que não só garantam o trabalho colectivo no presente como o garantam para o futuro.

O CULTO DOS VIVOS E O CULTO DOS MORTOS

O culto da personalidade dos dirigentes é um fenómeno negativo na prática de um partido. Embora com alcance diferente, não deixa de ser negativo quando diz respeito a dirigentes mortos.

Se se é contra a deificação dos vivos, também se justifica ser contra a deificação dos mortos.

Mesmo em relação às mais notáveis figuras da história revolucionária, não são de alimentar ideias de infalibilidade.

Prestar homenagem aos mortos. Valorizar o seu papel. Aprender com os seus ensinamentos e o seu exemplo. Mas não incensar e não endeusar.

Lénine foi o mais extraordinário revolucionário da história da humanidade. O seu nome é inseparável e ficará eternamente ligado à primeira grande revolução que libertou os trabalhadores da exploração capitalista e conduziu à construção de uma sociedade sem classes antagónicas. Os seus escritos contêm ensinamentos de valor ímpar para todas as forças revolucionárias. Sem que se esqueça a contribuição de Engels, a doutrina do proletariado revolucionário chama-se justamente marxismo-leninismo, tendo assim os nomes dos dois maiores teóricos e revolucionários da história da humanidade.

Mas ser leninista não consiste em endeusar Lénine, em utilizar cada frase de Lénine como verdade universal, eterna e intocável, em substituir a análise pela citação, em responder aos acontecimentos através de afirmações de Lénine, mesmo quando se trata de novos fenómenos que Lénine não conheceu no seu tempo, em abafar, com a transcrição de textos e com a presença dominante do nome e da efígie e da autoridade desse nome e dessa efígie, a investigação, a análise e o espírito criativo no estudo e interpretação dos novos fenómenos.

Há que combater tendências que surjam para o culto da personalidade no presente. Uma das formas de combatê-las é não praticar o culto da personalidade em relação a figuras passadas.

A deificação dos mortos ou é uma desencorajadora subestimação do papel dos vivos ou uma tentação à sua igual deificação.

Um Mestre é verdadeiramente um Mestre, se os discípulos não fazem do Mestre um Deus.

Com Deus não se discute, Deus ordena, a Deus obedece-se. Deus é o dogma, o Mestre a verdade dialéctica. Deus é a afirmação absoluta de uma verdade eterna. O Mestre é o ensinamento da verdade da vida, na sua evolução, nas suas mudanças, no seu constante desenvolvimento, na sua relatividade.

É necessário aprender com Lénine e com os seus ensinamentos de validade universal. Uma primeira condição para ser leninista é ver em Lénine um Mestre e não um Deus.

VERDADEIRA E FALSA AUTORIDADE

A autoridade, no nosso Partido, é hoje uma situação de facto e não uma imposição de direito. A autoridade no Partido não parte da afirmação de quem a tem mas da atitude de quem a reconhece. Não é uma imposição estatutária, mas uma aquisição verificada pela prática.

A verdadeira autoridade colectiva (de um organismo ou organização) ou individual (de um militante) resulta fundamentalmente do acerto das decisões, do trabalho positivo, da expressão concreta do respeito pelos outros, da busca das opiniões e da contribuição do colectivo, da consciência de que o organismo ou o camarada considerado individualmente têm capacidade para decidir com acerto fundamentalmente porque têm em conta a contribuição do colectivo.

Há quem compreenda a autoridade de um organismo de direcção ou de um dirigente como o seu poder de decisão, ao qual corresponde para os militantes das organizações respectivas a obrigação de cumprir. O poder de decisão é sinónimo de

competência. Mas a competência para decidir não significa necessariamente autoridade.

A autoridade no nosso Partido consiste numa concepção, numa prática e numa realidade extraordinariamente mais ricas e mais profundas do que o poder de decisão.

Sem dúvida que aos organismos e aos dirigentes cabe decidir na esfera das suas competências. Sem dúvida que as decisões tomadas são para cumprir. Mas esta realidade respeita mais às competências e à disciplina do que à real autoridade.

O facto de um organismo ou um dirigente tomar uma decisão e essa decisão ser cumprida não significa só por si autoridade.

Quando uma decisão é tomada, o trabalho directivo não consiste em proclamar a decisão e exigir o seu cumprimento em nome da autoridade.

Só em circunstâncias verdadeiramente excepcionais é legítimo invocar o argumento da autoridade em vez da explicação e do convencimento.

Quando sistemática, a invocação do argumento da autoridade impede o debate construtivo, priva o Partido da contribuição dos militantes, entrava a reflexão e tende a fomentar a falsa ideia de que o mais responsável tem sempre razão.

No seu desenvolvimento, tais tendências criam condições para situações de irresponsabilidade e, no extremo limite, preconceitos de infalibilidade. Não reforçam antes enfraquecem a autoridade.

São sintomas, não da força e consistência da autoridade mas da sua fraqueza, a insistência em que essa autoridade existe, a valorização repetida dos méritos dos organismos de direcção e dos dirigentes, os balanços defeituosos da actividade, apresentando os êxitos e ocultando deficiências e erros.

É uma falsa autoridade, que não resiste ao sopro de democracia interna, a autoridade imposta como regra hierárquica, como seguidismo inconsciente, como disciplina de carácter administrativo. São de combater e de banir, onde quer que apareçam, quaisquer manifestações de abuso da autoridade, de

imposição da vontade, de despotismo individual, de sufocação da voz dos militantes, da falta de respeito pelos camaradas das organizações que o organismo dirige.

No nosso Partido, são combatidos todos esses defeituosos e viciosos conceitos e práticas de autoridade e, onde quer que reaparecem em maior ou menor escala (e isso sucede), encontram um ambiente tão desfavorável que não conseguem desenvolver-se nem enraizar-se.

A autoridade dos organismos e dos militantes existe e vive no colectivo e na democracia interna. Existe e vive porque é autoridade de facto e não porque pretende sê-lo.



6
OS QUADROS

edições
Avante!



OS QUADROS E O SEU VALOR

O Partido é composto por todos os seus membros. Todos têm iguais direitos e iguais deveres. Entre os numerosos deveres indicados nos Estatutos (artigo 14.º) contam-se os de trabalhar pela aplicação da linha do Partido e para o reforço da sua organização e influência, reforçar a sua ligação com as massas, defender abnegadamente as reivindicações e aspirações dos trabalhadores, tomar activamente parte nas reuniões do seu organismo.

Por que se fala então em quadros do Partido? Falar em quadros do Partido não será o mesmo do que falar em membros do Partido? O que são afinal os quadros do Partido?

Pode dizer-se, sumariamente, que todos os membros do Partido podem ser quadros do Partido, mas muitos não o são de facto.

São quadros os membros do Partido que desempenham tarefas responsáveis em quaisquer escalões. Mas também são quadros todos aqueles que se empenham dedicadamente no cumprimento das suas tarefas, quaisquer que elas sejam.

Isto é: ser quadro do Partido, mais ou menos destacado, não se define obrigatoriamente pelo organismo a que o membro do Partido pertence, nem pelo grau de responsabilidade, nem pela tarefa que desempenha, nem sequer pelo nível da sua preparação política e dos seus conhecimentos gerais.

Existem quadros do Partido em todas as organizações, em todos os graus de responsabilidade e em todas as tarefas. Existem quadros do Partido com os mais diversos graus de preparação ideológica e de conhecimentos.

Os quadros revelam-se, afirmam-se e desenvolvem-se através da sua actividade. E uma vez que a formação de um quadro é um processo, não há um limite definido, rígido, divisório entre os membros do Partido em geral e os quadros em particular.

A actividade do Partido é a actividade de todos os seus membros. A obra do Partido é a obra de todo o grande colectivo partidário.

Não é entretanto correcta uma visão igualitarista dos membros do Partido quanto àquilo que representam para o Partido. É uma realidade irrecusável que o desenvolvimento da actividade em todos os seus aspectos e a própria obra do colectivo dependem em larga medida dos quadros, da sua preparação, da sua capacidade, da sua dedicação, do seu trabalho esforçado. Não se pode afirmar em termos intemporais (como em épocas passadas justamente se afirmou em determinadas situações e momentos) que «os quadros decidem tudo». Mas pode dizer-se que, em quaisquer circunstâncias, os quadros decidem muito e sem quadros nada se decide.

No tempo da clandestinidade, as próprias características da luta impunham que os quadros tivessem certas qualidades fundamentais. A revolução e as novas condições de luta vieram a exigir dos quadros do Partido preparação muito mais diversificada, profunda e especializada.

Sucessos alcançados na actividade do Partido devem-se em parte decisiva à capacidade que o Partido mostrou para formar rapidamente os quadros necessários à luta nas novas condições criadas pela revolução.

Quadros dedicados, preparados, aptos a desempenhar com sucesso as suas tarefas constituem um valor precioso para o Partido. Constituem factor decisivo para o êxito da sua actividade.

CONHECIMENTO, PREPARAÇÃO, SELECÇÃO E PROMOÇÃO

Quando se aborda a política de quadros do Partido, são referidos em geral três aspectos fundamentais: o conhecimento dos quadros, a sua preparação e formação e a sua selecção e promoção.

A política de quadros envolve muitos outros importantes aspectos. Mas tem como pedras angulares a definição de linhas de orientação relativas aos três aspectos referidos.

O conhecimento dos quadros é um dos aspectos mais complexos, senão o mais complexo, da política de quadros.

O conhecimento dos quadros pode considerar-se num sentido restrito e num sentido lato.

Num sentido restrito, limita-se à verificação da actividade que cada membro do Partido realiza num momento dado ou num período dado de tempo. Esse conhecimento é relativamente fácil, embora nem sempre seja seguro o juízo de valor dessa actividade.

Num sentido lato, o conhecimento dos quadros significa o conhecimento da sua personalidade, das suas qualidades e defeitos, das suas potencialidades. Implicando uma opinião acerca da perspectiva do seu desenvolvimento, é um conhecimento extremamente mais difícil.

É falível, por vezes perigoso, fundamentar o conhecimento de tal ou tal quadro do Partido numa só opinião individual.

A experiência mostra que são muito diversos os critérios individuais de apreciação. Há camaradas que apreciam nos outros sobretudo o dinamismo da sua acção, outros a seriedade da conduta partidária, outros a capacidade política, outros

a disciplina, outros diversas qualidades e características. Da mesma forma há camaradas que na sua apreciação dão maior ou menor importância a tais ou tais defeitos.

A experiência mostra que, com relativa frequência, a opinião acerca dos quadros, que se forma num organismo através de informação ou opinião pessoal de um camarada, tem de ser ulteriormente corrigida, por vezes radicalmente.

A própria complexidade da questão aconselha a que o conhecimento dos quadros seja o resultado de um trabalho colectivo.

É igualmente falível, e também por vezes perigoso, fundamentar o conhecimento de tal ou tal quadro na apreciação de uma qualidade ou defeito isolado, de uma atitude ou de um procedimento positivo ou negativo, de um êxito importante ou de um erro grave, de um ou outro momento isolado da sua vida e da sua actividade.

A apreciação correcta tem de ter em conta as múltiplas características, as virtudes e os defeitos, o seu presente e a sua história.

A própria complexidade da questão aconselha que a apreciação dos quadros seja *global*.

A preparação e formação dos quadros constitui um trabalho com aspectos extremamente diversificados, mas que contém, como linha de orientação fundamental, a assimilação dos princípios ligada à actividade prática.

Por vezes, falando-se da preparação e formação dos quadros, tem-se quase exclusivamente em vista a sua preparação e formação ideológica.

Têm sem dúvida importante papel na preparação e formação dos quadros. Por isso, a ajuda política, o estudo em geral e o estudo do marxismo-leninismo em particular, a participação em debates, a frequência de cursos, constituem significativos e por vezes determinantes aspectos da preparação dos quadros.

Mas a preparação e formação dos quadros não se limita à preparação e formação ideológicas. Outros aspectos inseparáveis são a capacidade ganha na execução das tarefas que lhes

estão confiadas, o crescente sentido da responsabilidade, a formação do carácter.

É nessas várias direcções que se desenvolve o apoio e ajuda aos quadros para a sua preparação e formação.

A selecção e promoção dos quadros aparece como um resultado natural do seu desenvolvimento.

A selecção e promoção dos quadros consiste fundamentalmente na atribuição aos militantes de tarefas adequadas às suas qualidades e características e na chamada de militantes a novas tarefas consideradas mais difíceis e importantes, independentemente de serem realizadas em organismos mais ou menos responsáveis.

Trata-se também de uma tarefa que só pode ser acertadamente cumprida se fundamentada num sério trabalho colectivo.

É completamente indesejável que a chamada de novos quadros a tarefas ou cargos de maior responsabilidade seja determinada por factores como a simpatia, o favoritismo, os laços de amizade com tal ou tal dirigente, a preferência por quaisquer razões que não sejam as qualidades reais e o valor dos quadros.

Quando se discute, no concreto, em qualquer organismo, a promoção de quadros, sucede com frequência haver rapidamente unanimidade em relação a um ou outro camarada, mas manifestam-se com igual frequência (e é inevitável e desejável que assim seja) opiniões muito diversas em relação a outros. A decisão final exige por vezes prolongado exame colectivo.

A preparação da proposta de composição do novo Comité Central, levada ao X Congresso do Partido, foi o resultado de um trabalho de muitos meses, ao longo dos quais se apuraram numerosíssimas opiniões sobre centenas de quadros do Partido e se realizaram atentas trocas de impressões dos organismos executivos do Comité Central com numerosíssimos camaradas.

Naturalmente que a selecção e promoção com vistas ao Comité Central exige especial rigor e atenção. Mas, em relação a outras tarefas, a metodologia e os critérios podem de forma adequada ser sensivelmente os mesmos.

OS QUADROS JOVENS E O CONFLITO DE GERAÇÕES

Como regra, no nosso Partido, não é a idade que determina a atribuição de tarefas e de responsabilidades mas as qualidades reais dos militantes.

A composição etária das organizações e organismos apresenta entretanto grandes irregularidades, cujas causas fundamentais são objectivas.

Nas organizações mais antigas do Partido, com grandes tradições de luta, na qual se revelaram e deram grandes provas numerosos militantes, é natural que apareçam à frente quadros com muitos anos de Partido, portanto mais velhos.

Em organizações mais recentes, sobretudo naquelas que se formaram depois do 25 de Abril em regiões onde existe grande atraso na consciência política das massas e onde anteriormente não havia organização do Partido, o contrário sucede: é a juventude aquela que mais facilmente é ganha para as ideias do Partido e aparecem à frente das organizações quadros jovens, por vezes muito jovens.

Como orientação geral do Partido, não há discriminações, nem prioridades, nem preferências segundo as idades.

Dá-se o valor devido às provas dadas e à experiência de quadros com muitos anos de actividade, mas tem-se em conta que a antiguidade, as experiências e as provas dadas em certas circunstâncias não são só por si um indicativo da capacidade para tais ou tais tarefas na nova situação que vivemos depois do 25 de Abril.

O peso determinante de quadros mais antigos nos organismos de direcção, que se verifica em algumas organizações, não é porém apenas produto de factores objectivos.

Intervêm também, por vezes, factores subjectivos, que determinam composições etárias imobilistas de organismos responsáveis, onde os «quadros antigos» fecham as portas ao acesso dos mais jovens.

No nosso Partido não há, no geral, o chamado «conflito de

gerações». Mas não deixa de haver fenómenos que se inserem em tal conflito.

Não é raro manifestarem-se incompreensões, seja dos quadros mais antigos em relação aos mais novos (que não sabem nada, que não têm experiência, que não deram provas, que primeiro têm de aprender, que ainda estão verdes) seja dos mais novos em relação aos mais velhos (que estão ancilosados e petrificados, que são incapazes de compreender os novos fenómenos, que julgam a actualidade como se fosse a do seu tempo).

Essas incompreensões partem de algumas observações correctas, mas são globalmente injustas e resvalam com frequência para o estabelecimento de fronteiras na comunicação entre as gerações, quando não para incompatibilidades e fracturas.

A luta contra os sintomas de tal «conflito de gerações» faz parte do trabalho educativo diário do nosso Partido.

Esse trabalho educativo faz-se nos mais variados sentidos.

Faz-se criando a consciência nos quadros mais jovens do valor, da experiência, do saber, da firmeza dos quadros mais antigos, dos justos graus de confiança assente nas provas dadas, na complexidade das tarefas revolucionárias, da longa aprendizagem que elas exigem.

Faz-se criando a consciência nos quadros mais antigos de que a vida anda para a frente, que não se pode no presente viver apenas do passado, que há capacidades que se ganham com os anos mas também há as que se perdem, e que o militante comunista não pode olhar a juventude com os olhos condescendentes e críticos dos avós para os netos, mas com o olhar horizontal e fraterno de comunista para comunista.

A chave principal para a solução correcta do problema é o pleno aproveitamento da capacidade e experiência dos quadros, o que significa, por um lado, a utilização das capacidades dos camaradas com mais anos de Partido e, por outro lado, a atracção, a abertura, a dinamização e a audaciosa promoção dos quadros jovens, que se vão forjando na luta e trazem consigo, não apenas novas energias mas também experiências novas e essenciais para o desenvolvimento do Partido.

DEVERES E DIREITOS

Os Estatutos do Partido (artigo 9.º e seguintes) são muito pormenorizados na indicação dos deveres e direitos dos membros do Partido.

Assim, o artigo 14.º indica como deveres: trabalhar pela aplicação da linha política do Partido e para o reforço da sua organização e influência; prestar contas da sua actividade; defender a unidade do Partido; reforçar a sua ligação com as massas; defender abnegadamente as aspirações e reivindicações dos trabalhadores e do povo, procurando saber ouvir e compreender as suas opiniões e transmiti-las ao Partido; comparecer regularmente às reuniões do seu organismo e tomar parte activa nos seus trabalhos; recrutar para o Partido os operários e operárias de vanguarda e os melhores filhos e filhas do povo; elevar o seu nível político e ideológico através do estudo vivo do marxismo-leninismo e da linha política e da experiência do Partido; ser cumpridor escrupuloso da disciplina do Partido; exercer e estimular a prática da crítica e da autocrítica; ser vigilante na luta contra as provocações, o liberalismo e a inconfidência; nunca fazer declarações que prejudiquem o Partido em quaisquer circunstâncias em que se encontre; ser sincero, honesto e leal para com o Partido e para com todos os camaradas; ter uma elevada conduta moral, ser modesto e não permitir que a verdade seja escondida ou deturpada; informar a organização a que pertence no caso de mudar de local de trabalho ou de residência.

O artigo 15.º indica como direitos dos membros do Partido: expressar livremente a sua opinião nos debates realizados no organismo a que pertence e nas reuniões a que for chamado a participar; contribuir para a elaboração da linha política do Partido; criticar no organismo a que pertence o trabalho dos organismos superiores ou de qualquer outro membro do Partido, independentemente do cargo que este ocupa; eleger os organismos do Partido e ser eleito para eles; tratar normalmente por intermédio do seu organismo, com os organismos superio-

res do Partido, todas as questões que considere de interesse para o Partido; participar nas reuniões do organismo a que pertence em que se tomem resoluções sobre a sua actuação ou conduta, salvo os casos especiais em que isso não seja aconselhável, e apelar, no caso de não concordar com resoluções disciplinares que lhe digam respeito, para os organismos superiores do Partido.

Deste exaustivo enunciado dois factos saltam à vista.

O primeiro: que os deveres dos membros do Partido indicados nestes artigos dos Estatutos são incomparavelmente mais numerosos do que os deveres indicados no artigo 9.º como constituindo as condições para pertencer ao Partido: aceitar o Programa e os Estatutos, militar numa das suas organizações e pagar a quotização.

Isto significa que é legítimo o Partido exigir de todos os militantes o cumprimento de todos os deveres (assim como o exercício dos direitos) indicados nos Estatutos. Mas que o não cumprimento (por omissão) de algum ou alguns dos deveres e o não exercício de alguns desses direitos poderão dar lugar a uma opinião mais ou menos favorável ou desfavorável, poderão mesmo eventualmente dar lugar a uma crítica ou a uma sanção, mas não pôr em causa a qualidade de membro do Partido.

A experiência mostra a extrema e natural irregularidade da militância dos membros do Partido no que respeita a muitos desses direitos e deveres.

Seria absurdo que o Partido exigisse de um mesmo militante o cumprimento de todos os deveres e o exercício de todos os direitos indicados nos Estatutos.

Daqui se conclui que a definição exaustiva dos deveres e direitos dos membros do Partido constitui, por um lado, um índice de obrigações e de possibilidades de intervenção na vida partidária, que cobrem situações e actividades muito diversas dos membros do Partido, e, por outro lado, como que um código da educação e formação política, cívica e moral dos militantes.

O segundo facto que salta à vista do exaustivo enunciado é a dificuldade de discernir se alguns dos deveres não estariam

mais bem classificados como direitos e alguns dos direitos não estariam mais bem classificados como deveres.

Assim, por exemplo, serão direitos ou serão deveres votar na eleição dos organismos de direcção, participar nas reuniões, recrutar novos membros para o Partido, exercer a crítica e a autocrítica, ser vigilante, intervir nos debates, etc.?

Não oferece dúvidas de que são simultaneamente direitos e deveres. Além do mais é uma realidade que o militante assume muitas vezes como direito o que é seu dever e assume como dever o que é seu direito.

Esta dupla face dos direitos e deveres dos militantes acusa a riqueza do fundamento revolucionário e ético do posicionamento dos comunistas em relação ao seu Partido.

O artigo 13.º dos Estatutos estabelece ainda um princípio fundamental: «*Os deveres e os direitos são iguais para todos os membros do Partido.*»

Já assim era na clandestinidade. Após o 25 de Abril, este princípio concretiza-se numa orientação relativa à nova situação: não estabelecer fronteiras, nem diferenças de qualidade, nem de direitos e deveres, entre camaradas vindos da clandestinidade e camaradas filiados no Partido após o 25 de Abril, apesar de que a filiação, ainda que acompanhada de informações, não é antecedida de nenhum período de candidatura.

Estabelece-se assim que os direitos e deveres dos comunistas são os mesmos, estejam apenas há alguns dias no Partido ou militem há meio século ou mais nas suas fileiras.

Esta igualdade de direitos e deveres não significa que se considere que todos os membros do Partido são iguais como militantes, que todos têm o mesmo valor, que na atribuição de qualquer tarefa não se tenham em conta a diferença de experiências e de preparação dos militantes, a maior ou menor aptidão para o desempenho de tais ou tais tarefas, as provas de capacidade, dedicação, coragem e consciência revolucionária.

O tempo de filiação no Partido e as provas dadas (designadamente na clandestinidade) intervêm como elementos de

avaliação do quadro, da sua preparação, experiência e possibilidades.

Mas a institucionalização do princípio de que os deveres e direitos são iguais para todos os membros do Partido estabelece uma mesma linha de conduta, um «*código de conduta partidária*», para todos os comunistas, e *identifica* todos os membros do Partido com a qualidade de homem e mulher comunista, dando a todos e cada um a noção da responsabilidade assumida.

A experiência da revolução portuguesa comprovou que, num período relativamente curto de filiação no Partido (sobretudo numa época de fluxo revolucionário), um militante pode adquirir experiências, desenvolver a sua preparação, mostrar aptidão para o desempenho de tais ou tais tarefas, dar valiosas e concludentes provas de dedicação, coragem e consciência revolucionárias.

Esta orientação veio a ter profundas e positivas repercussões no desenvolvimento ulterior, na unidade do Partido e na formação e preparação dos quadros.

A MANEIRA DE SER INDIVIDUAL NA PRÁTICA DO COLECTIVO

Tal como os outros homens e mulheres, os homens e mulheres comunistas possuem traços individuais diferenciados.

Como comunistas, têm ideais comuns. Sendo comunistas é bom que adquiram linhas de orientação comuns e práticas comuns no seu proceder em questões essenciais. Mas os comunistas não são fabricados a molde. São seres humanos e por isso diversos. Conservam — e é natural e é bom que conservem — a sua individualidade própria.

Sem dúvida que a sensibilidade, os gostos, as preferências e os hábitos na vida corrente (sobretudo quando relacionados com a acção política e o significado político) também evoluem

e também se educam. Mas neles há sempre traços individuais que se conservam em cada qual e diferenciam uns seres dos outros seres.

O Partido indica orientações essenciais. Mas não decalca modelos oficiais de sensibilidade, de gosto, de hábitos pessoais.

Ao ser confiada a um camarada uma tarefa mais responsável, ele não deve por esse facto sentir-se peado nas suas características, hábitos e forma de ser. Para corresponder à confiança nele depositada, não tem de renunciar ao que é a sua natureza própria resultante da vida e da experiência pessoal e até do meio em que se insere a sua vida corrente.

Se camaradas mais responsáveis pretendem que a sua própria imagem sirva de molde aos outros camaradas ou pretendem que as características próprias e os juízos próprios se tornem parâmetros de modelos para julgar as qualidades dos outros, revelam, além de certa vaidade ou suficiência, um profundo desconhecimento do que é ser comunista e do que é ser humano.

E se camaradas menos responsáveis, copiando mais ou menos conscientemente «os seus responsáveis», adquirem ademanos, tiques e poses, se perdem a naturalidade e a espontaneidade, se sendo naturalmente sisudos passam a ser risonhos ou sendo naturalmente risonhos passam a ser sisudos, acabam por adquirir um maneirismo burocrático que amputa ou limita gravemente a sua personalidade.

Os militantes podem ter maneiras diferentes de reagir pessoalmente às situações, sem que isso tenha a ver com a sua avaliação qualitativa como militantes.

Ser comunista não impede que se ria mais ou se ria menos, que se goste de estar em casa ou de passear ao ar livre, que se aprecie ou não se aprecie um bom petisco, que se fume ou não se fume, que se beba ou não se beba um copo, que se viva mais ou menos intensamente o amor.

O excesso pode corromper e degradar. Mas a maior ou menor intensidade dos gostos e hábitos é conforme com a natureza humana e com a vida.

A absorção completa e exclusiva na actividade política, sem deixar tempo não só para outros interesses mas para a admisão da sua própria existência, pode ser sintoma de dedicação e mesmo de paixão revolucionária. Não é certamente a forma mais completa e desejável de ser revolucionário.

O revolucionário entrega à luta as suas melhores energias. Aceita privações e sacrifícios. Mas não só é justo que tenha, como é necessário que tenha, os sentidos voltados para a vida.

O amor pela vida não contradiz a determinação de a dar, se tal a luta impuser.

Amar o sol, o ar livre, a natureza, a terra e o mar, o ar e a água, as plantas e as flores, os animais, as pedras, a luz, a cor, o som, o movimento, a alegria, o riso, o prazer, é da própria natureza do ser humano — ser indissociável do planeta onde nasceu e onde vive.

Próprio também do comunista que, por ser comunista, não deixa de ser um ser humano, antes mais intensa e profundamente o é.

ACTIVISTAS REVOLUCIONÁRIOS E SERES HUMANOS

O Partido tem obrigatoriamente de conhecer e acompanhar a vida partidária dos militantes e ajudá-los na sua actividade. Tem também de ter na atenção devida a vida pessoal dos militantes e as justas exigências que ela comporta.

A conciliação entre uma coisa e outra oferece em geral grandes dificuldades. Trata-se de um sério problema que tem de ser visto sob ângulos diversos.

O primeiro respeita *ao interesse imediato da actividade partidária e ao critério que, em conformidade, deve orientar as exigências feitas aos militantes.*

Uma intensa actividade provoca sempre limitações e dificuldades na vida pessoal. Em situações extremas (e esse foi o

caso da vida clandestina para muitos militantes) pode mesmo tomar-se inevitável uma decisão radical em termos de opção e alternativa entre a actividade revolucionária e aspectos fundamentais da vida pessoal.

Qual pois o critério?

Pode dizer-se que há um critério fundamental: a luta pode exigir muito, pode exigir mesmo a vida, mas o Partido deve procurar sempre com o maior empenho reduzir ao mínimo possível as dificuldades e problemas pessoais que a actividade partidária crie ao militante. É justo exigir sacrifícios. Jamais sacrifícios inúteis ou desnecessários.

Conclusões precipitadas por uma suposta incompatibilidade e conseqüente opção radical conduzem sempre a erradas decisões. É igualmente defeituoso concluir sem reflexão bastante que o quadro tem de sacrificar a sua vida pessoal à tarefa, ou que não está em condições de realizar a tarefa por razões da sua vida pessoal.

Nas condições criadas pela Revolução de Abril, continuam a ser muitas vezes inevitáveis dificuldades na vida pessoal resultante de uma intensa actividade partidária. Mas infinitamente menores e muitas vezes resolúveis. Se há a preocupação e o esforço para encontrar soluções que permitam ultrapassar a contradição, podem evitar-se os termos de uma alternativa e assegurar no essencial que a tarefa seja cumprida e que a vida pessoal dos camaradas não sofra em consequência limitações demasiado graves.

O segundo ângulo respeita à *formação correcta do militante e à consideração da importância da vida pessoal do militante para a sua própria formação.*

A experiência mostra que a formação global do militante sofre sérias limitações se ele se absorve de tal forma na sua actividade política que esquece aspectos fundamentais da sua vida pessoal.

Além das conseqüências por vezes dramáticas para outros seres, o carácter e a sensibilidade de um quadro, como militante e como ser humano, inevitavelmente sofre deformações, se

falta a satisfação de necessidades humanas elementares, se o quadro vive afastado e desconhece aspectos da vida quotidiana que são para grande parte da população o essencial da vida e os factores determinantes das opiniões, das preocupações, dos sentimentos e das atitudes.

É um erro basilar e uma grave limitação da experiência, do entendimento e da sensibilidade tomar como virtude o que foi a grave limitação da vida pessoal resultante da aceitação voluntária de duras condições de luta. Ter determinação e força para aceitar tais limitações é virtude revolucionária. As graves limitações de vida pessoal não constituem virtudes mas amputações.

A aceitação revolucionária de tais limitações conduz ao fortalecimento da vontade e da determinação. As limitações conduzem a deformações, e por vezes sérias deformações, da sensibilidade, da afectividade e da atenção pelos outros e pelos seus problemas.

Um terceiro aspecto respeita à *compreensão do que é a dedicação e do que é o sacrifício*.

Dedicação e sacrifício são noções diferentes e não necessariamente interligadas. A dedicação, mesmo muito grande dedicação, pode conduzir a sacrifícios, mas não os implica necessariamente.

Militantes dedicados que pagaram a sua luta com duros sacrifícios, quando sabem aprender com a vida, têm razões para ser particularmente compreensivos para com os problemas dos outros camaradas, dos outros seres, e, porque dão o valor ao sacrifício, querem que os outros sejam poupados ao que eles próprios sofreram.

Mas há também casos em que camaradas marcados por pesados sacrifícios se tornam fechados e incompreensivos para com os problemas pessoais dos outros camaradas, cuja invocação interpretam muitas vezes como sinal de fraqueza. Como na luta não puderam ser atendidos os seus problemas pessoais, não mostram grande atenção pelos problemas dos outros camaradas ao definirem as suas tarefas. Ao ouvi-los falar de dedicação,

dir-se-ia pensarem que, mesmo desnecessariamente, todos deveriam repetir na vida aquilo que foi a sua própria.

É de certa forma a definição do «comunista ideal» tomando como modelo o próprio que o define. Mas se alguém se considera habilitado a definir o «comunista ideal» segundo a sua própria maneira de ser, não será legítimo duvidar de que essa maneira de ser se possa considerar como «ideal» para um comunista?

Seria um erro profundo dividir o Partido em comunistas ideais e comunistas que o não são, considerar como «verdadeiros comunistas» aqueles que sacrificam toda a sua vida pessoal e comunistas de segunda classe aqueles que, além da sua vida militante, têm condições para ter uma vida pessoal regular.

Em todas as situações sociais e políticas, mais fáceis ou mais difíceis, o militante pode dar provas de que é um revolucionário. No PCP consideram-se tão revolucionários e dedicados aqueles que souberam, na clandestinidade, defrontar as mais duras provas como aqueles que depois do 25 de Abril lutaram heroicamente na construção e na defesa do novo Portugal democrático e das suas conquistas.

Consideram-se tão revolucionários e dedicados aqueles que à luta sacrificaram grande parte da sua vida pessoal como aqueles que, lutando tal como os primeiros, tiveram a sorte de poder ter uma vida pessoal realizada e feliz.

Que ninguém tenha vergonha de ser feliz. Além do mais porque a felicidade do ser humano é um dos objectivos da luta dos comunistas.

O ESFORÇO DE APERFEIÇOAMENTO

A vida de um quadro é um constante esforço de aperfeiçoamento.

Aperfeiçoamento político, pela aquisição de conhecimentos teóricos, pela prática, pela experiência adquirida.

Aperfeiçoamento técnico, pela aquisição de instrumentos necessários à acção.

Aperfeiçoamento moral, pela constante acção educativa do Partido e pela própria acção revolucionária que é, por si só, uma verdadeira escola do carácter.

Num partido como o nosso, em que o trabalho colectivo se tornou uma norma fundamental e um estilo, o aperfeiçoamento de cada um insere-se no aperfeiçoamento de todos, no aperfeiçoamento dos organismos e do Partido no seu conjunto.

Neste sentido, a ajuda do Partido aos quadros traduz-se, por um lado, na ajuda ao trabalho das organizações e organismos e, por outro lado, na ajuda a cada camarada considerado individualmente. São duas formas de ajuda complementares e indissociáveis.

É entretanto inevitável, num grande e dinâmico partido como o nosso, que a ajuda aos colectivos, de que beneficia cada um dos seus componentes, seja a forma fundamental de ajuda a cada um dos seus membros.

A ajuda aos quadros, directa ou inserida na ajuda ao colectivo, é um factor essencial para o seu aperfeiçoamento.

Ajuda significa a contribuição do Partido e dos seus membros para que cada camarada e todos os camaradas cumpram com êxito as suas tarefas. Significa o interesse real e empenhado dos organismos e de todos os seus membros em que todos e cada um correspondam às exigências que lhes são feitas.

E para isso, a ajuda aos quadros tem necessariamente de considerar duas direcções: o desenvolvimento das qualidades positivas e potencialidades dos quadros e a correcção de insuficiências, defeitos e tendências negativas.

Para o desenvolvimento das qualidades positivas e potencialidades é indispensável a acção prática e a aprendizagem teórica.

Para a correcção de insuficiências, defeitos e tendências negativas, além da prática e da teoria, intervêm como factor do maior relevo, em ligação com a acção e a vida quotidiana, o esclarecimento, o convencimento, a educação política, cívica e moral, e ainda a crítica e a autocrítica.

Um importante aspecto do esforço de aperfeiçoamento é a superação de erros que se cometem.

O erro deve ser apreciado na sua devida importância e no seu devido alcance. Pode justificar ou mesmo exigir sanções. Nunca justifica que se amarre definitivamente o militante ao erro que cometeu.

O juízo de cada acto deve ser sereno e o mais possível objectivo. E o juízo global deve ser compreensivo, tolerante, aberto e admitir que o indivíduo é melhor que o erro que praticou e que por isso tem potencialidades para superar o erro.

Essa é uma das leis fundamentais da política de quadros no que respeita ao esforço de aperfeiçoamento.

CRÍTICA E AUTOCRÍTICA

A crítica e a autocrítica constituem processos normais e correntes do trabalho do Partido. São parte integrante do estudo dos acontecimentos, da análise da actividade e da conduta do Partido, dos seus organismos e dos seus quadros.

Qualquer balanço do trabalho realizado implica que se observem, não só os êxitos e os resultados positivos mas as insuficiências, as deficiências, as faltas e os erros, e que se encarem as medidas e os esforços para superá-los e corrigi-los.

Crítica e autocrítica devem realizar-se segundo um idêntico processo de análise. A principal, senão a única, verdadeira diferença é que na autocrítica o processo é conduzido, ratificado ou reconhecido por aqueles mesmos a quem cabe a responsabilidade da deficiência ou do erro.

Trata-se de um método de trabalho que se insere necessária e obrigatoriamente em toda a actividade partidária e que existe independentemente da responsabilização, ainda que a ela conduza.

Nem sempre da insuficiência ou do erro detectado re-

sultaram prejuízos imediatos e visíveis. Nem por isso é de minimizar a importância da crítica ou de dispensar a autocrítica. A gravidade dos erros não se deve somente medir pela gravidade das suas consequências negativas mas por aquelas que poderiam ter tido.

Isto é: sempre que se verificam deficiências e erros, e independentemente das suas consequências, a crítica e a autocrítica são indispensáveis. O erro é um mal, a sua repetição sempre pior. Na luta revolucionária, tão importante como colher a experiência dos êxitos é colher a experiência das deficiências, dos erros e das derrotas.

Sendo a crítica e a autocrítica práticas normais e naturais, podem realizar-se correctamente sem que as palavras «crítica» e «autocrítica» sejam sequer invocadas.

Tanto a crítica como a autocrítica são formas de exame objectivo dos factos e do melhoramento e correcção da orientação e da prática do Partido, dos seus organismos e dos seus quadros.

Consideram-se insuficiências? Apontam-se e tomam-se medidas para superá-las. Consideram-se erros? Apontam-se e tomam-se medidas para corrigi-los. Isso é o essencial.

Num partido como o nosso, em que o trabalho colectivo se tornou uma regra fundamental de toda a actividade, a crítica e a autocrítica tomam também as mais das vezes uma expressão colectiva. Isto é: critica-se o colectivo e autocritica-se o colectivo.

Quando se examina a actividade realizada por um organismo e se conclui (mesmo sem aflorar directa e explicitamente a responsabilização) que houve deficiências, faltas, imprevisão, etc., está-se a fazer uma crítica e, se esse exame é feito pelo próprio organismo, este está a fazer crítica e a fazer autocrítica, mesmo que o não declare. O importante não é a evocação do nome mas a prática real.

A crítica e a autocrítica colectivas não dispensam naturalmente a apreciação da actividade e do comportamento individuais. São diferentes mas complementares.

O facto de considerarmos a crítica e a autocrítica como formas naturais e simples do trabalho não significa que não haja dificuldades na sua compreensão e na sua prática.

Os factos mostram que tanto organismos como quadros estão muito mais prontos para a crítica do que para a autocrítica. Através de centenas de respostas a um Questionário proposto às organizações sobre a vida interna do Partido em 1983, verificou-se que por toda a parte fazer crítica é prática corrente, mas fazer autocrítica, sobretudo quando individual, é difícil, dificultoso e por vezes raro.

Observa-se com grande frequência que o individualismo, o amor-próprio, o orgulho, a suficiência, mesmo a timidez, criam sérios obstáculos para que os camaradas façam autocrítica. A resistência confunde-se muitas vezes, não tanto com uma incapacidade para apreciar a insuficiência ou erro mas com uma incapacidade para assumir a responsabilidade respectiva.

É porém de sublinhar que os processos psicológicos que determinam que certos quadros tenham maior ou menor dificuldade em expressarem uma autocrítica são extremamente diversos e complexos.

Assim, há camaradas que dificilmente explicitam aos outros camaradas uma autocrítica, mas que, entretanto, fazem esforços reais para não repetir a falta, para rectificar defeitos, para melhorar a actividade e o comportamento em todos os aspectos.

Inversamente, há camaradas que, em palavras, estão sempre a autocriticar-se, mas que voltam a seguir a cometer as mesmas faltas e erros.

Há também casos (e na história do Partido houve alguns muito significativos) de camaradas que, por graves erros de orientação, fizeram a sua autocrítica escrita e pública, largamente circunstanciada, mas que adiante, noutras circunstâncias, voltaram a insistir, a defender e a praticar precisamente os mesmos erros que tinham sido objecto da crítica e da autocrítica.

Em tais casos trata-se de uma falsa autocrítica, como que uma *mea culpa* através da qual o camarada, mais do que o reconhecimento da falta ou do erro e da sua rectificação, procura

a «absolvição» ou a «contrição dos pecados», a «tranquilidade da consciência» ou (também já tem sucedido) encerrar o caso para que «não o chateiem mais».

O exame crítico e autocrítico do trabalho realizado tem duas finalidades principais: o melhoramento do trabalho do Partido no imediato e no futuro e a ajuda, a formação e o aperfeiçoamento dos quadros.

No que respeita ao melhoramento do trabalho do Partido, há naturalmente grande diferença entre a correcção de deficiências e erros no trabalho corrente e a correcção de deficiências e erros que envolvem a orientação política e aspectos essenciais da actividade.

A experiência portuguesa e internacional mostra que, no segundo caso, se se deixam aprofundar as deficiências e erros, o Partido pode entrar numa crise e pode tornar-se indispensável *uma viragem*. Tais situações são porém evitáveis, se há uma análise constante da actividade, se se vai aferindo com a prática a correcção ou incorrecção de tal ou tal análise ou directiva, se se avalia a justeza da orientação geral pela lição dos acontecimentos. Actuando-se assim são constantes o acompanhamento, a intervenção crítica, autocrítica e rectificadora.

No que respeita à ajuda, à formação e ao aperfeiçoamento dos quadros, a crítica e a autocrítica exigem um trabalho educativo constante, tanto no que respeita ao organismo ou camarada que critica como ao organismo ou camarada que se autocritica.

Não ajudam nem o melhoramento do trabalho do Partido, nem os organismos, nem os quadros, as críticas feitas num tom violento, inquisitorial e destruidor, punindo e flagelando o organismo ou camarada a quem se dirigem — críticas «sadistas» que revelam muitas vezes defeitos e tendências autoritárias daqueles que as fazem.

Tão-pouco é desejável que sejam feitas autocríticas em que o autor se flagela a si próprio em termos exagerados, concluindo por um juízo global destrutivo. São autocríticas «masoquistas», que revelam auto-humilhação ou falta de confiança em si próprio.

A deficiência e o erro não são crimes nem pecados. Nem a crítica é uma punição, um castigo, ou um julgamento, nem a autocrítica é uma humilhação e um acto de contrição.

Como forma normal e corrente de trabalho, a crítica e a autocrítica não necessitam (salvo casos excepcionais) de nenhum grau de solenidade e dramatismo. É de evitar a realização de actos solenes que possam parecer julgamentos de quadros, em que os quadros, na situação de réus, são convidados a fazer a autocrítica. Salvo casos excepcionais, quando a autocrítica se transforma num acto solene de contrição alguma coisa está errada, não apenas no que a autocrítica reconhece mas no processo que a ela conduziu.

O TRATAMENTO DAS QUESTÕES DE QUADROS

Não considerando os problemas do conhecimento, da preparação, da formação, da selecção e da promoção dos quadros do Partido, quando se fala de questões de quadros devem desde logo distinguir-se dois problemas distintos: um, são as questões *dos* quadros, outro, as questões *de* quadros.

Questões dos quadros são todos os problemas relativos à sua vida pessoal, familiar, profissional, económica, social, cultural, que muitas vezes são criados ou agravados pela actividade partidária.

Estes problemas assumem particular importância e por vezes gravidade para os funcionários do Partido, dada a sua quase total absorção na actividade partidária. Mas atingem milhares de outros camaradas, cuja dedicação prejudica, de forma maior ou menor, numerosos aspectos da sua vida pessoal.

Sem se intrometer na vida privada dos militantes, o Partido deve ajudar os militantes na medida do possível na resolução de tais problemas.

Nem sempre é fácil. No que respeita a casais, por exemplo, as grandes diferenças na organização da vida que por vezes se verificam (horários, locais de trabalho, ocupação aos domingos, etc.) conduzem a situações de distanciamento na vida quotidiana, não sendo raros os casos em que casais só se encontram durante breves horas de noite. Da mesma forma o acompanhamento e educação dos filhos, a dificuldade de conseguir habitação, o nível de vida insuficiente, carências de saúde, falta de tempos livres, são susceptíveis de criar problemas sérios na vida dos militantes.

A orientação estabelecida (mas nem sempre seguida com rigor) é que as organizações e organismos devem acompanhar tais situações, vê-las com atenção e seriedade e ajudar os camaradas em dois aspectos essenciais: ajudar a orientar-se e ajudar directamente sempre que seja possível a resolver os problemas concretos existentes.

Problemas particularmente graves respeitam às mulheres que, na sua maioria, por circunstâncias sociais existentes, estão sujeitas a maiores limitações do tempo disponível e a dificuldades reais específicas em numerosos aspectos da sua movimentação. Vencendo incompreensões que se manifestam, é indispensável ter em conta essas limitações e dificuldades quando se trata de atribuição de tarefas e do *contrôle* da sua execução.

Coisa diferente são as *questões de quadros*, ou seja, os problemas surgidos na actividade ou na vida do militante que, de uma forma ou de outra, infringam os princípios partidários e os deveres dos membros do Partido.

As questões de quadros têm as naturezas mais variadas. Podem resultar de posições políticas contrárias à orientação do Partido, de actuações erróneas, de procedimentos moralmente condenáveis, etc.

As organizações devem estar atentas e intervir sempre que necessário para *defender o Partido e ajudar os quadros*. Defender o Partido das variadas consequências dos erros de um quadro. E ajudar o quadro a libertar-se do próprio erro e a superá-lo na sua actuação ulterior. O Partido não amarra os quadros aos erros que cometem.

Uma prevenção é da máxima importância: não se devem transformar em «questões de quadros» quaisquer posições políticas, actuações e procedimentos considerados erróneos ou criticáveis. Tais posições, actuações e procedimentos não são obrigatoriamente questões de quadros. Podem dar lugar a uma crítica, sem que se transformem em «questões de quadros». Tornam-se «questões de quadros» quando atingem significativa gravidade ou se repetem com frequência que põe em causa a responsabilidade do militante ou mesmo eventualmente a sua qualidade de membro do Partido.

O tratamento das questões de quadros é uma tarefa complexa, que exige elevada consciência partidária, experiência humana, firmeza de princípios e até capacidade de observação psicológica. Tão complexa que, no trabalho corrente, é talvez a tarefa em que é mais clara a orientação justa e são mais frequentes e repetidas as deficiências e as incorrectas actuações e decisões.

No tratamento das questões de quadros são indispensáveis *seis critérios fundamentais* e é igualmente indispensável um constante esforço para que sejam respeitados e seguidos.

O critério da verdade — verificando com rigor as informações, ouvindo os próprios, ouvindo outros, nunca tomando à partida como verdades incontroversas as informações e opiniões dos organismos superiores ou de quem quer que seja.

O critério da objectividade — dando valor reduzido a impressões e suposições e repelindo ideias feitas e o subjectivismo na apreciação.

O critério da serenidade — não fazendo juízos sumários, examinando calma e fraternalmente os problemas, não precipitando opiniões nem decisões sem uma base sólida.

O critério do respeito — não envergonhando, nem vexando, nem ofendendo o quadro, e evitando expô-lo à condenação geral dos outros.

O critério da celeridade — não deixando nem deteriorar as situações nem arrastar o exame e as decisões e, em qualquer caso, ter por norma que «questão de quadros» encetada deve ser necessariamente acabada.

O critério da isenção — orientando o trabalho com a preocupação de chegar a conclusões justas e de dar razão a quem tiver razão, independentemente da responsabilidade que tenha no Partido.

Estes seis critérios mutuamente complementares são o caminho certo para a apreciação das questões de quadros, sobretudo quando conduzem à aplicação de sanções disciplinares.

As conclusões e decisões nas questões de quadros — sejam mais ou menos graves as faltas cometidas, mas sobretudo quando do exame resultam sanções disciplinares — aparecem como a conclusão de um processo e assemelham-se a uma sentença. Sentença em que o Partido é o juiz, mas na qual se não aceita que qualquer militante individualmente considerado o possa ser.

E, porque como sentença aparece, é imperioso que seja justa. E para ser justa a exigência da aplicação dos seis critérios apontados tem de ser constante e imperativa.

A orientação no que respeita ao tratamento das questões de quadros fundamenta-se, por um lado, na acumulação de experiências positivas ao longo de muitos anos e, por outro lado, nas lições e prevenções obrigatoriamente colhidas por motivo de graves erros cometidos em várias épocas na apreciação de questões de quadros e em sanções aplicadas.

Para que não se repitam erros do mesmo tipo, para que não voltem a ser expulsos publicamente como provocadores camaradas que o não eram por serem de facto camaradas, para que não voltem a elaborar-se (sem rigoroso apuramento dos factos e por critérios subjectivistas) documentos como *O Menino da Mata e o Seu Cão «Piloto»*. Frente à *Provocação* (1941), *As Duas Caras Dum Provocador* (Novembro de 1952) ou *Lutemos contra os Espiões e Provocadores* (Dezembro de 1952), impõe-se que se mantenha firmemente uma justa orientação no tratamento das questões de quadros, se exija de todos os organismos que a apliquem na prática, e se corrijam prontamente quaisquer erros que sejam cometidos nesta matéria.

OS QUADROS EVOLUEM E PROGRIDEM

O Partido deve olhar os seus membros a partir de uma ideia básica: todos os membros do Partido *podem melhorar como militantes*. Todos têm em si potencialidades bastantes para melhorarem a sua preparação, para enriquecerem a sua experiência, para serem mais eficazes no seu trabalho partidário, qualquer que ele seja.

Seria inconcebível que se classificassem os militantes em duas categorias: os que têm e os que não têm possibilidades de progredir. O tipo, o nível e a direcção do progresso podem ser diferentes. Mas todos os militantes sem excepção, num campo ou noutro, têm possibilidades de progredir.

Constitui erro grave determinar e fixar para cada quadro um suposto *plafond*. Pensar de um quadro (e pior ainda: dizê-lo) que não tem possibilidades de maior desenvolvimento.

A experiência está cheia de exemplos de quadros que se afirmou terem atingido um *plafond* e que depois o ultrapassaram largamente; e de outros que, atingindo aparentemente o *plafond* (e baixo *plafond*) numa tarefa, depois revelam noutra faculdades extraordinárias.

Constitui também erro grave concluir pela impossibilidade de progresso de um militante em virtude de tal ou tal defeito que lhe é reconhecido, ou de tal ou tal falta que haja cometido.

Não há comunistas perfeitos, como não há seres humanos perfeitos. A integridade absoluta, em todos os aspectos do procedimento (pessoal, familiar, social, político, cívico, moral), é difícil, senão impossível, de encontrar. E nem sempre os mais exigentes para com os outros são igualmente exigentes para consigo próprios.

Em cada ser humano há imensas potencialidades de evolução para o bem e de evolução para o mal. O Partido, em relação aos seus membros, tem de confiar em que, com a sua ajuda, a evolução será para o bem.

É sem dúvida extremamente difícil em numerosos casos prever a evolução futura dos quadros. Sobretudo prever como se comportarão perante situações novas e imprevistas. Essa dificuldade ressalta a cada momento quando à avaliação do valor relativo de um número determinado de quadros num momento dado sucede, tempos depois, uma nova avaliação com ordenamento diferente.

A evolução ou involução tem ritmos diferentes. Nuns, é tão lenta que sugere estagnação. Noutros, é veloz e inesperada. São conhecidos casos pontuais de mudanças súbitas e radicais nas ideias, nas atitudes, na actividade, no comportamento.

A evolução da personalidade é um fenómeno surpreendente.

Há pessoas, felizmente casos esporádicos, que, em determinada fase da sua vida, tiveram um comportamento que, nas linhas essenciais, aparecia revelador de elevadas qualidades — e que, entretanto, sofrem uma evolução que os vem a situar, noutra fase da sua vida, como seres completamente degradados.

Os exemplos de trânsfugas que, quando militantes, eram apreciados pelos seus traços positivos e que, numa viragem mais ou menos rápida, passaram a defender o capitalismo e a servir partidos reaccionários, mostram a dificuldade da apreciação rigorosa da personalidade e da previsão do seu desenvolvimento.

Inversamente, há pessoas que, em determinada fase da sua vida, apresentam fortes traços negativos — e que, entretanto, os ultrapassam e se distinguem por uma conduta de acerto e rigor.

O mais cuidadoso conhecimento dos quadros, em todas as facetas do seu carácter, pode, por um lado, facilitar o impedimento ou, pelo menos, a neutralização ou a diminuição dos estragos das evoluções negativas e, por outro lado, facilitar e promover a evolução positiva dos quadros.

É nesta segunda direcção que se devem concentrar as atenções e esforços do Partido.

O ser humano não nasce predestinado a tal ou tal evolução. O meio, a educação, a experiência, as influências externas

e a vontade própria influem poderosamente na evolução do indivíduo.

É tarefa geral do Partido ajudar todos a progredir, com os métodos adequados à diversidade de personalidades e preparação, e naturalmente também distribuindo correctamente os meios disponíveis.

A selecção e promoção dos quadros obriga a critérios de prioridades nessa ajuda. Mas a evolução positiva de todos os membros do Partido como militantes e como seres humanos é uma tarefa inerente a toda a actividade partidária.



7

A ORGANIZAÇÃO — EXPRESSÃO E INSTRUMENTO
DA FORÇA DO PARTIDO

edições
Avante!

A large, light gray watermark logo is centered on the page. It features a hammer and sickle symbol on the left, with the word "edições" in a serif font above the word "Avante!" in a bold, sans-serif font.

A ORGANIZAÇÃO E OS SEUS DOIS SIGNIFICADOS

Falando-se de organização devem ter-se em conta dois significados da palavra que traduzem duas realidades distintas: a organização no sentido da disposição e arrumação hierarquizada e funcional dos militantes; e a organização num sentido mais lato como aspecto universal de toda a actividade partidária.

No primeiro significado, os problemas e tarefas de organização abarcam o recrutamento, a estruturação, os órgãos, os organismos e as organizações, o seu funcionamento e as suas competências e responsabilidades. Abarcam também, em termos de funcionamento, os princípios orgânicos definidos nos Estatutos.

No segundo significado, os problemas e tarefas de organização, abarcando toda a actividade partidária, traduzem-se em decisões e medidas de planificação, definição de objectivos de acções a empreender, determinação e calendarização dos actos, mobilização e distribuição dos recursos naturais e humanos, fixação de tarefas, sua direcção e execução. A organização não é um fim em si mas um instrumento, uma arma para a acção colectiva. Neste segundo significado, organização é ordem, é sistematização, é método, é eficácia.

Tanto num como noutro significado, o PCP dispõe de uma forte organização, reconhecidamente sem paralelo em qualquer outro partido português.

Por um lado, uma grande organização estruturada, na qual, por princípio, cada membro do Partido tem um lugar, pertence a um organismo, tem uma tarefa. É certo que este princípio não consegue ainda ser aplicado à totalidade dos membros. Há sempre uma parte considerável de membros do Partido com actividade irregular. Estando entretanto actualmente estruturados mais de três quartos dos duzentos mil militantes, o facto representa uma força enorme com grande capacidade de intervenção na vida nacional.

Por outro lado, a organização cuidadosa e sistemática de cada actividade, de cada acção, de cada iniciativa, de cada luta, é um aspecto fundamental da concretização do trabalho colectivo e um dos «segredos» da eficácia e do êxito das actividades do PCP.

Certos críticos de mentalidade pequeno-burguesa julgam ver, tanto na integração dos militantes comunistas numa estrutura orgânica como nos métodos e hábitos da organização dos comunistas, qualquer coisa que contraria a liberdade e a iniciativa individuais. A verdade é que a organização nos seus dois sentidos, não só aligeira consideravelmente o esforço individual como permite de facto que seja assegurada a liberdade e se promova a iniciativa e a criatividade.

O «espírito de organização» é um traço típico do Partido e constitui um dos factores determinantes da sua força e capacidade de realização.

A FORÇA DOS NÚMEROS

Em termos de força organizada, o PCP é sem dúvida o maior partido português. Nenhum outro se lhe compara em número de membros, em estruturação, em funcionamento, em regular actividade.

Não cultivamos o feiticismo dos números. Mas os números relativos à organização valem como indicativos da enorme força e do incessante progresso do Partido.

São de reter particularmente dois aspectos: o progresso incessante dos efectivos do Partido e o desenvolvimento regional.

Ao sair da clandestinidade, o primeiro balanço realizado depois do 25 de Abril (16 de Julho de 1974) acusava 14 593 inscrições. Desde então o desenvolvimento foi contínuo. 29 140 membros do Partido por altura da tentativa do golpe de Spínola do 28 de Setembro. Cerca de 100 000 quando do golpe militar falhado de 11 de Março de 1975. 115 000 em 1976 (VIII Congresso). 164 713 em 1979 (IX Congresso). 200 753 em 1983 (X Congresso).

O aumento contínuo dos efectivos do Partido tem particular interesse por se verificar, tanto no período de fluxo revolucionário (1974-1975) como nos últimos 9 anos, caracterizados pelo avanço do processo contra-revolucionário conduzido por sucessivos governos que tomaram o PCP como alvo político fundamental dos seus violentos ataques e campanhas.

Como explicar este facto?

Em primeiro lugar, explica-se porque o PCP, ao contrário de todos os outros partidos, manteve sempre, em todas as situações, uma firme actividade em defesa constante, consequente e dedicada dos interesses da classe operária e das massas populares, das conquistas democráticas da revolução portuguesa, do regime democrático e da independência nacional.

Durante o fluxo revolucionário, a classe operária e as massas puderam ver no PCP a força política dinamizadora da luta e dos processos que conduziram às grandes conquistas democráticas. Durante o refluxo, puderam ver no PCP a grande força da resistência à contra-revolução, sempre e em todas as circunstâncias ao lado do povo e em sua defesa.

Em segundo lugar, explica-se porque o PCP teve sempre, como direcção fundamental da sua acção, o aprofundamento da sua ligação com a classe operária e as massas, a sua integração,

simultaneamente como parte integrante e como força dirigente, na vida e na luta do povo português.

Em terceiro lugar, explica-se porque a vida comprovou, ao longo de todo este período, as análises, as conclusões, as previsões e a justeza das propostas feitas pelo PCP.

Quanto ao desenvolvimento regional, é conhecido que a força organizada do Partido está muito concentrada. Há distritos — como os de Setúbal, de Beja, de Évora, parte dos de Lisboa, de Santarém e de Portalegre — onde o Partido tem fortíssimas organizações, com a efectiva e incontestável direcção de todo o movimento operário e popular, número elevado de deputados eleitos e a maioria ou a quase totalidade das autarquias. E há distritos onde são pequenas as organizações e é baixa a influência política e o apoio eleitoral.

Os números mostram porém que o Partido ganha terreno em regiões que alguns anos atrás a reacção considerava inacessíveis e impermeáveis à influência comunista.

É certo que, em termos absolutos, os maiores progressos se registam nas organizações mais fortes. No distrito de Setúbal o número de membros do Partido aumentou 9258 de 1978 para 1984. No distrito de Lisboa 7707.

Entretanto o distrito do Porto, o mais importante do Norte, registou nos mesmos anos um crescimento espectacular: mais 9599 membros do Partido, correspondendo a um aumento de 56,5%.

Também de sublinhar que, nos distritos de Vila Real, Guarda, Bragança (assim como na Região Autónoma dos Açores), os efectivos mais que duplicaram. No de Viseu quase que duplicaram. Nos de Braga, Aveiro e Castelo Branco o aumento ultrapassou os 40%.

Se tivermos ainda em conta que o número de organismos passou de 6000 em 1975 para 9000 em 1983, que mais de 45 000 mulheres são membros do Partido, que cerca de 50 000 militantes têm menos de 30 anos (sem contar os 30 000 membros da JCP), estes números expressam sem dúvida *uma organização sem paralelo entre os partidos existentes em Portugal*.

Os números são índices do valor da organização. Mas nem só os números o são. Os números são ainda mais significativos porque ser membro do PCP não se limita a ter no bolso um cartão do Partido. Significa pertencer a uma organização e ter uma actividade regular. Porque a vida interna do Partido é uma vida intensa de análise das situações, debate, definição de tarefas, dinamização e realização de actividades práticas, amplo trabalho de massas.

Por tudo isso, a organização do PCP é motivo de inveja de todos os outros partidos.

Segundo os últimos dados anunciados pelos próprios partidos, os efectivos do PS rondam os 40 000 e os do PSD menos de 60 000.

O funcionamento destes dois partidos reduz-se às reuniões dos organismos de direcção nacional e regional. Muitas das suas sedes ou estão encerradas ou são edifícios sem frequência. Contrastando com o vasto apoio eleitoral com que têm contado, o seu efectivo, directo e empenhado apoio social e político é muito reduzido.

Se, em relação aos outros partidos, a influência real e a força real do PCP é incomparavelmente superior ao que se poderia inferir das percentagens de votos alcançados nas eleições, isso deve-se em grande parte à profunda diferença entre a organização do PCP e a organização dos outros partidos.

A organização do PCP é um seu traço distintivo e um factor fundamental da sua capacidade de intervenção na vida nacional.

O APARELHO OU NÚCLEO CENTRAL

A actuação do Partido, respondendo com capacidade, eficácia e rigor às múltiplas e complexas tarefas, dispõe de um *aparelho* ou *núcleo central*, que, no quadro da organização

estruturada, intervém como força dinamizadora e apoio técnico indispensável.

Quais são as componentes desse aparelho ou núcleo central? Quais os organismos, organizações, meios e recursos que abrange?

O aparelho ou núcleo central abrange os organismos de direcção no seu esquema hierarquizado; os funcionários do Partido; as diversas comissões junto do CC; as secções e comissões com tarefas específicas a nível central e regional (SIPs, comissões de organização), os meios técnicos ao dispor dos organismos de direcção (gráficos, audiovisuais, fotográficos, de reprodução de documentos) e os meios humanos que os accionam: serviços administrativos; serviços de apoio (cantinas, limpeza, etc.); Centros de Trabalho; meios de transporte; segurança.

O aparelho compreende o núcleo e aparelho junto do Comité Central e os núcleos e aparelhos das organizações regionais e de todas as outras organizações.

O núcleo ou aparelho não está separado da totalidade da organização. Pelo contrário. Está estreitamente inserido em toda a organização, como elemento dinamizador e coordenador e como suporte técnico do trabalho de todo o Partido.

Não está todo centralizado em torno do Comité Central. Pelo contrário. Se em parte o está, outra e grande parte está descentralizada pelas várias organizações. O aparelho do PCP não representa uma forma ou uma expressão de centralização, antes um poderoso instrumento de descentralização da responsabilidade, da decisão, da iniciativa e dos meios.

A palavra «aparelho» é muitas vezes utilizada pelos detractores do Partido com um sentido depreciativo e pejorativo.

A verdade é que tal sentido se pode dar falando de aparelhos dos partidos burgueses, não do aparelho do PCP.

Nos partidos burgueses, o aparelho é um complexo burocrático e dirigista, que mantém todo o resto do partido sob o seu comando e em completa dependência, de tal forma que muitas vezes os conflitos entre os chefes são as lutas pelo *contrôle* do aparelho. Nesses partidos, quem tem nas mãos o

aparelho tem o partido nas mãos. São frequentes os casos em que os conflitos de opinião entre os dirigentes acabam por resolver-se, não porque se reconheça que este ou aquele tem razão mas porque este ou aquele conseguiu deitar as mãos ao aparelho e utilizá-lo contra os adversários, independentemente da vontade democrática do partido. Nesses partidos, o aparelho está ao serviço dos dirigentes e é um instrumento de submissão ditatorial do partido.

É inevitável que tais «aparelhos» se desacreditam aos olhos dos militantes e das massas e dão à palavra um sentido negativo.

No PCP a situação é radicalmente diferente. O aparelho está ao serviço do Partido. Nenhum dirigente ou organismo de direcção tem nem poderia ter o aparelho nas mãos. O aparelho não é de tal ou tal dirigente, de tal ou tal grupo, nem mesmo de tal ou tal organismo. O aparelho é de todo o Partido e o seu funcionamento e os seus recursos estão inseridos no funcionamento democrático e no trabalho colectivo.

O aparelho ou núcleo central fortemente organizado, dispondo de recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, com quadros, sectores e serviços especializados nas funções e tarefas que lhes são atribuídas nas diversas organizações e escalões do Partido, é por esta forma um importante elemento da força do Partido, da sua capacidade de realização, da eficiência das suas actividades.

O VALOR DO APARELHO E O COMBATE ÀS TENDÊNCIAS BUROCRÁTICAS

O aparelho ou núcleo central representa um papel da mais alta importância no Partido, desde que seja assegurado no aparelho o cumprimento dos princípios orgânicos e a prática do estilo de trabalho do Partido. Trata-se de uma condição indispensável porque qualquer aparelho, mesmo quando inserido na

totalidade da organização, é susceptível de facilitar tendências burocráticas consubstanciadas no que se pode chamar «espírito de aparelho» ou «vícios de aparelho».

O aparelho ou núcleo central do PCP compreende e cumpre as suas funções e é no fundamental alheio ao burocratismo e aos «vícios de aparelho» por duas razões fundamentais: porque são constantemente valorizadas as orientações, normas e métodos correctos de trabalho em que, também constantemente, se insiste; e porque são constantemente combatidas tendências burocráticas e as suas manifestações.

São orientações constantemente valorizadas, a criação de um ambiente fraternal, de confiança recíproca em todos os organismos, mantendo sempre viva a responsabilização individual de cada um dos membros e a responsabilização colectiva e individual perante a organização respectiva e perante todo o Partido. São combatidas manifestações de compadrio ou de espírito de capela entre os membros de qualquer organismo; tendências de encobrimento ou desculpa recíproca das deficiências e faltas; climas de conflitos e incompatibilidades pessoais.

São orientações constantemente valorizadas a atenção às opiniões e críticas dos militantes das organizações respectivas, a fim de colher nas opiniões e críticas contribuições positivas para o melhoramento da actividade. São combatidas manifestações de resistência sistemática à crítica ao trabalho do organismo e dos seus membros e de desautorização da crítica respondendo à crítica com a crítica. São combatidas quaisquer práticas de abafar as opiniões discordantes sobretudo quando vindas de camaradas menos responsáveis; de reter reclamações, críticas, protestos e apelos dirigidos a organismos superiores. São combatidos conceitos de que, na organização ou sector respectivo, o organismo dirigente tem sempre razão e é a suprema instância de decisão.

São orientações constantemente valorizadas a apreciação dos quadros pelo seu valor real, sem subjectivismo, seleccionando e promovendo segundo as qualidades reais e não por simpatia ou por critérios pessoais. São combatidas quaisquer ma-

nifestações de discriminação por motivo de simpatia ou de antipatia, de protecționismos, de situações em que se «toma de ponta» um membro do Partido, de promoções de «partidários» de tal ou tal camarada, de «repressão política» de camaradas considerados «incómodos» pelas suas opiniões discordantes.

São orientações constantemente valorizadas a prontidão, o desembaraço e o despacho nas respostas aos problemas postos, o actuar na hora exacta, o tomar de decisões na base da análise das situações concretas, a iniciativa e o espírito criativo, a documentação rigorosa, precisa e seleccionada. São combatidas manifestações de rotina, de repetição mecânica e preguiçosa de soluções sem querer saber das situações concretas; da morosidade erigida em método; da obstrução a quaisquer ideias ou iniciativas que saiam do rame-rame estabelecido, do alargamento e adiamento inútil dos processos de exame e de decisão com pretextos de carácter formal, da transformação da documentação em «montes de papelada» amontoados pelo feitiçismo da quantidade com prejuízo da selecção e do estudo.

São orientações constantemente valorizadas nos funcionários do Partido a disponibilidade, a compreensão da militância como atitude política, moral e revolucionária, a dedicação como maneira de estar na vida. São combatidas tendências de funcionários do Partido para encarar o trabalho no Partido como o trabalho para um patrão, atrasando nas horas de entrada, antecipando as horas de saída, multiplicando os intervalos pelos motivos mais fúteis, comportando-se num Centro de Trabalho como certa gente nas repartições, instalando-se atrás da secretária, não tanto como à roda do leme mas como numa escrivaninha burocrática, encarando a funcionalização no Partido com critérios de profissionalismo e carreirismo.

O próprio facto de que se valorizam as orientações indicadas e se combatem os vícios referidos indica que, apesar do magnífico estilo de trabalho alcançado no PCP, aparecem, num ou noutro organismo e num ou noutro camarada, tendências, manifestações e práticas de burocratismo — dos «vícios de aparelho».

Deve ter-se plena consciência de que onde quer que exista um aparelho (no Partido ou no Estado) *tendências burocráticas e «vícios de aparelho» são como as ervas daninhas: brotam com facilidade e crescem rapidamente se não são mondados à nascença.*

Por isso se considera indispensável a permanente vigilância e uma intervenção pronta e construtiva para não deixar medrar fenómenos negativos.

Tal atitude é válida actualmente. E será sem dúvida válida no futuro.

UM PRINCÍPIO GERAL E UNIVERSAL DE TRABALHO

A organização é um princípio geral e universal do trabalho do Partido. É decisiva para o êxito de qualquer tarefa e da actividade em geral.

Perante as grandiosas e frequentes iniciativas do Partido, muitos perguntam como são possíveis tais realizações. Alguns comentadores acrescentam que se compreende que as possam levar a cabo partidos no Poder, mas que é um tanto incompreensível que o faça um partido actuando nas condições do nosso.

Nessa capacidade de realização do PCP intervêm numerosos factores. A extraordinária militância dos membros do Partido. A mobilização e concentração de esforços e recursos materiais e humanos. A existência de infra-estruturas técnicas em expansão. A experiência acumulada. E outros. Com papel relevante, a organização, ou, se se quiser, a capacidade de organizar.

Em qualquer das grandes realizações do Partido a organização é um dos elementos básicos do trabalho.

O trabalho de organização começa na concepção da própria realização, na definição dos seus objectivos e aspectos, na planificação, na calendarização do andamento do trabalho, no cálculo dos recursos necessários e dos recursos disponíveis. Prolonga-se na consignação de quadros e recursos, no planea-

mento e ordenamento do trabalho e nas medidas executivas correspondentes. Desenvolve-se na combinação da actividade de estruturas especialmente criadas para o efeito com a actividade das organizações normais do Partido.

Através de dois exemplos concretos pode melhor concluir-se do trabalho de organização realizado, tanto nas grandes iniciativas partidárias como pelos membros do Partido, juntamente com trabalhadores de outras tendências, em grandes iniciativas de organizações sindicais e organizações representativas dos trabalhadores.

Primeiro exemplo: *a Festa do «Avante!»*. Sob orientação directa do Secretariado e da Comissão Política do CC, cria-se, para orientar e dirigir todo o trabalho, uma Comissão Nacional da Festa que tem duas componentes essenciais. Por um lado, representantes de todas as direcções regionais do Partido, da JCP, das organizações de mulheres, de reformados, de deficientes, das redacções do *Avante!* e de *O Militante*, da Editorial «Avante!», do Grupo Parlamentar, etc. Por outro lado, responsáveis pelo trabalho específico da Festa, assegurado por uma série de comissões que por sua vez dispõem de equipas e grupos respeitantes a cada um dos aspectos do trabalho: programa político-cultural, espectáculos, projecto, implantação, cidade internacional, quadros e pessoal, administração e gestão financeira, propaganda, armazéns, abastecimentos, material, transportes, etc. O trabalho central da Festa é assegurado por uma Comissão Executiva e o funcionamento da Festa nos dias da sua duração por uma Comissão de Campo.

No total, são milhares de militantes que, ou num trabalho permanente no terreno, ou em jornadas de trabalho voluntário, ou em actividades altamente qualificadas, sob o ponto de vista técnico e artístico, ou nas estruturas criadas em cada região, asseguram com um trabalho colectivo superiormente organizado a realização da grandiosa iniciativa.

Segundo exemplo: *uma manifestação unitária de rua envolvendo os distritos de Lisboa e Setúbal*.

Forma-se uma Comissão Coordenadora Interdistrital, uma

Comissão de Campo Interdistrital, comissões dinamizadoras de cada um dos distritos, comissões dinamizadoras dos principais concelhos, comissões de campo de cada distrito, de cada concelho e de cada sector. São centenas, mesmo milhares de camaradas que, de uma forma planificada, são integrados nesses organismos dinamizadores e executantes, lado a lado com trabalhadores que não pertencem ao Partido.

Depois, quando observadores superficiais vêem, antes de uma manifestação, a disposição ordenada dos manifestantes nos locais de concentração que lhes foram destinados, e vêem depois como entram ordenadamente no cortejo, como esse majestoso rio humano corre ordeiro, seguro, disciplinado e entusiástico, como a orientação e os objectivos são unânimes de ponta a ponta — tudo parece espontâneo e fácil. E, entretanto, quanto mais espontâneo e fácil parece mais intenso e mais determinante foi o trabalho de organização.

Qualquer destas grandes iniciativas, como muitas outras que poderiam citar-se de carácter partidário ou unitário, são testemunho de um esforço colectivo de muitos milhares de militantes e de um colossal trabalho de organização.

A importância deste trabalho não se afere apenas pelo êxito das iniciativas do Partido ou daquelas em que o Partido participa. O espírito de organização e a capacidade de organização são indispensáveis a um partido político, não apenas para o desenvolvimento da sua actuação especificamente partidária mas também para todos os aspectos da sua intervenção na vida política, social, económica e cultural do País. Indispensáveis também na acção governativa.

Um partido leva para o governo em que participa ou a sua capacidade organizativa ou a sua subestimação em matéria de organização. A acção governativa é em muitos aspectos um espelho das virtudes ou carências organizativas do partido que a exerce.

Assim, por exemplo, o PS e o PSD no governo caracterizaram-se, por um lado, pela persistência em medidas contra-revolucionárias visando objectivos políticos estratégicos, por outro

lado, no que respeita à solução de problemas reais, pela desorganização, precipitação e inconsideração, pela falta de rigor no estudo e nas decisões, pela morosidade, por decisões provisórias que avançam como definitivas, que absorvem grandes recursos e depois são anuladas em pura perda.

Quando se diz que os problemas nacionais portugueses não se podem resolver sem o PCP, isto significa que o PCP está em condições de levar a um governo, como já leva a numerosas autarquias e a diversos sectores da vida nacional, não apenas o conhecimento dos problemas e propostas construtivas de uma política alternativa mas também a isenção, a seriedade, a competência, a capacidade de realização e a capacidade organizativa.

O espírito e a capacidade de organização do PCP são necessários e indispensáveis ao nível do Poder para que a crise possa ser atacada e superada e os problemas nacionais possam ser resolvidos.

ORGANIZAÇÃO E TRABALHO DE MASSAS

A organização e a actividade e a luta de massas estão dialecticamente unidas. São, uma e outra, no seu paralelo desenvolvimento, simultaneamente causa e efeito.

Só foi possível criar e construir uma organização como a do PCP porque o trabalho de massas tem sido ao longo dos anos o fundamental da actividade do Partido.

E só se pode ter um trabalho de massas tão vasto e profundo, como realiza o PCP, dispondo o Partido da organização de que dispõe.

A organização é um instrumento capital para promover, orientar e desenvolver a actividade e a luta de massas. E a actividade e a luta de massas constituem o terreno fecundo em que germina, se desenvolve, floresce e frutifica a organização do Partido.

Sectorialmente, no processo de desenvolvimento partidário, a organização pode preceder ou seguir o trabalho de massas. Se preceder, uma das suas primeiras e essenciais tarefas é encontrar as formas de realizar o trabalho de massas. Se aparece na sequência do trabalho de massas realizado através de organizações unitárias, é indispensável que prossiga esse trabalho incessantemente.

Uma organização que se fecha em si própria, que se volta *para dentro*, que não estabelece ou que perde a ligação com as massas, está condenada a estiolar, a envelhecer e a morrer sem nada deixar atrás de si. As organizações do Partido, para cumprirem a sua missão e para se desenvolverem elas próprias, têm de estar voltadas *para fora*, porque o viveiro da organização, dos novos militantes, dos quadros, das energias, da inspiração, dos recursos, é o trabalho de massas.

O recrutamento pode ser dirigido (quando as organizações tomam a iniciativa de fazer abordagens propondo a inscrição) ou espontâneo (quando são os candidatos que procuram inscrever-se por iniciativa própria).

Há casos de inscrições no Partido que resultam do amadurecimento da consciência política dos candidatos sem ligação com qualquer movimentação de massas no concreto. Mas, quando se registam progressos massivos e rápidos nas inscrições, pode ter-se por certo que é a luta de massas dirigida pelo Partido que traz ao Partido os lutadores de vanguarda. Com razão temos dito que, nas grandes campanhas de recrutamento, os novos militantes chegam ao Partido na crista da onda da luta de massas.

Alguns observadores manifestam surpresa pelo facto de o PCP — que antes do 25 de Abril era obrigado a uma profunda clandestinidade, contava com um número muito limitado de membros e adoptava rigorosas regras de defesa — ter conhecido depois do 25 de Abril um rapidíssimo desenvolvimento orgânico que o transformou num grande partido de massas.

A surpresa resulta do desconhecimento da orientação e da actividade do PCP na clandestinidade. Apesar de sujeito a uma

violenta repressão e obrigado a adoptar rigorosas regras de defesa, o PCP, na clandestinidade, salvo curtos períodos, nunca esteve voltado para dentro. Ao contrário. Esteve sempre voltado para fora, para as massas, tendo como preocupação fundamental a ligação à classe operária e às massas e a direcção, preparação, organização e desenvolvimento da luta da classe e das massas, encontrando ou descobrindo para isso as formas adequadas de organização e de associação do trabalho legal, semilegal e ilegal.

Essa orientação do trabalho voltado para fora, para as massas, não só foi um dos factores decisivos para que o Partido tivesse podido resistir à repressão, durante dezenas de anos de ditadura, como explica que, após o 25 de Abril, o PCP, senhor de rica experiência, tenha aparecido com extraordinária inserção nas massas populares e com grande capacidade de mobilização e direcção da sua luta.

Insistindo na sua orientação política, continuando a defender com firmeza e dedicação os interesses do povo português e de Portugal, desenvolvendo o trabalho e a luta de massas, é praticamente inevitável que, mantendo-se o regime democrático, a organização do PCP continuará a alargar-se e a reforçar-se.

O PARTIDO — «AQUELA MÁQUINA»?

A propaganda anticomunista, por muito absurdas invenções e muito vis calúnias que engendre e divulgue, não pode deixar de reconhecer a força, o rigor e eficiência do trabalho, a capacidade de organização e de mobilização do Partido.

Para explicar tal apreciação, que contradiz um juízo global depreciativo, afirma que o Partido é «uma máquina» — «aquela máquina».

À primeira vista, a expressão parece tanto um elogio que até camaradas a tomam como tal e a repetem contentes.

Entretanto essa expressão deturpa a realidade do Partido e das causas profundas da sua força, da sua eficiência, da sua capacidade.

Não, o Partido não é «aquela máquina».

Numa máquina, cada peça — cada roda, cada êmbolo, cada engrenagem — actua automaticamente, submetida passivamente ao ordenamento e à propulsão geral da máquina, sem qualquer capacidade de decisão, sem qualquer intervenção autónoma, sem qualquer possibilidade de reacção ou de criação.

O Partido, na sua realidade e no seu funcionamento, é precisamente o invés da máquina.

Ou seja: é uma «máquina» cujo funcionamento, em vez de determinar e comandar a intervenção das várias peças, é por estas determinado.

É uma «máquina» em que cada peça, cada roda, cada êmbolo, cada engrenagem, é um ser humano ou um colectivo de seres humanos, com inteligência, sentimentos e vontade, com independência bastante para autodeterminar a sua acção, com capacidade para dar uma contribuição própria, autónoma e criativa.

O Partido não é pois «aquela máquina». É um imenso colectivo de homens e mulheres cujo andamento é determinado por todos e por cada um.

8
A FORMAÇÃO MORAL
DOS COMUNISTAS

edições
Avante!



UMA MORAL NOVA E SUPERIOR

Ser comunista não consiste apenas em ter um objectivo político e lutar pela sua realização. Ser comunista não é apenas uma forma de agir politicamente. É uma forma de pensar, de sentir e de viver. E isto significa que os comunistas, não só têm objectivos políticos e sociais, não só têm uma ideologia e um ideal de transformação da sociedade, como têm também uma moral própria, diferente da moral da burguesia e superior a ela.

A moral comunista assenta numa base objectiva que determina a sua natureza de classe.

De facto, a base material da moral comunista são as condições de trabalho e de vida do proletariado, a sua luta contra o capital, e, depois da revolução socialista vitoriosa, a sociedade libertada da exploração do homem pelo homem.

A moral comunista integra princípios herdados do património ético do passado. Mas o que a caracteriza e diferencia são os princípios que resultam da natureza, dos objectivos e da missão histórica do proletariado.

A coesão, a solidariedade, a ajuda recíproca, a abnegação, a generosidade, a combatividade, a determinação, a capacida-

de de sacrifício, a disciplina, a confiança em si próprio e no futuro, são elementos éticos que resultam das próprias condições de trabalho e de vida da classe operária, dos seus objectivos e da sua luta.

A moral proletária e comunista desenvolveu-se e continua a desenvolver-se com o avanço da luta de classes e a evolução social. Espontânea e instintiva — antes da criação do socialismo científico. Formulada, sistematizada, expurgada de elementos estranhos e contrários — pelo marxismo. Encarnada, institucionalizada em princípios de conduta e transformada num instrumento de influência na classe e nas massas — pelos partidos comunistas. Enriquecida com a nova realidade e como uma das bases da criação do homem novo — pela construção do socialismo.

Ao longo de todas estas fases, a moral comunista conservou sempre a sua raiz e a sua natureza de classe — classe à qual cabe o papel determinante da transformação social na época histórica em que vivemos.

A moral comunista sofre o influxo criativo e formativo do ideal político e da prática revolucionária.

A missão histórica do proletariado, a luta contra a exploração e a opressão, contra o parasitismo e as injustiças sociais, pela igualdade dos seres humanos independentemente do sexo, da nacionalidade e da raça, as vitórias e realizações na construção do socialismo, as exigências e sacrifícios que aos militantes coloca a prática revolucionária, exercem poderosa influência na formação dos conceitos morais, acentuando os traços de generosidade, de dedicação, de isenção, de respeito pelos outros, de respeito pela verdade, de coragem, de sacrifício, de heroísmo.

Enquanto o capitalismo, o imperialismo, o chauvinismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, se traduzem no plano moral por conceitos e sentimentos de egoísmo, rapacidade, domínio ilegítimo, desprezo pelos outros seres — a causa operária inspira conceitos e sentimentos de generosidade, de fraternidade, de solidariedade, de amor pelo ser humano.

O ideal político comunista é inspirador de uma moral superior. A prática revolucionária dos comunistas é uma escola de elevada educação moral e de formação do carácter.

A moral comunista encontra no Partido o factor subjectivo que a transforma num elemento capital da educação e da formação do militante e do ser humano.

A orientação política, os princípios orgânicos, a acção quotidiana e a política de quadros são elementos da formação moral dos militantes.

Não apenas como tarefa interna. É também tarefa do Partido levar a moral proletária e comunista às mais amplas massas. Por um lado, pela força do exemplo moral, que constitui um elemento de capital importância para a atracção, o convencimento e a influência política. Por outro lado, pelo esclarecimento e o trabalho educativo.

O reconhecimento da superioridade moral do Partido é um dos mais sólidos critérios do êxito da sua acção como vanguarda. A transformação da determinação e do heroísmo de vanguarda num fenómeno de massas, como se verificou na revolução portuguesa, é um dos mais sólidos critérios de todas as verdadeiras revoluções e do papel que nela desempenha o Partido.

O profundo contraste, evidenciado no dia-a-dia da vida económica, social e política, entre a amoralidade das forças reaccionárias e a moral dos comunistas actua como importante factor de descrédito das primeiras e da crescente confiança no Partido.

Que princípios na esfera moral podem encontrar-se assentes nos fenómenos económicos e sociais da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista?

Podem encontrar-se o ódio aos trabalhadores e ao povo, o abuso do Poder, o arbítrio de decisões, o egoísmo e individualismo ferozes, o frio decretar do agravamento da exploração e das condições de vida, a utilização de lugares responsáveis para enriquecimento próprio, a satisfação de ambições pessoais à custa do bem comum, o estímulo à violência, a propaganda da guerra, a mentira, a falsidade, a hipocrisia, a rapacidade, a

venalidade, a manipulação da opinião pública, a completa falta de escrúpulos, as fraudes, a corrupção — em resumo a degradação cívica e moral, acompanhando a degradação da política e da vida económica e social, provocada pelo processo contra-revolucionário.

E quais os princípios morais decorrentes da política, da acção quotidiana e das grandes linhas da vida interna do PCP?

O amor pelo povo, a dedicação ao serviço dos seus interesses, direitos e aspirações, a recusa da exploração e da opressão do homem pelo homem, a isenção pessoal, a coragem, a honestidade, o trabalho esforçado para o bem comum, a verdade na análise dos factos e na informação, o trabalho educativo para o aperfeiçoamento do carácter, a preocupação de uma conduta política, cívica e pessoal inspirada por elevados princípios morais que têm no centro o respeito pelo ser humano.

A moral dos comunistas é parte integrante da força revolucionária do Partido. Intervém como força material no processo da luta emancipadora e de transformação da sociedade. É também um elemento integrante da transformação do próprio homem.

Tanto como a clarividência política, a força moral dos comunistas é um factor determinante da influência na classe operária e nas massas, do seu real papel de vanguarda, da sua capacidade para dirigir a luta pela transformação da sociedade.

O AMOR PELA VERDADE

A verdade é um princípio inerente a toda a vida e actividade do Partido. O amor pela verdade é elemento componente da moral comunista.

Também a este respeito o PCP e os partidos da reacção se colocam em posições diametralmente opostas.

O processo contra-revolucionário desencadeado desde 1976 demonstrou exaustivamente que os partidos reaccionários, pela natureza inconfessável dos seus fins, são os partidos da mentira.

Nenhum dos governos de direita e nenhum dos partidos seus componentes ousou dizer a verdade acerca dos objectivos da sua política. Todos os seus actos e todas as suas medidas foram e são apresentados com extenso rol de mentiras elaboradas, planeadas e sistematizadas. Mentiras acerca das medidas cujo objectivo e resultado é o agravamento da exploração dos trabalhadores. Mentiras acerca das leis e medidas visando a restauração dos latifúndios e a reprivatização da banca e dos sectores básicos nacionalizados. Mentiras acerca das medidas de repressão e da ofensa a liberdades e direitos democráticos. Mentiras acerca das consequências da entrada no Mercado Comum. Mentiras acerca da salvaguarda dos interesses nacionais. E assim por diante.

A mentira é parte integrante, constitutiva, intrínseca, permanente, da política dos governos de direita e dos partidos que nestes participam. Tornou-se uma prática que se insere com desfaçatez e cinismo na completa falta de escrúpulos morais desses governos e partidos.

Precisamente ao invés, no PCP, a verdade resulta do carácter científico da análise da realidade, da inteira correspondência entre os objectivos de luta e os interesses populares e nacionais, do valor do ideal que por si próprio se impõe, do respeito efectivo pelo povo e seus direitos e da moral superior que rege a sua conduta.

Os comunistas nada têm a esconder e nada escondem dos seus ideais e dos seus objectivos. Enquanto outros partidos procuram ganhar apoios sociais, políticos e eleitorais mentindo e enganando, o PCP ganha apoio, prestígio e confiança esclarecendo na base da verdade.

Este contraste explica que, nos onze anos decorridos desde o 25 de Abril, os acontecimentos tenham desmentido invariavelmente as explicações, afirmações e promessas do PS, do

PSD e do CDS e tenham confirmado invariavelmente as explicações, as afirmações, as prevenções e as previsões do PCP.

Explicam também a solidez dos fundamentos da conhecida posição do PCP nas campanhas eleitorais, segundo a qual seria preferível perder votos falando verdade do que ganhá-los mentindo ao povo.

Quando as forças reaccionárias dispõem e abusam do Poder, dos recursos e do aparelho do Estado, dos órgãos de comunicação social, nem sempre falar verdade conduz ao êxito imediato.

Exemplo flagrante no tempo da ditadura fascista foram as perseguições, as torturas, as condenações, os assassinios de comunistas pela suprema razão que os comunistas diziam a verdade ao povo.

Exemplos flagrantes depois do 25 de Abril é o sistemático silêncio ou a grosseira deturpação das posições do PCP pelos grandes meios de comunicação social controlados pelo governo e a incriminação e condenação como caluniadores daqueles que com inteira verdade desvendam casos gravíssimos de corrupção nas mais altas esferas.

O amor pela verdade pode temporariamente custar caro a quem o exercita. Mas a verdade acaba por triunfar da mentira. A política da mentira está condenada à derrota final. É à política da verdade que o futuro pertence.

Princípio válido para as posições e a actividade do Partido, o respeito e o amor pela verdade é igualmente válido para as posições e a actividade de cada comunista. Mentir ao Partido é uma das mais graves faltas que um membro do Partido pode cometer. O respeito pela verdade é um princípio na acção do Partido e uma regra moral de todos os seus membros.

A verdade é para o PCP uma necessidade objectiva, uma arma de luta, um factor da força e influência, um penhor do futuro e um imperativo moral.

Com inteira razão o PCP afirma ser o partido da verdade.

A ACTIVIDADE MILITANTE, MOTIVO EXALTANTE DA VIDA

A actividade militante (ou militância) é a atitude característica do comunista na sociedade e na vida. É simultaneamente uma atitude política e uma atitude moral.

Forma de trabalho que, no respeitante a dispêndio de energia intelectual e física, não se distingue de outras formas de trabalho, distingue-se, na sua essência, pela maneira como o militante do PCP a procura e a pratica.

Pode ser (e no geral dos casos é) esforçada e cansativa. Constitui sempre motivo de satisfação.

É voluntária em sentido absoluto. É determinada por um elevado ideal. Torna-se, para o comunista, um imperativo político, cívico e social.

A militância comunista é de natureza inteiramente diferente da «militância» que também existe noutros partidos. Distingue-se da «militância» esquerdista animada pelo negativismo inconsequente e pelo radicalismo verbal; da «militância» reaccionária, animada pelo ódio à classe operária, à liberdade, aos direitos humanos, pela violência e o desrespeito por quaisquer princípios morais, pelo objectivo de alcançar vantagens, de fazer carreira ou de satisfazer ambições.

A maior alegria do militante comunista resulta do êxito alcançado, não para benefício próprio mas para benefício do povo. Quando, por exemplo, se consegue com a luta o aumento de salários dos trabalhadores e outros melhoramentos das condições de vida. Quando se consegue com a luta que os trabalhadores continuem laborando as terras das cooperativas. Quando se consegue com a luta defender a posse dos baldios pelos povos. Quando se consegue com a luta exercer liberdades que o Poder pretende recusar. Quando se consegue com a luta resolver problemas graves da saúde, da habitação, da educação. Quando se consegue com a luta instalar parques infantis ou centros de terceira idade. Quando se consegue com a luta atirar um governo a baixo para impedir que continue uma po-

lítica de desemprego, fome e miséria. Em todos os casos a maior alegria dada pela militância é a consciência de se ser útil ao Partido, ao povo e à sociedade.

A militância comunista enriquece a vida e o ser humano. É uma forma de trabalho que por si própria compensa quem a exerce. Cria, na participação colectiva numa causa comum, relações humanas caracterizadas pela isenção pessoal. Proporciona a harmonia entre o pensar e o agir — sólido fundamento da tranquilidade de consciência.

Não ter uma actividade militante seria mais duro para um comunista do que quaisquer duras circunstâncias e provas exigidas pela militância. O comunista é militante porque sem uma actividade militante, sem o seu Partido, se lhe tornaria difícil viver.

Para o Partido, essa militância é a fonte de energia actuante. Para o comunista, que tem no Partido a força dirigente aglutinadora e inspiradora, a militância é, entre todos os motivos, o mais exaltante motivo de vida.

DIRIGENTES, MILITANTES, VIDA COMUM

A actividade revolucionária dos comunistas, sobretudo dos que se consagram inteiramente à luta, pelo que tem de prioritário na vida e pelo que exige de tempo, de esforço, de energia, de disponibilidade e de dedicação, tende a afastar os militantes — particularmente aqueles a quem cabem maiores responsabilidades — da vida normal dos trabalhadores e, de uma forma geral, dos outros cidadãos.

A organização da vida, a absorção do tempo, o tipo de preocupações, o trabalho intenso, tendem a impedir que os militantes mais activos vivam de acordo com a forma mais geral de viver e dêem atenção a muitos dos problemas e a muitos dos assuntos que constituem parte considerável das preocupações quotidianas do chamado «homem comum».

Não se trata apenas (e isso já é importante) da redução considerável dos tempos livres, dos serões habitualmente ocupados com tarefas e da sensível limitação de sábados e domingos disponíveis. Trata-se de toda a organização de vida submetida à razão fundamental de viver do militante.

Esse distanciamento traduz, por um lado, um aspecto positivo e enriquecedor num ser humano: a consagração do fundamental da vida a um objectivo útil e generoso, com todas as implicações e compensações que implica.

Tem, por outro lado, aspectos negativos, tanto na formação completa do seu ser como cidadão de uma sociedade determinada como na sua própria qualidade de revolucionário: o insuficiente conhecimento directo dos pequenos e entretanto importantes problemas, gostos, preferências, hábitos, sentimentos da grande maioria do povo, a dificuldade em compreender, tanto múltiplos aspectos da psicologia social como grande número de reacções das massas e dos indivíduos.

Por isso é desejável que o militante comunista, incluindo naturalmente os dirigentes, procurem afastar-se o menos possível da vida comum dos seus concidadãos e em particular da vida dos trabalhadores.

Evitar grandes diferenças entre o nível de vida dos militantes, em particular dos dirigentes, e o das massas da população. Manter sempre o contacto directo com o povo, não apenas na acção revolucionária mas na vida de todos os dias e em todos os aspectos em que isso seja compatível com a intensa actividade política. Procurar a simplicidade e a modéstia na organização da vida, no trato e nas relações pessoais. Não viver e conviver apenas com camaradas que desempenham tarefas próximas e compartilhem de ideias e sentimentos idênticos, criando um convívio à parte, estanque, de estrato, de casta, de elite, antes procurar e sentir verdadeiro gosto de falar com gente simples, mesmo não politizada. Confraternizar sem saliências nem destaques.

No nosso Partido não encontram terreno favorável dirigentes que se habituem a ver as massas apenas da tribuna. Nem

outros que criem o hábito e o gosto, quando não a «técnica» e a «prática», de estarem sempre no centro das atenções.

É particularmente importante, como característica do relacionamento dos membros do PCP, quaisquer que sejam as suas responsabilidades, a relação *horizontal* nos dois sentidos, relação em que o respeito e o apreço são recíprocos e em que os militantes se sentem naturalmente iguais no dever de ouvir e no direito de ser ouvido.

Há camaradas que, na medida em que desenvolvem os seus conhecimentos e têm mais responsabilidades, se fatigam ao ouvir homens e mulheres com preparação muito elementar, por vezes com grande atraso na consciência política.

Alguma coisa falta a dirigentes de um partido operário quando não sabem apreciar o convívio com as pessoas mais simples, mesmo as mais atrasadas, e não sabem descobrir ou encontrar na riqueza de qualquer ser motivo bastante para a alegria do convívio humano.

Importante num comunista: fora a sua acção revolucionária, sentir-se e gostar de sentir-se como um «homem comum», como uma «mulher comum».

DIFERENÇAS NECESSÁRIAS E PRIVILÉGIOS A RECUSAR

Ao assumir maiores responsabilidades, o militante não pretende obter nem deve obter vantagens pessoais.

As responsabilidades de direcção no Partido significam fundamentalmente o acréscimo de trabalho, de esforço, de disponibilidade, de dedicação.

É entretanto inevitável e nada tem de negativo que o Partido dê ao militante que desempenha tarefas de responsabilidade e por motivo dessas tarefas instrumentos de trabalho e facilidades que representem de facto diferenças em relação a outros militantes e pelo menos aparentes vantagens pessoais.

É o caso da facilitação de transporte automóvel, de instalações de trabalho, de publicações, etc.

Tais facilidades devem entretanto limitar-se estritamente a necessidades inerentes às tarefas desempenhadas. De nenhuma forma se admite que o desempenho de tarefas mais responsáveis signifique o direito a vantagens e a privilégios de ordem pessoal.

É certo que nem sempre é fácil estabelecer o justo limite entre as necessidades de trabalho e a vantagem usufruída. O perigo existe de insensivelmente se franquear esse limite e criar situações de facto que representam a instauração de privilégios dos dirigentes.

Segundo as circunstâncias, isso pode dar-se nos mais variados domínios: em relação aos transportes (se um carro atribuído para a actividade de uma organização determinada é utilizado pelo responsável ou sua família para uso de carácter privado), em relação à alimentação e à bebida (se tais ou tais responsáveis, por motivo das suas funções, participam com demasiada frequência em acontecimentos festivos), etc.

Mesmo quando no governo, não é desejável (sobretudo num país como Portugal em que durante dezenas de anos grande parte da população terá graves problemas económicos a resolver) que, numa falsa ideia de afirmação do Poder, os dirigentes comunistas se habituem a um nível de vida manifestamente excessivo e, em qualquer caso, incomparavelmente superior ao dos seus camaradas.

As necessidades da disciplina e de protocolo não devem levar à criação de hábitos e vícios e muito menos à diferenciação social de um estrato político dirigente.

Tendo em conta que essas situações podem tornar-se ainda mais incorrectas em partidos que se encontrem no Poder, na Direcção do nosso Partido têm-se discutido certos problemas em relação ao futuro de Portugal socialista.

Somos categoricamente opostos à criação de privilégios dos dirigentes do nosso Partido, seja na actual situação seja quando no futuro o Partido esteja no Poder. Isso exige, por um lado, que as medidas tomadas em relação a eles sejam correctas e

evitem tais situações. E exige, por outro lado, que os próprios dirigentes sejam também vigilantes e recusem quaisquer privilégios pessoais por motivo das funções que exerçam.

Existe sem dúvida sensível diferença entre inevitáveis «pequenas vantagens» resultantes do exercício de cargos responsáveis e reais privilégios a que incorrectas decisões e falta de vigilância podem conduzir.

A experiência mostra porém que, se se querem evitar os grandes privilégios, é necessário impedir que se institucionalizem os pequenos. O privilégio de facto cria a habituação e a habituação gera a condescendência e a insensibilidade.

A luta contra os privilégios tem assim, como aspecto essencial, o trabalho educativo com critérios revolucionários e democráticos.

A IGUALDADE DOS SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS

Um aspecto do trabalho educativo fundamentalmente em relação aos camaradas que desempenham funções de direcção é a igualdade dos salários dos funcionários do Partido.

Seja qual for a sua tarefa e a sua responsabilidade (trabalho de organização qualquer que seja, ou trabalho técnico também qualquer que seja, militantes de base ou membros dos organismos centrais, incluindo Comité Central, Comissão Política, Secretariado, Secretário-Geral do Partido), todos os funcionários, assim considerados, recebem igual salário.

A igualdade de salários assegura que, na vida pessoal, particular, o nível de vida dos funcionários seja à partida igual, apenas variando segundo os encargos específicos e apoios próprios que por razões pessoais cada qual tenha.

Não se trata de um critério que consideramos válido e correcto em todas as circunstâncias. Pode mesmo considerar-se que, sob certos aspectos, é um critério injusto e defeituoso. De fac-

to dificilmente se discerne justiça em atribuir o mesmo salário a camaradas cujo trabalho é muito pouco qualificado e que até por vezes mostram pouca vontade de aprender, pouca diligência no que fazem e pouco rigor nos horários, e a camaradas cujo trabalho é altamente qualificado, que trabalham dia e noite com total disponibilidade revolucionária.

Não se trata pois de uma solução inteiramente correcta, nem válida em quaisquer circunstâncias. É inevitável que um dia será revista.

Tem-se entretanto entendido que essa solução teve alto valor durante a clandestinidade, na educação revolucionária dos militantes, a começar pelos dirigentes, na autoridade da Direcção, na generalização da disponibilidade e dedicação revolucionárias, na política financeira do Partido e no conseqüente apoio financeiro dinâmico e militante, na unidade do Partido, na profunda fraternidade, interajuda e confiança recíproca que se formaram em todo o Partido e se tornaram uma das suas características essenciais.

Depois do 25 de Abril e da legalização do Partido, com o enorme aumento do número de funcionários do Partido e uma acentuada diferenciação entre a completa disponibilidade revolucionária da maior parte dos funcionários e uma certa rotina burocrática de outra parte, examinou-se de novo o problema.

Considerou-se que, nas condições da revolução portuguesa e da luta contra o processo contra-revolucionário, era de manter a igualdade de salários para todos os funcionários sem excepção.

Esta situação (apesar de aspectos discutíveis) continua a ter uma influência positiva de grande valor nas mesmas linhas do que acontecia no tempo da clandestinidade.

No quadro desta orientação, interessa também sublinhar que os eleitos comunistas (deputados, presidentes e vereadores a tempo inteiro de câmaras municipais) não beneficiam materialmente da eleição.

Qualquer que seja o vencimento que pelo Estado lhes é atribuído nas novas funções, eles (incluindo os funcionários do

Partido) continuam a receber de facto o que ganhavam antes de serem eleitos. Alguns eleitos nas autarquias não cumprem estas normas, mas o trabalho educativo do Partido continua para que venham a cumprir.

No caso dos deputados, a diferença é entregue ao Partido. Em 1978, o dinheiro correspondente que entrou na Caixa Central do Partido foi de 5 332 197\$00; em 1984, de 25 003 400\$00. No total dos anos 1978-1984 entraram dessa origem na Caixa Central do Partido 92 203 714\$00.

No caso dos eleitos para as autarquias, na grande maioria dos casos, a diferença não é entregue ao Partido mas a uma organização chamada AECOD (Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas). As verbas assim apuradas destinam-se a financiar iniciativas para resolver problemas das populações. Pelos fundos da AECOD, isto é, com verbas provenientes dos vencimentos dos eleitos comunistas, foram executadas importantes realizações: só em 1983-1984, 58 parques infantis e 79 obras de electrificação, abastecimento de água, arruamentos, esgotos, abrigos para passageiros, balneários públicos, obras em mercados, etc. Com os mesmos fundos foram subsidiadas, só em 1984, 55 corporações de bombeiros no distrito de Lisboa, 60 colectividades, bandas e ranchos no distrito de Santarém, colectividades e bandas no distrito do Porto.

Esta questão da igualdade dos salários tem sido motivo de especulação pela propaganda reaccionária. Parece incrível aos reaccionários que os funcionários do Partido, e nomeadamente os dirigentes, possam viver com o baixo salário que o Partido lhes atribui, o salário mínimo nacional: 19 200\$00 (Agosto de 1985).

É certo que o Partido ameniza as dificuldades com a instalação de cantinas e bares (a preços módicos) nos seus Centros de Trabalho, com formas indirectas de ajuda aos filhos, participação na compra de medicamentos, ajudas de custo decorrentes da actividade, etc. É também certo que em alguns casos a situação é atenuada por ajudas familiares ou usufruição de bens próprios. De qualquer forma, o nível de vida dos funcionários

é bastante baixo, a sua alimentação frugal, e atravessam por vezes reais dificuldades e privações.

Os funcionários do Partido compreendem que ser funcionário do Partido não é uma carreira mas uma atitude na vida, segundo a qual servir o povo e servir a Pátria se tornou o motivo inspirador e dinamizador determinante.

O Partido procura entretanto (como é seu dever) atenuar na medida das possibilidades a dureza de tal situação.

FRATERNIDADE E AJUDA RECÍPROCA

A comunidade de ideal, a identidade de objectivos, a raiz de classe, a luta comum e as provas que ela exige, a vida democrática do Partido, o trabalho colectivo, a participação em realizações que implicam organização e coordenação de esforços — todos estes e outros múltiplos factores são incompatíveis com o isolamento do indivíduo e com as condutas egoístas e desenvolvem nos militantes o hábito de ajuda recíproca e os sentimentos de amizade e fraternidade.

Casos de relacionamento difícil e mesmo de incompatibilidade entre camaradas, porque como *casos* são vistos, acompanhados e ajudados, confirmam uma situação geral e um ambiente geral que explícita ou implicitamente os condena.

O normal nas relações entre comunistas é a amizade isenta, profunda e duradoura, a prontidão para correr em ajuda dos camaradas, a facilidade no compartilhar de esforços, de privações e de dificuldades, a fraternidade no sentido mais elevado da palavra.

Irmãos no combate nos consideramos e como irmãos de combate nos vemos, nos conhecemos, nos respeitamos e nos estimamos.

Observadores da vida do PCP, quando têm possibilidade de ver mais de perto como os comunistas trabalham em comum,

como se relacionam, ou mesmo quando pela primeira vez participam em grandes iniciativas (Festa do *Avante!*, assembleias, etc.), ficam em geral surpreendidos com um ambiente fraterno que anteriormente em parte alguma haviam encontrado e que, como confessam, dificilmente pensariam poder encontrar.

Esta situação tem causas objectivas. Mas está também ligada a métodos e estilo de trabalho, à concepção do trabalho de direcção, à política de quadros, à acção educativa do Partido.

A fraternidade e a ajuda recíproca dos comunistas é um elemento importante da sua força e da sua unidade e uma fonte inspiradora na ligação com as massas populares.

É uma expressão simples, directa e convincente do espírito humanista que anima e inspira a causa do comunismo.

VIDA PARTIDÁRIA, CONDUTA CÍVICA E VIDA PRIVADA

O Partido respeita o ser humano. Respeita os membros do Partido na sua diversidade. Não tem a pretensão de uniformizar os caracteres num estereótipo de homens e mulheres supostamente perfeitos. Considera um erro idealizar o ser humano e condenar cada ser, quando, como é inevitável, revela não corresponder ao idealizado.

O Partido não perfilha entretanto a ideia de que a conduta cívica e a vida privada nada têm a ver com a actividade partidária, e que o Partido se deve manter completamente indiferente e à margem da conduta cívica e da vida privada dos seus militantes.

A conduta cívica é uma forma de um comunista se comportar na sociedade. Não se pode considerar separada da conduta partidária, nem alheia aos interesses do Partido.

A atitude de um comunista em relação ao trabalho e à vida social tem necessariamente de conformar-se com alguns princípios fundamentais.

O Partido não pode ficar indiferente ao facto de que um militante não gosta de trabalhar, dá maus exemplos na sua vida pessoal e profissional, desrespeita os seus concidadãos.

Um constante trabalho educativo é indispensável. Uma correcta conduta cívica constitui magnífico ponto de partida para a compreensão dos deveres de comunista e a correcta conduta partidária. Inversamente, a correcta conduta partidária constitui uma contribuição por vezes determinante para melhorar e elevar a um nível superior a conduta cívica.

Atitude semelhante em relação à vida privada.

Numa sociedade em que existem tão profundas divisões e conflitos de classes, com as suas repercussões nas concepções, nos costumes e nos hábitos, são de admitir muitas formas de organização de vida privada, muitos diversos conceitos relativamente à família, às amizades, aos convívios, às relações amorosas.

O Partido respeita a vida privada dos seus membros e a diversidade de situações, de sentimentos, de hábitos e tradições.

Isto não significa porém que fique ou possa ficar indiferente à vida privada dos seus membros, quando essa vida privada extravasa o quadro particular e passa a ter repercussões sociais.

São legítimos, necessários e mesmo indispensáveis certos parâmetros, tendo em conta simultaneamente as concepções comunistas, o ambiente social e as repercussões da vida privada dos comunistas na sociedade e na opinião pública.

Como regra o Partido não interfere na vida privada dos seus membros. Tem mesmo uma atitude crítica em relação a camaradas que se metem na vida dos outros ou têm o mau hábito de comentarem a vida dos outros em aspectos não significativos sob o ponto de vista partidário.

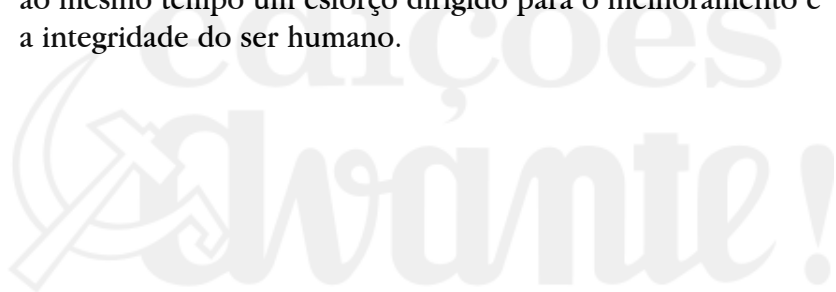
Mas, ao mesmo tempo, o Partido intervém junto das camaradas, se a sua vida privada tem sérias repercussões desfavoráveis no Partido ou na sociedade, afectando o prestígio e a autoridade do Partido e do próprio militante.

Assim, por exemplo, o Partido não pode ficar passivo ante falta de seriedade nas actividades profissionais, imoralidade nas relações amorosas, vício de jogo e batota, abuso do álcool, etc.

Em tais casos, o Partido, com exame das situações e crítica fraternal, procura ajudar os quadros a modificar, a corrigir, a melhorar a sua conduta.

É relativamente frequente que, a partir de actos irreflectidos ou errados, camaradas são arrastados para situações dramáticas em que se verifica uma degradação do comportamento e dos conceitos morais. Mesmo nesses casos é necessário um esforço para ajudar. A experiência mostra que, defendendo intransigentemente o Partido, o seu prestígio e a sua influência e combatendo firmemente actuações e tendências negativas, se podem também ajudar e por vezes «salvar» camaradas caídos no declive de situações extremamente complexas.

Defender o Partido das consequências negativas dos erros na conduta cívica e na vida privada dos seus membros é assim ao mesmo tempo um esforço dirigido para o melhoramento e a integridade do ser humano.



9
A DISCIPLINA,
IMPERATIVO DE ACÇÃO
E MANEIRA NATURAL DE AGIR

edições
Avante!



A DISCIPLINA E O SEU CARÁCTER PERMANENTE

A disciplina é simultaneamente um valor com carácter permanente e um valor de conteúdo variável.

Valor com carácter permanente — na medida em que, independentemente das condições objectivas e subjectivas, em quaisquer circunstâncias a disciplina é característica do Partido.

Valor de conteúdo variável — na medida em que a sua concretização, as formas que adquire, os métodos utilizados para assegurá-la, o rigor da sua apreciação, a gravidade de cada infracção, variam segundo o tempo e o lugar, segundo as condições reais existentes, tanto na sociedade como no Partido.

Os Estatutos consagram todo um capítulo à «disciplina do Partido» (cap. VIII). São 11 artigos, no total de 58 artigos dos Estatutos. Trata-se portanto de matéria à qual os Estatutos dão particular relevo. Não é de estranhar dado que os Estatutos, na sua redacção básica, foram elaborados e aprovados quando o Partido era forçado à clandestinidade.

Três aspectos da disciplina são desenvolvidos nos Estatutos.

O primeiro é o das *características fundamentais da disciplina*: ter como base a aceitação consciente da orientação, do

Programa e dos Estatutos do Partido; ser igual para todos os membros do Partido qualquer que seja a organização ou organismo a que pertençam; sujeitar os infractores a sanções disciplinares.

O segundo é o da *infracção à disciplina*: infringir os Estatutos ou as decisões dos organismos superiores e dos organismos a que pertençam os infractores e ter uma conduta indigna de um membro do Partido.

O terceiro aspecto (9 dos 11 artigos do capítulo) respeita às *sanções disciplinares* que são discriminadas e para cuja aplicação se definem princípios orientadores: aplicação depois de exame cuidadoso, possibilidade dada ao infractor de explicar a sua conduta, sanção de acordo com a responsabilidade do infractor e a gravidade da falta cometida.

Apesar do cuidado e desenvolvimento com que os Estatutos tratam a questão, eles não reflectem toda a riqueza do conceito e da prática da disciplina no nosso Partido.

A definição da disciplina é demasiado estreita e a definição das infracções é demasiado *penal*, uma vez que aparece directamente ligada à aplicação de sanções.

É uma evidência que as exigências permanentes de disciplina feitas às organizações e aos membros do Partido tiveram *um conteúdo diferente* numa época da vida do Partido em que o desenvolvimento político das organizações e dos quadros era muito deficiente, as decisões eram tomadas nos organismos superiores sem consulta às organizações, o trabalho colectivo não existia e a vida democrática interna estava nos seus primórdios; e numa época, como a actual, em que os membros do Partido participam largamente na determinação da orientação, em que o trabalho colectivo se estende a todo o Partido, em que os organismos superiores estão intimamente ligados às organizações e militantes, em que a democracia é uma das mais ricas realidades da vida interna.

Na primeira situação, a disciplina correspondia a uma intervenção militante na realização das tarefas, na decisão das quais os próprios não intervieram. Na segunda situação, a dis-

ciplina corresponde à participação numa actuação colectiva, cujas orientações têm também uma elaboração colectiva.

As formas e métodos de assegurar a disciplina no Partido variam também inevitavelmente segundo a situação política e social concreta, o estágio de desenvolvimento, a força e as tarefas do Partido, o nível da sua organização e dos seus quadros, a solidez da sua unidade.

São completamente diferentes, por exemplo, o momento da constituição e formação de um partido revolucionário, em que não há unidade política e ideológica e se manifestam tendências fraccionais, e o momento em que um partido adquiriu elevado nível político e ideológico e uma forte unidade, não apenas nos organismos dirigentes mas em todas as organizações.

Na história do Partido houve períodos em que a gravidade da situação resultante da repressão fascista, os perigos existentes, o facto de que o êxito ou a derrota dependiam em larga medida da disciplina, obrigaram à exigência do cumprimento restrito dos deveres disciplinares, à frequente indicação pelos organismos superiores de normas de trabalho e de vida rigorosamente obrigatórias, a uma apertada vigilância, à pronta e exemplar aplicação de medidas e sanções disciplinares.

Em tais períodos era legítimo falar-se de uma «disciplina de ferro» e exigir-se que o fosse de facto.

Conquistada a legalidade, numa época como a actual, em que o Partido actua à luz do Sol e aberto à observação e à apreciação das massas e em que a totalidade dos seus membros constitui um grande colectivo, no qual os militantes têm uma intervenção consciente, a disciplina deixa de ser a «exigência ou imposição que vem de cima», deixa de ser sentida como uma coacção ou pressão, para se tornar (mesmo sem ser invocada) *um aspecto normal, corrente e constante da actividade de cada organização e militante.*

As formas de assegurar a disciplina são radicalmente diferentes numa situação em que se trata de erigir a princípio estatutário a obrigatoriedade de cumprir as decisões, ou numa situação em que essa obrigatoriedade é um princípio, não já só

aceite mas assimilado na prática como uma forma natural de agir e de proceder.

UMA FORMA NATURAL DE AGIR E DE PROCEDER

Hoje, para um comunista, ser disciplinado é uma actuação comum, normal, habitual e natural — expressão da própria consciência e da própria vontade. Quem actua e procede no quadro da disciplina do Partido não tem necessidade de pensar que está a ser disciplinado. Não se repara que alguém é disciplinado. Só se repara quando o não é.

O hábito da disciplina, possibilitado pela realidade da vida do Partido, resulta da educação e da experiência. É por vezes difícil e demorado de adquirir mas, uma vez adquirido, é difícil perdê-lo. De tal forma que, para aqueles que se habituam a uma actuação e a uma vida disciplinada, o difícil não é ser disciplinado mas deixar de sê-lo. Não tanto porque o Partido lhes peça contas mas porque não se sentiriam bem consigo próprios.

A consciência revolucionária, que determina a integração voluntária na disciplina do Partido, pode assumir (em termos simplificados) dois graus ou níveis que correspondem de certa forma a dois graus ou níveis de desenvolvimento do próprio Partido.

Pode a consciência revolucionária que determina a actuação disciplinada ter como traço fundamental a compreensão da necessidade da eficiência, da operatividade e da unidade da acção de todas as organizações e militantes.

E pode a consciência revolucionária que determina a actuação disciplinada ter como traço fundamental a real integração na orientação do Partido e na justeza das tarefas postas.

É legítimo, em certas fases da vida do Partido e em certas situações decisivas, exigir-se pelo menos o primeiro nível. Mas o objectivo do desenvolvimento do Partido deve visar atingir-

-se o segundo. Na vida actual do nosso Partido, este segundo nível foi no fundamental atingido.

Quando inserida numa vida partidária cujo estilo é caracterizado pela participação viva dos militantes e pela democracia interna, a disciplina é uma forma de integração voluntária e consciente no trabalho colectivo. Entra, com simplicidade, nas características da actividade quotidiana. Está ligada ao esclarecimento. Acompanha a formação das opiniões e da consciência política. Não apenas na acção mas na ideia, identifica o indivíduo com o colectivo.

Por essa forma, a disciplina revela-se, na consciência e na vontade dos militantes, não como uma limitação da sua liberdade própria mas como uma *afirmação da liberdade* de proceder conforme com as próprias ideias e nas próprias opções.

A DISCIPLINA NOS ACTOS QUOTIDIANOS

A disciplina nos actos quotidianos é um relevante aspecto da disciplina partidária, da formação dos quadros, da organização e da eficácia da actividade, em última análise, do estilo de trabalho do Partido.

A disciplina tem de facto uma das suas mais profundas e valiosas expressões na actividade corrente de todos os dias, nos muitos pequenos actos que compõem a jornada de trabalho do militante.

Para a disciplina do Partido, não basta que os seus membros se sintam identificados com o Programa e com a orientação política e actuem em conformidade com as orientações traçadas pelo Comité Central, pelos outros organismos de direcção ou pelos colectivos a que pertencem.

A disciplina como forma normal e natural de actuação manifesta-se nos actos quotidianos, para os quais pode haver nor-

mas estabelecidas, mas pode também não haver orientações ou directrizes.

Um exemplo é *a pontualidade*.

É uma regra ou princípio e, mais que regra ou princípio, é bom que seja um hábito.

Não se trata de questão secundária. Trata-se de uma questão que acaba por decidir do rendimento, do andamento e da execução das tarefas, da eficácia da actividade e do próprio estilo global do trabalho do Partido.

A falta de pontualidade, seja nas reuniões seja na execução de qualquer tarefa marcada com prazo, pode pôr em causa o trabalho de muitos outros camaradas e a própria realização de uma tarefa.

Quando a falta de pontualidade se transforma em costume e prática generalizados e tolerados, quando, mesmo no que respeita às horas de começo do trabalho, o atraso passa a ser sistema, alguma coisa vai mal no Partido e o estilo é gravemente comprometido.

Outro exemplo: *o decorrer das reuniões*.

A aprovação de uma ordem de trabalhos, o exame ordenado de cada um dos pontos, as intervenções dentro dos tempos estabelecidos, se tempos foram fixados, a atenção e silêncio durante as intervenções dos outros camaradas, são princípios e hábitos elementares de disciplina.

Quando nas reuniões se atropelam e sobrepõem as matérias, se começam a debater todas as questões mas nenhuma se conclui, se uns interrompem os outros quando estão a falar, se alguns procuram falar repetidas vezes sem dar a vez aos outros, se excedem os seus tempos, se impõem diálogos — as reuniões e os seus resultados são gravemente afectados por essa falta de disciplina.

Os exemplos poderiam multiplicar-se relativamente a todos os aspectos e a todos os momentos da actividade partidária.

Uma coisa é certa: para que o Partido seja um partido disciplinado nas «coisas grandes» tem de sê-lo nas «coisas pequenas». Por regra e por hábito. Colectiva e individualmente.

A disciplina nos «pequenos» actos quotidianos é uma verdadeira escola da mentalidade e do comportamento, que permite uma natural e espontânea conduta disciplinada nas grandes questões políticas e sociais.

A disciplina no Partido, na sua acepção mais ampla, profunda e natural, é uma característica que demora muito tempo a adquirir, mas que, se se deixa relaxar, pode demorar muito pouco tempo a perder.

Por isso também se não devem fechar os olhos à degradação da disciplina nos actos da vida quotidiana.

Não se impõe a disciplina com disciplina. Disciplina comunista não é obediência. O convencimento, a explicação, a crítica persuasiva, o exemplo, a educação no respeito pelos outros, a criação do gosto pela organização e a eficácia são o bom caminho para que todos os militantes acabem por sentir que a vida e a actividade são extraordinariamente mais descontraídos, mais fáceis, mais leves, quando se adquirem hábitos de disciplina.

DISCIPLINA PARTIDÁRIA E DISCIPLINA MILITAR

A disciplina partidária nada tem a ver com a disciplina militar.

O militar obedece ao comando. Não intervém nas decisões, nem conhece as suas motivações e os seus objectivos.

No Partido, o militante tem (ou deve ter) plena consciência das razões e dos objectivos de cada decisão, intervém na definição das grandes linhas de orientação, intervém em numerosos casos nas relativas ao trabalho que executa.

O militante do Partido actua de acordo com decisões que têm a avalizá-las o exame e a opinião de colectivos em que o próprio militante se insere.

Assim, são completamente estranhos ao funcionamento do Partido métodos militaristas de direcção e concepções militaristas da disciplina.

Fogem aos mais elementares princípios orgânicos do Partido camaradas que «comandam» e «dão ordens» em vez de esclarecer, orientar e dirigir, e que entendem que o dever dos «inferiores» é cumprir as ordens «superiores» (as suas ordens) de forma mecânica, cegamente, mesmo sem saber o porquê e o para quê.

No Partido ser disciplinado não é «obedecer às ordens superiores» sob pena de imediato e grave castigo. Não é cumprir sem vontade própria o que os outros determinam. A disciplina no Partido não é uma qualquer obrigação que se impõe ao indivíduo, que o pressiona, o obriga e o força.

A disciplina só pode ser sentida como constrangimento do indivíduo e da personalidade, como aceitação passiva, contrafeita e cega de «ordens superiores», se num partido ou numa organização do Partido preponderam o dirigismo, o autoritarismo, critérios militaristas de direcção, decisões administrativas e burocráticas. Em tais casos, a disciplina contém em si os germes da fermentação e cristalização de discordâncias e reservas e portanto também de formas de resistência passiva e de súbitas e inesperadas explosões de indisciplina.

No nosso Partido a situação é diferente. Existindo embora diferenças entre os militantes, a disciplina assenta na própria consciência e na própria vontade.

A elevada consciência de disciplina no Partido é uma resultante de três factores fundamentais: a identificação dos militantes com a orientação do Partido, a democracia interna e a compreensão do valor da unidade do Partido.

A identificação dos militantes com a orientação do Partido permite-lhes no essencial compreender as razões e os objectivos de cada iniciativa, de cada decisão e de cada tarefa.

A democracia interna torna possível que cada militante sinta que a orientação, as decisões e as tarefas são também *suas*.

A compreensão do valor da unidade do Partido estimula nos militantes a vontade de actuarem, tal como os seus companheiros, inseridos na acção colectiva do Partido.

Quando a acção disciplinada do militante não se fundamenta nestes três factores fundamentais — se, por exemplo, um militante realiza uma tarefa que não compreende ou com a qual não está de acordo, ou se as decisões são tomadas de forma menos democrática —, a acção disciplinada não deixa de ser positiva, mas sofre inevitavelmente de certas limitações.

Quanto mais o militante se sente identificado com a orientação do Partido, quanto mais são assegurados os métodos democráticos do trabalho, quanto mais sólida é a unidade do Partido, mais profunda, fácil, natural e espontânea se torna a disciplina.

DISCIPLINA E SANÇÕES

A mais elevada e sólida disciplina é aquela que corresponde a uma profunda e generalizada consciência comunista, porque a disciplina se tornou, com a educação e a experiência, numa forma natural e fácil de actuar e de estar na vida.

Quando essa consciência ganha a generalidade dos membros do Partido e funde a disciplina individual com a disciplina colectiva, a aplicação de sanções por infracções à disciplina torna-se muito rara e praticamente desnecessária, salvo em casos graves.

A exigência da disciplina leva à existência de sanções. Mas disciplina e sanções não podem ser associadas, nem obrigatoriamente nem de uma forma simplista.

Pode existir uma sólida disciplina sem que se apliquem sanções. E pode ser prática aplicarem-se muitas sanções sem que isso signifique uma forte disciplina.

A experiência histórica do nosso Partido mostra que, quando se multiplicam as sanções, o facto assinala ou o abuso de medidas administrativas e autoritárias ou uma deterioração da disciplina.

Actualmente, a raridade da aplicação de sanções disciplinares não é sintoma de qualquer deterioração da disciplina mas do elevado grau que esta adquiriu.

Pode surpreender alguns observadores que seja rara a aplicação das sanções mais leves (censura, diminuição das responsabilidades, interdição temporária da actividade partidária) e que a sanção mais frequente seja a expulsão do Partido — «a sanção máxima», que nos termos estatutários «só deve ser aplicada em casos que afectem gravemente a vida e os princípios do Partido».

Este facto reflecte porém, à primeira vista paradoxalmente, o elevado grau de disciplina existente no Partido.

Nos casos extremamente graves (por exemplo: roubo de fundos, actuação aberta contra o Partido), em que a qualidade de membro do Partido é incompatível com a falta cometida, não são possíveis sanções moderadas: a expulsão torna-se inevitável.

É porém extremamente positivo, quando a falta cometida não põe em causa a qualidade do membro do Partido, que a correcção das faltas e a garantia da disciplina se assegurem, não recorrendo à aplicação de sanções mas pelo trabalho político, pela discussão, pelo convencimento.

A forma de actuar dos organismos e organizações do Partido nem sempre é completamente idêntica nesta matéria. Surgem por vezes organismos e camaradas facilmente inclinados a «resolver» com sanções as infracções à disciplina.

As sanções são sem dúvida para aplicar. Mas quanto menos sanções se aplicarem e quanto mais trabalho político, mais explicação, mais convencimento, mais esforço educativo, mais ajuda aos quadros, mais trabalho colectivo, mais fraternidade existirem numa organização, mais condições existem para uma consciente, voluntária e sólida disciplina.

O *contrôle* de execução desempenha importante papel, não apenas para assegurar a realização das tarefas mas também para assegurar e reforçar a disciplina e ajudar os quadros.

Se se indicam tarefas e nunca mais se acompanha a sua realização, abre-se caminho ao afrouxamento da disciplina, não tanto por infracção voluntária mas por desleixo e passividade.

O acompanhamento regular da realização das tarefas, a ajuda nessa realização, a verificação de atrasos eventuais, o balanço final do cumprimento, o relatório do trabalho realizado como prática regular, constituem formas muito completas de educar as organizações e os militantes na disciplina real, voluntária e consciente.

edições
Avante!

10
A UNIDADE
E OS SEUS FUNDAMENTOS

edições
Avante!



A UNIDADE INTERNA RESULTANTE DA ACTIVIDADE GLOBAL

Um dos factores determinantes da força orgânica, da influência e da capacidade de mobilização de massas do PCP é a sua unidade interna.

Se se quiser definir em poucas palavras em que consiste a unidade do Partido, podem apresentar-se três traços essenciais: o acordo com o Programa e a orientação política, o cumprimento dos princípios e normas de organização e a actuação para o cumprimento das tarefas decididas.

A verificação destes três traços essenciais da unidade num partido como o nosso, com um tão elevado número de organizações e de membros, é por si só uma demonstração inequívoca da solidez política, ideológica e orgânica do Partido, da qual se pode deduzir a sua poderosa capacidade de intervenção na vida nacional.

No PCP não há tendências ideológicas, não há plataformas ou grupos que se confrontem, não há dirigentes que se digladiem.

As organizações e os militantes estão identificados com o Programa do Partido e actuam segundo a linha estabelecida.

O que parece surpreendente para certos observadores é que essa unidade se mantenha sem fissuras ao longo de muitos anos e não acuse quaisquer abalos nas mais complexas condições da vida política nacional.

Considerando apenas a situação após o 25 de Abril, que se observa?

Colocaram-se ao Partido novas e complexas tarefas. A revolução portuguesa teve um processo irregular que impôs a necessidade a cada momento de tomar consciência de novos fenómenos, fazer novas análises da situação, tomar decisões de alta importância. Atravessaram-se nos 11 anos decorridos desde o 25 de Abril momentos particularmente perigosos para a democracia e para o Partido.

E, entretanto, neste complexo processo, enquanto em todos os outros partidos se verificaram conflitos, fracturas, demissões, cisões, no PCP verificou-se uma absoluta unidade. Unidade no Comité Central. Unidade de todos os organismos de direcção. Unidade da Direcção e da base. Unidade de todo o Partido.

Esta magnífica unidade é só por si uma tão grande nota da superioridade do PCP sobre os outros partidos que a propaganda anticomunista, para impedir que essa característica superior do PCP seja conhecida e apreciada, conduz a sua desinformação usando alternadamente duas apreciações contraditórias.

Por um lado, procura negar a existência da unidade do Partido — e para isso busca, refere, desenterra, ressuscita e inflaciona até ao ridículo casos isolados, insignificantes e característicos ou, de uma forma mais expedita, inventa pura e simplesmente conflitos e divisões no PCP.

Por outro lado, e contraditoriamente, reconhecendo a existência de uma forte unidade no PCP, procura explicá-la, seja por uma pretensa disciplina cega, rígida e repressiva seja por um fanatismo igualmente cego dos militantes.

Isto é: por um lado tal propaganda recusa-se a saber. Por outro lado não quer que se saiba.

Mas um pouco de reflexão e de seriedade conduz inevitavelmente qualquer observador ao reconhecimento da unidade

interna do PCP como um fenómeno de alto valor e significado, insusceptível de ser ocultado por calúnias ou deformado por interpretações simplistas ou aleivosas.

A forte unidade do PCP não é só motivo de despeito e desinformação. É também motivo de real atenção e interesse de partidos comunistas e forças progressistas.

A experiência do PCP no que respeita à sua unidade interna é matéria de atento exame. Com frequência se pergunta como conseguiu o PCP uma tão magnífica unidade. Há mesmo quem pergunte que medidas e orientações toma o Partido para assegurar a unidade. Como consegue o PCP que todos os seus membros estejam de acordo com os objectivos e a orientação política, cumpram os princípios e normas de organização e actuem para o cumprimento das tarefas decididas?

A resposta é clara: *a unidade do PCP não resulta de quaisquer medidas especiais para assegurá-la mas de toda a orientação e prática do Partido.*

FUNDAMENTOS DA UNIDADE

Sendo a unidade do PCP uma resultante e uma expressão da sua natureza e da sua actividade global, os fundamentos da unidade envolvem numerosos aspectos, distintos mas complementares.

A unidade do Partido fundamenta-se na justeza da análise da situação e na justeza dos seus objectivos e da sua orientação política.

É um facto comprovado pela vida que o Partido caracterizou com rigor a situação económica, social e política, definiu com exactidão a etapa da revolução e os seus objectivos, discerniu a arrumação das forças de classe, desvendou a natureza e os objectivos da política de sucessivos governos, previu a evolução da situação em aspectos fundamentais.

A correcção da linha política comprovada pela vida não deixa espaço para contradições, tendências e fracturas que afectem a unidade do Partido.

A unidade política é um primeiro fundamento da unidade do Partido.

A unidade fundamenta-se na concentração dos esforços e energias para a aplicação da orientação política e prática, ou seja, na luta da classe operária e das massas populares.

Ao longo dos anos, a luta em defesa, no concreto, dos interesses do povo e do País tornou-se a substância da própria vida partidária. Na vida portuguesa, ser comunista é sinónimo de ser combatente da classe e das massas, não apenas em palavras mas na actividade quotidiana.

O facto de que a própria vida comprova a razão de ser, a necessidade e o valor da luta dos comunistas em defesa dos interesses do povo e da Pátria, não deixa espaço vazio para uma interiorização da vida do Partido, e solidifica e exalta a consciência comunista, o esforço comum e a coesão das fileiras.

A acção comunista em estreita conexão com a classe e as massas é um segundo fundamento da unidade do Partido.

A unidade fundamenta-se em normas orgânicas que, pela definição de princípios e pela prática, consciencializam a integração do militante na política e na acção do seu Partido.

A ligação profunda da Direcção com a base do Partido e o acompanhamento pela base do trabalho de direcção; a democracia interna; o respeito pela opinião dos militantes e o apreço real pela sua actividade; uma política de quadros isenta, justa e de valorização segundo os méritos; a estruturação e o reforço da organização e do seu funcionamento — solidificam o Partido como um poderoso instrumento de acção política.

O facto de que a própria vida comprova que as normas orgânicas definidas, adoptadas e praticadas dão poderosa possibilidade de intervenção na vida nacional reforça a consciência e o esforço colectivo no domínio da organização.

A coesão orgânica é um terceiro fundamento da unidade do Partido.

A unidade fundamenta-se no trabalho colectivo e na concepção do Partido como um grande colectivo partidário.

Trata-se de uma grande conquista do nosso Partido que, no desenvolver e no culminar de experiências, se tornou uma característica típica e essencial do funcionamento e do estilo de trabalho.

O trabalho colectivo funde o trabalho teórico e político, aprofunda o sentimento da responsabilidade e a responsabilização colectiva, instala um clima de respeito pela contribuição de todos e de cada um, integra o indivíduo no todo, une os militantes na orientação e na acção comum.

O facto de que a própria vida comprova o extraordinário valor, a criatividade e a eficiência do trabalho colectivo e do exaltante estímulo que o trabalho colectivo dá ao trabalho individual impede o desenvolvimento de conflitos e divisões e é por si só uma poderosa afirmação de unidade.

O trabalho colectivo e a transformação da noção de trabalho colectivo em traço inerente ao estilo de trabalho do PCP é um quarto fundamento da unidade do Partido.

A unidade fundamenta-se na assimilação e na educação ideológica marxista-leninista.

O que une o Partido não é qualquer afirmação verbal de «fidelidade» ao marxismo-leninismo. Tal afirmação, em si, não é mais do que uma declaração de intenções.

O que une o Partido é a assimilação, no fundamental, da teoria que permite a análise justa da situação e dos novos fenómenos e a definição de uma justa orientação de classe.

A assimilação e a educação marxista-leninista estabelece, aprofunda e dá extraordinária solidez a conceitos fundamentais da classe, equipa os militantes com critérios e métodos que lhes permitem uma visão correcta dos acontecimentos e fenómenos, condu-los pelos seus próprios esforços a uma visão uniforme e comum da realidade e à descoberta das correctas respostas aos problemas que essa mesma realidade coloca.

A comprovação na vida e nos actos quotidianos do carácter científico do marxismo-leninismo reduz as possibilidades da influência ideológica desagregadora da burguesia.

O marxismo-leninismo é um quinto fundamento da unidade do Partido.

Vê-se que, para a unidade existente no PCP, contribuem todos os aspectos da actividade do Partido. Qualquer deficiência ou erro grave na orientação política, no funcionamento orgânico, no estilo de trabalho, no trabalho ideológico, desde logo atingiria e enfraqueceria a unidade.

A unidade não é resultado de quaisquer orientações ou medidas especiais mas a resultante de toda a orientação e prática do Partido.

A UNIDADE DA DIRECÇÃO

O papel da unidade da Direcção na unidade do Partido merece particular atenção.

De facto, a unidade da Direcção ao longo de muitos anos tem sido e é um importante fundamento e *uma contribuição decisiva para a unidade de todo o Partido*.

A unidade da Direcção não significa nem pode significar um entendimento incaracterístico e amorfo entre os dirigentes, um acomodamento à unanimidade sem reflexão, a criação de sentimentos de «grupo» ou «clã» dirigente e inamovível.

A unidade da Direcção não significa nem deve significar que não haja diferenças de opinião quando se aborda um problema, que não haja debate, que não haja discussão. Mas significa que a Direcção chega a uma conclusão final, a uma decisão colectiva, por unanimidade, consenso, ou maioria, e que é essa decisão, e não as opiniões individuais dos seus membros, que a Direcção leva a todo o Partido.

Nos organismos de direcção do PCP, assim como em quaisquer outros organismos, os militantes têm inteira liberdade para defenderem os seus pontos de vista e é bom que os defendam. Não têm liberdade para, fora do Partido, defenderem as suas

opiniões pessoais, se porventura são discordantes da orientação e das decisões tomadas.

Para a eficiência do trabalho e a defesa da unidade da própria Direcção é da maior importância que na Direcção se não deixem arrastar para além do necessário os debates em torno de diferenças de pontos de vista. Debater até ao esclarecimento. Mas não transformar um debate em polémicas infundáveis. Igualmente importante que a Direcção não absorva o seu tempo, as suas atenções e as suas energias em torno de divergências entre os seus membros. Quando isso sucede, a Direcção deixa de cumprir a sua função e toda a actividade do Partido fica comprometida.

No nosso Partido considera-se um *dever primordial* da Direcção assegurar a unidade do Partido e, para assegurar a unidade do Partido, é essencial assegurar a sua própria unidade.

A experiência internacional mostra claramente que, se a direcção de um partido, em vez de um exemplo de unidade, aparece perante os militantes dividida em conflitos agudos ou (pior ainda) em disputas e rivalidades pessoais, tal situação exerce inevitavelmente um papel desagregador.

Pode, é certo, em determinada situação partidária, tornar-se necessário um debate no Partido acerca de problemas de orientação sobre os quais haja diferenças de opinião.

Uma coisa é porém um debate, organizado democraticamente, no qual os militantes são chamados a intervir para o apuramento e definição final da orientação, e outra coisa são as divergências polarizadas, cristalizadas, polémicas, conflituosas, personalizadas, abertas à observação de todo o Partido e mesmo da opinião pública em geral. Tais casos nada têm a ver com democracia interna. São apenas o lamentável espectáculo da incapacidade dos dirigentes e do seu menosprezo pelos interesses superiores do Partido.

O trabalho da Direcção merece ou desmerece pelo que é e pelo que vale. Mas também merece ou desmerece pelo exemplo que dá.

Assim como os bons exemplos fomentam as boas atitudes,

os maus exemplos despertam e promovem tendências e procedimentos defeituosos.

Enquanto a unidade da Direcção é um poderoso factor da unidade partidária, a divisão da Direcção é inevitavelmente um instrumento da divisão do Partido.

A Direcção do Partido tem o dever de dar bons e não maus exemplos ao Partido e um dos mais valiosos e educativos exemplos que pode dar é o da sua unidade.

No PCP esse exemplo é dado há muitos anos.

NORMAS ORGÂNICAS PARA GARANTIR A UNIDADE

Os Estatutos contêm princípios e normas (respeitantes à disciplina e à proibição de fracções), tendo como um dos seus objectivos a defesa da unidade do Partido.

Disciplina — definida como uma obrigação para todos os membros do Partido de actuarem dentro da linha do Partido e de cumprirem as resoluções e instruções, ficando os prevaricadores sujeitos a sanções.

Proibição de fracções — definida como uma interdição efectiva de qualquer tentativa de formação de grupos de camaradas na base de plataformas ou divergências e do apoio a tal ou a tal quadro e às suas opiniões.

Trata-se de princípios e normas estatutárias importantes. Quem resolve tornar-se membro do PCP aceita esses princípios e normas. Compreende que no PCP não se aceita que os seus membros defendam fora do Partido orientações contrárias às do Partido, decidam que resoluções cumprem e que resoluções não cumprem, formem dentro do Partido grupos com orientações próprias e actuem dentro do Partido como grupos organizados, opondo-se à orientação e às decisões aprovadas.

Sem dúvida que estes princípios e normas cortam o caminho a eventuais atitudes e actuações que firam a unidade do Partido.

Seria entretanto totalmente errado pensar que a unidade resulta fundamentalmente da existência e aceitação da disciplina e do receio de sanções no caso de formação de fracções ou de actividades fraccionárias.

Onde se torna necessário invocar a disciplina e a proibição de fracções é porque a unidade está já atingida ou ameaçada.

Por isso só em circunstâncias particularmente graves, excepcionais e conjunturais, a unidade é directamente garantida pela invocação da disciplina, por medidas directas contra actividades fraccionárias, por sanções disciplinares.

A própria disciplina, na sua realidade e significado, é incomparavelmente mais rica de conteúdo que a sua definição como um dever a cumprir.

A disciplina (assim como a condenação de qualquer tendência fraccionária) não é uma obrigação que se sinta com contrariedade sob o peso da ameaça de sanções, antes faz parte dos hábitos, dos critérios e dos sentimentos inerentes à mentalidade e à educação comunistas.

As raízes, as motivações e a força da unidade do Partido, como atrás foi exposta, não residem fundamentalmente na disciplina e na interdição de fracções, mas em causas diversificadas e bem mais profundas provenientes de todos os aspectos da actividade partidária.

É sintoma de solidez da unidade do PCP o facto de que, para assegurá-la, praticamente nunca se invocam os princípios estatutários.

SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES NA UNIDADE INTERNA

A forte unidade que se verifica no PCP não é uma realidade imanente mas uma forma de viver do Partido criada, estabelecida, aperfeiçoada através de dezenas de anos de actividade. A unidade do PCP é produto de uma longa experiência

em que o Partido aprendeu com a vida lições de capital importância.

Aprendeu a conhecer o pesado preço pago por conflitos internos, divisões e cisões. Aprendeu a conhecer a génese dos conflitos e divisões. Aprendeu a conhecer como os erros políticos, as incorrectas soluções orgânicas, as incontroladas decisões individuais, o defeituoso tratamento das questões de quadros, constituem caldo de cultura para confrontos, conflitos e divisões.

Aprendeu a conhecer e a apreciar o valor da unidade e a conhecer e a descobrir caminhos e métodos para superar dificuldades internas e reforçar a unidade em todos os aspectos.

As dificuldades na unidade interna do Partido conduziram, em alguns casos, a demissões, deserções, expulsões, formação de grupos, cisões. Traduziram-se noutros casos em conflitos internos que se conseguiram superar através do debate e de decisões assentes na democracia interna. Nuns casos e noutros, a unidade do Partido acabou finalmente por ser assegurada.

Cinco situações mais graves são de referir.

A primeira, nos anos 20, traduzida no conflito entre um grupo com Carlos Rates e um grupo com José de Sousa. Decidida administrativamente a favor de Rates (que pouco depois traiu) e seguida por sanções contra os seus opositores, atrasou a organização nas condições de clandestinidade.

A segunda, quando da reorganização do Partido, em 1940-1941, caracterizou-se por uma situação em que, a par do PCP reorganizado, se desenvolveu a actividade de um grupo intitulado-se «PCP». Tal situação conduziu à expulsão ou afastamento de vários camaradas e a um período de dois anos de desorientação em diversos sectores do Partido, até ao desaparecimento do chamado «Grupelho Provocatório».

A terceira, no seguimento de divergências surgidas entre camaradas presos no Campo de Concentração do Tarrafal, caracterizou-se pela formação de um grupo de destacados militantes que, nos anos 1945-1946, defenderam uma plataforma — a «política de transição» — oposta à linha do Partido apro-

vada no III Congresso realizado em 1943. Esta crise foi superada através de debates internos que culminaram com a realização do IV Congresso em 1946. Os militantes mais destacados, que haviam defendido a «política de transição», foram propostos e eleitos para o Comité Central e fizeram ulteriormente autocríticas (publicadas na imprensa do Partido) às suas anteriores posições.

A quarta (nos anos 1956-1961), resultante de um desvio de direita (a «solução pacífica do problema político português») e de uma tendência anarco-liberal no trabalho de direcção, traduziu-se num profundo debate no Partido, que veio a culminar com a rectificação do desvio de direita em 1961 e com o ulterior desenvolvimento da linha revolucionária do Partido no VI Congresso e na aprovação do Programa do Partido. Esta crise foi superada pelo esforço colectivo dos quadros responsáveis que defendiam posições diferentes.

A quinta (1963-1964) caracterizou-se pelo abandono do Partido por alguns membros, a fim de formarem grupos maoístas.

Destes acontecimentos e situações, dos aspectos positivos e negativos que revelaram e comportaram, resultaram lições de grande importância relativamente à unidade do Partido.

Entre as lições de *deficiências, erros e critérios errados* devem sublinhar-se: não apressar juízos condenatórios nem medidas disciplinares sem fundamentos sólidos e exame isento e desapaixonado; não admitir que diferenças de opinião e divergências se transformem em questões de quadros e em conflitos pessoais; não aceitar métodos de direcção e decisão individuais e autoritários, sobretudo nas questões controvertidas e na apreciação dos quadros; impedir a personalização das ideias; não caracterizar e classificar globalmente um quadro por motivo de opiniões consideradas incorrectas; não considerar nem «vencedores» nem «vencidos» depois de um debate que termina por uma decisão colectiva; não adoptar como critério (salvo situações excepcionais) uma «homogeneização» dos organismos, ou seja, fazer sair os discordantes e fazer entrar outros com opiniões idênticas às finalmente aprovadas.

Entre as lições de *critérios e métodos que se revelaram correctos e adequados* devem sublinhar-se: ganhar o colectivo para a ideia de tudo fazer para defender a unidade do Partido; insistir pacientemente no esclarecimento e no aprofundamento da análise e do debate; tudo fazer para evitar a cristalização de opiniões; utilizar medidas disciplinares, não por motivos de divergências mas apenas por graves infracções aos princípios orgânicos; colocar no plano estritamente ideológico e político as diferenças de opinião e as divergências, procurando superá-las através do debate democrático e da decisão colectiva.

Estas experiências e lições conjugadas com outras resultantes da actividade do Partido estão presentes no trabalho de direcção, na política de quadros, nos métodos do centralismo democrático, no estilo de trabalho.

Elas contribuíram para a superação de dificuldades surgidas na unidade interna e para a definição de uma orientação e de uma prática que tornam a inabalável unidade do PCP um motivo de orgulho dos comunistas portugueses.

A UNIDADE — CIMENTO DA FORÇA DO PARTIDO

A unidade é um dos aspectos mais positivos da realidade do PCP.

A unidade permite que todas as capacidades, todas as forças, todas as energias e todos os recursos convirjam nas mesmas direcções de actividade e na realização das tarefas.

A unidade interna dá à acção global do Partido uma força incomparavelmente superior à soma da acção individual de todos os seus membros. A unidade representa uma extraordinária economia dos recursos disponíveis e uma condição ideal para a utilização total da capacidade de acção. A unidade é em si mesma uma fonte de energia e de capacidade de realização.

Um partido roído por conflitos e divisões internas, sobretudo se respeitam à Direcção e aos dirigentes, absorve grande parte das energias, das preocupações e do tempo em discussões e debates por vezes inteiramente divorciados da vida e da luta dos trabalhadores e das massas populares. Em tais circunstâncias, um partido enfraquece necessariamente a actividade justificativa da sua própria existência.

O PCP conhece, por experiência, embora em curtos períodos da sua história, como os conflitos internos voltam o Partido para dentro, afastando-o da classe e das massas.

O facto de que o PCP, de há muitos anos para cá, não tem conflitos e divisões internas (salvo casos esporádicos em organismos intermédios e de base) tem-lhe permitido estar permanentemente *voltado para fora* e consagrar e concentrar as suas energias e capacidades junto da classe operária, junto das massas populares.

A unidade do Partido é ao mesmo tempo um exemplo estimulante da unidade dos trabalhadores e um motivo de prestígio, de influência e autoridade.

Naturalmente que a unidade do PCP desagrade à reacção e aos outros partidos, onde cada dia estoiram divergências, conflitos e divisões. Uma vez que não há divisões no PCP, a reacção passa a inventá-las. Não lhe interessa o ridículo das suas invenções e historietas. O que lhe interessa é procurar diminuir e denegrir a imagem do PCP.

Desmentindo tais invenções e historietas, a verdade é que a Direcção do Partido, no seu sólido colectivo, dá um exemplo de inalterável, inabalável e magnífica unidade. Correspondendo à unidade da Direcção, a unidade de todo o Partido é, em contraste com os outros partidos portugueses, um exemplo único de solidez e de lógica, política e orgânica.

A unidade do Partido é o cimento da sua força.

11

PARTIDO INDEPENDENTE E SOBERANO,
PATRIÓTICO E INTERNACIONALISTA

edições
Avante!



DOIS TRAÇOS ESSENCIAIS DA INDEPENDÊNCIA

A independência de um partido comunista tem duas componentes essenciais.

A primeira, que foi historicamente determinante e prioritária, é a *independência de classe*, produto da libertação dos partidos operários da influência ideológica e política da burguesia.

A segunda, que se afirmou também geral e essencial no decurso do desenvolvimento do movimento comunista, é a *sobrerania das decisões* — formalizada em 1943 pela dissolução da Internacional Comunista.

A independência de classe é um traço essencial da independência, mas só por si não a garante.

Um partido que segue uma política de classe e uma orientação de classe, mas para isso tem de se apoiar na ajuda directa de outro ou outros partidos, por não ter alcançado a capacidade de decidir por si próprio da sua política, não é ainda realmente um partido independente.

A história do movimento comunista conheceu tais situações, que traduzem dificuldades iniciais de partidos de recente formação, atrasos no desenvolvimento e falta de maturidade.

A soberania de decisões é o outro traço essencial da independência, mas só por si tão-pouco a garante.

Um partido que decide com soberania, mas que não se liberta da dependência ideológica e política da burguesia, perde de facto a independência de classe, traço essencial da independência comunista.

A história do movimento comunista conhece exemplos em que a ostensiva proclamação da soberania das decisões foi acompanhada pelo abandono de posições de classe essenciais.

Não se pode considerar como afirmação de independência a ruptura com objectivos e posições de classe, a adopção de ideias reformistas, a quebra de laços internacionalistas com a classe operária e os partidos comunistas de outros países. Para tais casos se pode dizer que alguns se vangloriam de alcançar a independência no preciso momento em que perdem grande parte dela.

Na situação existente actualmente no movimento comunista, a independência de classe e a soberania de decisões são componentes complementares e inseparáveis da independência de um partido comunista.

A FORMAÇÃO DE UM PARTIDO OPERÁRIO INDEPENDENTE

Foi no século XIX, com o desenvolvimento da classe operária na sociedade capitalista, a sua luta, o seu movimento, a sua participação em revoluções democrático-burguesas, a par da formação de partidos de composição social operária mas efectivamente sob a direcção da burguesia, que se pôs na ordem do dia a criação de um partido verdadeiramente operário.

Coube a *Marx e Engels* a tarefa e a missão histórica de lançar as bases ideológicas fundamentais e empreender as medidas práticas para a criação de um tal partido.

A criação de um partido da classe operária esteve desde início ligada indissolúvelmente à ideia da sua *independência de classe*.

Na luta para a criação do partido da classe operária, Marx e Engels puseram em primeiro plano a noção da independência dos interesses, das aspirações e dos objectivos da classe operária e da *independência do partido*, como partido da classe operária.

Verificando, através da experiência da revolução democrática de 1848, que o movimento operário na Alemanha tinha caído «sob o domínio e a direcção dos democratas pequeno-burgueses», Marx e Engels apelaram para «pôr termo a este estado de coisas», sublinhando que «tem de se estabelecer a independência dos operários». (*Mensagem da Direcção Central à Liga dos Comunistas*; cf. Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, t. 1, p. 178.)

O partido operário (insistiam) deve ser «o mais independente possível, para não ser outra vez, como em 1848, explorado e posto a reboque pela burguesia». (Cf. *Ibidem*, p. 179.)

Este traço característico fundamental do partido — a independência de classe — foi constantemente sublinhado pelos mestres do comunismo científico.

«A política que é preciso fazer», sublinhou Engels, «é a política operária: é preciso que o partido operário seja constituído não como a cauda de qualquer partido burguês mas sim como partido independente, que tem o seu próprio objectivo, a sua própria política.» (*Discurso sobre a Acção Política da Classe Operária*; cf. Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, t. 2, pp. 267-268.)

O objectivo da «constituição do proletariado em partido político» (Marx/Engels, *Resolução do Congresso Geral de Haia*, 1872; cf. *Ibidem*, p. 317), da «organização do proletariado como partido político independente» (Engels, *Para a Questão da Habitação*; cf. *Ibidem*, p. 386) foi uma das tarefas essenciais da luta revolucionária de Marx e Engels.

Um documento fundamental e de alcance histórico impecável sintetizou a base ideológica e a missão e os objectivos históricos do proletariado e do seu partido independente, da sua organização revolucionária de vanguarda: o *Manifesto do Partido Comunista*.

No prosseguimento e desenvolvimento da luta de Marx e Engels, coube a Lénine e aos comunistas russos o mérito, não só de lançarem as bases ideológicas e orgânicas mas de fundarem e levarem à vitória um verdadeiro partido revolucionário da classe operária.

A «completa independência de classe» é de novo indicada por Lénine como traço característico fundamental (*Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, t. 1, p. 452). «*Um partido de classe do proletariado completamente independente*» foi uma orientação central de Lénine para a criação do partido comunista.

A independência de classe do partido — que se revela e afirma na independência política em relação à classe dirigente, na libertação da ideologia e fraseologia burguesa social-democrata, na afirmação da sua própria ideologia, do seu próprio programa, dos seus próprios objectivos, da sua própria acção — constitui, desde a formação dos primeiros partidos comunistas, um traço característico fundamental e prioritário.

O PCP E A INTERNACIONAL COMUNISTA

A vitória da Revolução de Outubro, sob a direcção do partido bolchevique, teve uma influência decisiva na elevação da consciência de classe do proletariado dos outros países e na consequente criação de numerosos partidos comunistas.

A adesão do PCP à Internacional Comunista constituiu um acontecimento de extraordinária importância para o seu desenvolvimento como partido operário independente, como partido marxista-leninista.

A Internacional Comunista identificava-se com a Revolução de Outubro, com o primeiro Estado de operários e camponeses, com as experiências de repercussão universal do partido dos bolcheviques russos, com o sonho e a esperança da

classe operária e dos explorados e oprimidos de todo o mundo.

As relações do PCP com a Internacional Comunista foram relações com o movimento comunista internacional, com a luta e a experiência dos outros partidos, e nomeadamente com o Partido Comunista da União Soviética e com as realizações soviéticas na construção do socialismo.

Sem o apoio e ajuda da Internacional Comunista, teria sido extraordinariamente mais difícil e certamente mais demorado, na situação existente, a formação e amadurecimento ideológico e político do PCP.

A Internacional Comunista representou assim importante papel na história do PCP.

O apoio da Internacional Comunista (e, no quadro da IC, do PCUS) ao PCP traduziu-se em três aspectos essenciais.

Em primeiro lugar, traduziu-se na possibilidade para o PCP e os seus militantes, assim como para militantes operários sem partido, de *conhecerem directamente, através de delegações e viagens à União Soviética, a experiência da primeira revolução socialista vitoriosa e da construção do socialismo.*

O conhecimento em Portugal da vitoriosa Revolução de Outubro constituiu um dos mais fortes incentivos à acção revolucionária de militantes operários e um dos mais fortes motivos de atracção dos trabalhadores pelo ideal comunista.

Em segundo lugar, o apoio da Internacional Comunista traduziu-se na possibilidade do *conhecimento da experiência do PCUS e do movimento revolucionário internacional*, através das relações bilaterais estabelecidas com outros partidos comunistas, bem como dos contactos e ligações com numerosos outros partidos no quadro de congressos e conferências da Internacional Comunista, da Internacional Sindical Vermelha, do Socorro Vermelho Internacional.

O conhecimento em Portugal dos princípios, características e métodos de organização do partido bolchevique e dos outros partidos comunistas constituiu um dos mais sólidos factores para a criação, a organização e a acção do PCP.

Em terceiro lugar, o apoio da Internacional Comunista traduziu-se na *preparação e formação ideológica e política de quadros*, através de viagens de estudo, da participação em iniciativas internacionais, do envio de jornais e revistas, da frequência por membros do Partido de escolas de preparação política.

Embora um número relativamente reduzido de camaradas tenha recebido directamente essa ajuda, eles transmitiram para o Partido experiências e ideias de extrema utilidade.

É de sublinhar a importância que, para a formação política do PCP, teve o VII (e último) Congresso da IC, realizado em Moscovo em 1935.

Até ao VII Congresso, a linha política do PCP estava eivada de ilusões sectárias e voluntaristas.

Em Outubro de 1934, o *Avante!*, num grande artigo intitulado «Pontos Fundamentais do Programa do Governo Operário e Camponês», caracterizava a situação como «a polarização da luta de classes entre a barricada da contra-revolução fascista apossada do Poder e a *revolução proletária e camponesa* que se ergue ameaçadora no País».

A resolução do Secretariado do Partido «Sobre a preparação do VII Congresso da Internacional Comunista» (publicada no *Avante!* de Abril de 1935), embora tratando com largueza «a luta pela unidade de acção da classe operária», mantém que «o nosso lema consiste no empreendimento de formas de actuação e mobilização de massas que *façam suceder imediatamente à luta de derrubamento da Ditadura, a luta pelo Governo Operário e Camponês*».

O VII Congresso da IC, tanto pelas suas conclusões (luta contra o fascismo e a guerra, unidade da classe operária, frente popular antifascista) como pelo exame conjunto feito logo após o Congresso pelo Comité Executivo da IC e uma delegação do PCP ⁽¹⁾,

⁽¹⁾ A delegação foi constituída por Bento Gonçalves e Paula de Oliveira, delegados do PCP ao VII Congresso da IC, e por Álvaro Cunhal, delegado ao VI Congresso da Internacional Juvenil Comunista, que foi chamado por Bento a participar na delegação. (*N. da Ed.*)

constituiu para o nosso Partido uma forte, estimulante e criativa chamada de atenção para a necessidade de uma análise marxista da realidade portuguesa e das condições de luta sob a ditadura fascista.

Do VII Congresso e dessas conversações resultou uma viragem na linha política do Partido. A revolução democrática antifascista; a unidade da classe operária, compreendida não como a unidade do partido comunista e socialista (dada a inexistência do PS que em 1933 decidira a sua autodissolução) mas como a unidade alcançada na luta concreta por interesses imediatos; a actividade nos sindicatos fascistas, substituindo a tentativa, destruída pela repressão, da criação de sindicatos clandestinos; a unidade das forças democráticas na luta contra a ditadura — passaram a ser direcções fundamentais da linha política do Partido após o VII Congresso.

Foi essa a última vez (em Setembro-Outubro de 1935) que a orientação do PCP foi debatida e assente com a Internacional.

É de sublinhar que na IC foram então inteiramente compreendidas as particularidades da situação portuguesa e as ideias expressas pelo nosso Partido.

Desde essa data, portanto nos últimos 50 anos, toda a orientação e actividade do PCP foi invariavelmente, e em todas as circunstâncias, determinada por decisão própria, independente e autónoma, dos seus órgãos dirigentes.

O apoio ideológico e político da IC foi da maior importância para que o PCP adquirisse a sua maioria, para que se tornasse um partido da classe operária, independente da influência burguesa e pequeno-burguesa, e finalmente capaz de traçar com independência a sua própria linha política e tática.

O apoio da IC não só permitiu o desenvolvimento político e ideológico do PCP, de forma a consolidar a sua independência de classe, como preparou o PCP para poder vir a estar em condições de assumir a soberania completa das suas decisões.

Houve entretanto dois momentos em que as decisões da IC ou dos seus delegados não ajudaram o Partido. O primeiro, em 1924, quando da decisão a favor de Carlos Rates, já atrás

citada. O segundo, em 1939, quando injusta suspeita criada em França a militantes do Partido evadidos das prisões salazaristas conduziu à prática ruptura das relações da IC com o PCP, que nunca mais foram restabelecidas até à dissolução da IC em 1943.

Estes factos negativos constituíram também um ensinamento.

O Partido aprendeu o valor da experiência da revolução mundial e da ajuda internacionalista. Aprendeu também que, adquirida suficiente experiência, no referente tanto à orientação como à vida interna, ninguém melhor que o próprio Partido pode decidir com justeza e rigor.

A LIÇÃO DE 1939-1948

Para que o PCP passasse definitivamente a decidir soberanamente da sua orientação e dos seus problemas contribuiu o isolamento internacional em que o Partido actuou desde 1939 até 1948 — anos vitais na vida do Partido que, em condições de extraordinária dificuldade e complexidade, se transformou então num grande partido nacional.

Quando a Internacional Comunista decidiu a sua própria dissolução em 1943, desaparecendo assim o centro dirigente do movimento comunista internacional, já havia 4 anos que o PCP não tinha quaisquer contactos com a IC.

Entretanto, a Alemanha hitleriana desencadeara a Segunda Guerra Mundial. Dos Pirenéus à frente russa, a Europa foi bombardeada, destruída, ocupada, martirizada pelas hordas nazis. Ferozmente perseguidos, torturados, fuzilados, os comunistas organizaram a resistência ao ocupante.

O primeiro Estado socialista dirigido pelo Partido Comunista, sofrendo perdas de 20 milhões de vidas, acabaria por provocar a viragem das operações militares, conduzindo à derrota da Alemanha hitleriana e à libertação da Europa do atroz jugo hitleriano.

Neste extremo ocidental da Europa, num país tendo em frente a imensidão do Atlântico e separado da Europa pela Espanha fascista, o PCP esteve anos isolado do mundo.

A história do PCP ficou assinalada nesse período por acontecimentos da mais alta importância.

É em 1940-1942 que se realiza a reorganização do Partido, que iria assegurar definitivamente a continuidade da actividade nas condições de clandestinidade. É em 1942-1945 que o Partido conduz grandes lutas da classe operária, passando o Partido e a classe a desempenhar um papel de vanguarda e dinamizador do movimento antifascista. É em 1943 e 1946 que se realizam os III e IV Congressos (os primeiros realizados na clandestinidade), afirmando a definição pelo Partido da sua linha política na base da análise da realidade nacional, institucionalizando os princípios orgânicos, a democracia interna, a eleição do Comité Central. É nesses anos que se constitui, com a formação e promoção de quadros revolucionários, um núcleo central capaz de, em quaisquer circunstâncias, assegurar colectivamente a continuidade do trabalho. É nesses anos que se cria um aparelho clandestino (instalações, tipografias, quadro de funcionários, sistema de ligações) que viria, com o seu aperfeiçoamento, a garantir o trabalho ininterrupto do Partido, incluindo a publicação clandestina do seu órgão central (o *Avante!*) sem interrupção até ao 25 de Abril de 1974. É em 1946-1947 que o Partido, com mais de 6000 militantes, atinge o ponto mais alto da sua organização clandestina. É nesses anos que se radica o trabalho nos sindicatos fascistas, que sob a iniciativa do Partido se criam grandes movimentos unitários antifascistas (MUNAF, MUD), se adopta uma tática flexível de que a concorrência às farsas eleitorais fascistas constitui rico exemplo. É nesses anos que se define e adopta uma política financeira que, com o apoio material activo dos militantes e dos trabalhadores, lhe permitiu fazer face aos novos e pesados encargos exigidos pelo desenvolvimento do Partido.

Todo este imenso trabalho de construção do Partido nos anos 40 foi realizado encontrando-se o PCP isolado do movi-

mento comunista internacional, dos partidos comunistas e operários dos outros países. Única excepção foram ligações conjunturais com o Partido Comunista de Espanha e o apoio que o nosso Partido deu a destacados quadros do PCE, recebendo-os nas casas clandestinas, dando-lhes hospitalidade, organizando a sua passagem clandestina para Espanha.

Fora esse caso, o isolamento internacional do PCP nesses anos foi total.

Os quadros que nessa época tiveram de assumir a Direcção eram muito jovens e com limitada experiência. Para o reforço e desenvolvimento do Partido foi necessária uma extraordinária concentração de esforços e energias e que muitas centenas de militantes entregassem totalmente à luta as suas vidas. Mas a experiência provou que, defrontando as dificuldades, fazendo com coragem a dura aprendizagem de vanguarda da classe operária, superando debilidades e faltas, o PCP demonstrou, nesses anos de isolamento internacional, estar à altura de assumir a soberania da sua orientação e das suas decisões.

Os anos de 1939-1948 representaram para o PCP experiências que comportam *duas lições fundamentais*: uma respeitante à formação e à força interna do Partido, outra respeitante à ligação do Partido com a classe operária e com as massas populares.

A primeira lição: o Partido aprendeu na vida que a mobilização, dinamização e correcta aplicação das próprias forças e a confiança nas próprias potencialidades é condição essencial do êxito.

A segunda lição: o Partido aprendeu na vida que a raiz directa e a fonte inesgotável da sua força revolucionária, do seu ideal, da sua inspiração, dos seus quadros, das motivações da sua orientação e da sua acção, dos seus recursos humanos e materiais, é a classe operária e o povo português.

Estas duas lições exerceram uma influência profunda em toda a evolução ulterior do PCP.

Mobilizando e desenvolvendo as próprias forças sempre em estreita ligação com a classe operária e as massas, o PCP con-

firmou a sua completa independência: independência de classe e soberania de decisões.

SOBERANIA DE DECISÕES

A criação de «um verdadeiro centro dirigente capaz de orientar a táctica internacional do proletariado revolucionário» (cf. Lénine, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, t. 3, p. 330) correspondeu à necessidade imperiosa, face à falência da II Internacional, de organizar o movimento operário internacional, de criar partidos revolucionários equipados com uma teoria revolucionária e aptos a organizarem a luta dos trabalhadores nos seus próprios países.

O desaparecimento desse centro de direcção com a dissolução da Internacional Comunista em 1943 correspondeu à expansão do movimento comunista a todos os continentes, a países com os mais variados estádios de desenvolvimento económico e social e as mais variadas condições políticas; à verificação de que um centro de direcção se tornava um entrave ao desenvolvimento dos partidos comunistas; à necessidade de estes resolverem de forma operativa os seus problemas, segundo as condições existentes nos seus países; à maturidade ideológica e política de um número elevado de partidos comunistas que se tornaram capazes de, por si próprios, definirem a sua linha política e resolverem os seus problemas.

Uma das tarefas históricas da Internacional Comunista — ajudar os partidos a criarem condições (conhecimentos teóricos, quadros, experiências) para assumirem inteiramente com êxito a direcção da luta — foi assim no fundamental cumprida com êxito.

A autonomia e soberania de decisões — segundo aspecto da independência dos partidos comunistas — *apareceu como testemunho de uma nova e superior fase de desenvolvimento*

do movimento comunista internacional e dos partidos comunistas seus componentes.

A soberania nas decisões é a situação *de direito* no movimento comunista há já mais de 40 anos (desde o desaparecimento da IC) e, em relação a numerosos partidos, é uma situação *de facto* que vem ainda de mais de trás.

Torna-se um tanto insólito e uma insinuação gratuita que alguns estejam sempre a reafirmar que não reconhecem nenhum centro do movimento comunista internacional, quando a inexistência de um tal centro é a realidade desde há quase *meio século!*

Quanto ao PCP, a sua orientação, em todos os aspectos da sua actividade, é decidida com completa autonomia, independência e soberania desde o exame conjunto feito na IC logo depois do VII Congresso em 1935, isto é, há precisamente 50 anos.

A orientação política, o programa, os objectivos a longo, a médio e a curto prazo, a estratégia e a tática do Partido, a atitude ante os acontecimentos nacionais e internacionais, todas as decisões sem excepção, são decididas sem qualquer intervenção ou ingerência (directa ou indirecta) de qualquer outro partido. São o Congresso do PCP, o CC do PCP, os organismos do PCP que, nos termos dos Estatutos do PCP, analisam as situações e tomam as decisões respectivas.

A soberania de um partido operário não significa estreiteza nacional, isolamento internacional, rejeição da experiência do movimento revolucionário mundial, absolutização da experiência própria, assunção do direito de criticar os outros, considerando ao mesmo tempo como ingerência a crítica que à crítica seja feita — atitudes que conduzem inevitavelmente à perda da independência de classe.

A soberania no PCP, como partido revolucionário da classe operária, assenta na capacidade de decidir por si só, mantendo inteiramente a sua independência de classe.

Para isso são indispensáveis a compreensão do carácter universal do movimento de emancipação dos trabalhadores e dos povos, a constante aprendizagem com as experiências do movimento revolucionário mundial, o esforço de cooperação com

os outros partidos comunistas, a activa solidariedade para com os outros partidos e os outros povos.

Um partido revolucionário da classe operária afirma-se à altura da sua soberania quando sabe manter integralmente a sua independência de classe.

COMO SE AFIRMA A INDEPENDÊNCIA

O PCP (como de resto todos os partidos operários) está submetido a uma violenta pressão ideológica da burguesia e da reacção que tem como objectivo fundamental fazê-lo perder a sua independência de classe.

Trata-se de uma acção constante, persistente e coordenada. Mobiliza imensos recursos. Vai de grandes análises «teóricas» a sórdidas campanhas de calúnias. Utiliza massivamente os meios de comunicação social. Associa-se a medidas de carácter administrativo e repressivo. Actua em todas as frentes. E *converge numa colossal chantagem*: ou o PCP mantém os princípios, os objectivos e a orientação actuais e, em consequência, é obrigado ao isolamento, à marginalização, ao *ghetto* e não pode ser considerado um partido com direito à participação em termos de igualdade na vida política nacional; ou o PCP quer ser tratado em termos de igualdade, quer sair do *ghetto* e ser um partido «respeitável e respeitado» e então tem de modificar princípios e orientações.

Essa campanha aparece muitas vezes em tom paternalista. Lamentam o que chamam a «rigidez», o «dogmatismo», o «sectarismo», o «stalinismo» do PCP e fazem votos para que o PCP se torne um partido «moderno», de «modelo ocidental».

Por vezes a campanha aparece ligada à invenção de um suposto enfraquecimento e perda de influência do PCP e à afirmação de que o PCP seria incomparavelmente mais forte e influente se adoptasse a «orientação» que a burguesia e seus

agentes lhe aconselham. Dir-se-ia por tais palavras que a burguesia e seus agentes estão profundamente interessados no reforço do partido da classe operária.

E quais são as modificações que o PCP deveria operar para «provar a sua independência»?

As modificações são provocatoriamente apontadas. Todas elas giram em torno de seis grandes questões: deixar de ser um partido marxista-leninista; quebrar as suas relações de amizade com o Partido Comunista da União Soviética; criticar a URSS e os países socialistas; romper com o internacionalismo proletário; desistir em Portugal das reformas estruturais de carácter socialista; e adoptar um funcionamento interno que permita tendências e divisões e a ruptura da unidade do Partido.

Ao contrário do que proclamam os políticos e propagandistas anticomunistas — segundo os quais o PCP, realizando tais modificações, tornar-se-ia um «partido independente» —, *o PCP afirma e confirma a sua independência (a sua independência de classe e a sua soberania de decisões), não cedendo à pressão e à chantagem ideológica e política da burguesia e seus agentes.*

E, assim, o Partido afirma e confirma a sua independência orientando-se pelo marxismo-leninismo.

Um partido comunista que abandone o marxismo-leninismo mostra com esse mesmo facto que, de fora ou de dentro, sofreu a influência e a pressão ideológica da burguesia.

O marxismo-leninismo é, na sua essência, a teoria que permite ao Partido explicar o mundo, os processos de transformação social, os objectivos e os caminhos da libertação dos trabalhadores.

A independência do Partido afirma-se, no campo da teoria, com a orientação marxista-leninista.

O Partido afirma e confirma a sua independência prossequindo as relações de amizade com o PCUS e demais partidos comunistas e operários dos países socialistas e dando alto apreço e divulgando as realizações da URSS e demais países na construção do socialismo.

Pretender que uma «via própria» para o socialismo ganha credibilidade desde que se critique sistematicamente a realidade dos países socialistas e se congelem as relações com os respectivos partidos comunistas e operários é o prático abandono do objectivo do socialismo e do comunismo e uma expressão da perda da real independência de classe.

A independência do Partido afirma-se divulgando as realizações históricas do socialismo e mantendo à luz do dia as relações de fraternal amizade e solidariedade com o PCUS e os outros partidos comunistas.

O PCP afirma e confirma a sua independência mantendo firmemente as suas posições na base do internacionalismo proletário.

Pretender substituir a noção do internacionalismo proletário — resultante da identidade dos interesses da classe operária de todos os países — por «um novo internacionalismo», abrangendo indiscriminadamente forças operárias e forças burguesas e pequeno-burguesas; pretender «superar» um sistema de relações privilegiadas com outros partidos comunistas — estabelecendo, no mesmo pé ou com prioridade, relações com partidos social-democratas — representa graves cedências à pressão ideológica da burguesia.

A activa solidariedade com os trabalhadores e os movimentos revolucionários de outros países, as relações de amizade e cooperação prioritárias com os outros partidos comunistas, a participação activa no movimento comunista internacional, são marcas inconfundíveis do espírito e da independência de classe de qualquer partido comunista.

O PCP afirma e confirma a sua independência não limitando os seus objectivos aos objectivos políticos da burguesia liberal, antes prosseguindo a luta por transformações profundas da sociedade.

Pretender substituir os objectivos de transformação e libertação social e política dos trabalhadores por objectivos reivindicativos no quadro, admitido como inalterável, da democracia burguesa, representa uma identificação com conceitos e objec-

tivos da social-democracia e uma séria abdicação da independência do Partido.

A independência do Partido afirma-se não aceitando tornar-se uma expressão ou um instrumento de uma política burguesa, antes mantendo firme e claramente os históricos objectivos políticos da classe operária.

O PCP afirma e confirma a sua independência adoptando os princípios orgânicos que garantam a mais profunda democracia interna e uma sólida e inabalável unidade.

Substituir os princípios orgânicos do Partido pelos métodos de funcionamento eleitoralista, autoritário e corrupto dos partidos burgueses seria também uma grave capitulação da própria independência.

Para ser de facto a vanguarda da classe operária capaz de conduzi-la à luta e à vitória, condições fundamentais são a força organizada e a unidade do Partido. Os princípios orgânicos do Partido constituem também uma decisão independente e uma manifestação de independência.

O próprio facto de existir, como partido operário, como partido marxista-leninista, é a maior prova da independência do Partido.

O PCP é e será, não apenas no nome mas na sua política e nas suas posições e atitudes, *um partido comunista*.

O AMOR AO POVO E À PÁTRIA E O INTERNACIONALISMO

Patriotismo e internacionalismo são traços essenciais da política e da actividade do PCP.

Filho da classe operária portuguesa, filho do povo português, o PCP é parte integrante da sociedade portuguesa e da nação portuguesa. As suas raízes de classe estão assentes na realidade económica e social, na problemática, na cultura e nas tradições nacionais.

Pela sua natureza, pela sua política, pela sua acção, o PCP é um partido nacional no mais amplo e no mais profundo sentido da palavra. Partido ao serviço do povo, partido ao serviço da Pátria.

A fase imperialista do desenvolvimento do capitalismo determina o crescente abandono dos interesses nacionais pela burguesia, cada vez mais estreitamente ligada aos interesses do imperialismo estrangeiro e muitas vezes deles completamente dependente.

No tempo do fascismo, os grupos monopolistas associados ao imperialismo e o governo fascista, seu agente, submetiam abertamente os interesses nacionais aos interesses do imperialismo estrangeiro.

Depois do 25 de Abril, a política contra-revolucionária, tendo como objectivo central e fundamental a restauração dos monopólios, é igualmente caracterizada pelo sacrifício dos interesses nacionais a esse objectivo, pela submissão, subserviência e capitulação, por graves concessões económicas, financeiras, políticas, diplomáticas e militares ao imperialismo.

A permissão da criação em Portugal de grandes bancos estrangeiros, a entrega de sectores-chave da economia portuguesa às multinacionais, a adesão à CEE e os acordos de capitulação com ela assinados, a aceitação das imposições leoninas do FMI, as novas concessões militares em território português feitas aos Estados Unidos e outros países da NATO — são testemunhos da progressiva entrega de Portugal ao estrangeiro pela política de restauração monopolista.

A política dos grandes capitalistas, dos latifundiários e dos partidos que os servem é, nos seus aspectos essenciais, uma política antinacional, uma política que agrava os laços de dependência, uma política que diminui, limita, fere e compromete a soberania e a independência nacionais.

Inversamente, a evolução do capitalismo determina a identificação crescente dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras com os interesses nacionais. A luta dos trabalhadores contra o poder económico e político dos mono-

pólios e dos latifundiários existente no tempo do fascismo e contra a sua restauração depois da Revolução de Abril tornou-se, pela sua própria natureza, uma luta pela salvaguarda da soberania e da independência nacionais.

Defendendo os interesses das classes parasitárias, dos grandes capitalistas e agrários, e desencadeando o processo contra-revolucionário, PS, PSD e CDS colocam-se contra os interesses nacionais. Defendendo os direitos vitais dos trabalhadores e das amplas massas laboriosas, defendendo o desenvolvimento económico, social e político na base das conquistas da Revolução de Abril, o PCP confirmou-se como o grande defensor dos interesses de Portugal.

Os partidos da contra-revolução são os herdeiros daqueles que, ao longo da história, sacrificaram Portugal aos interesses das classes exploradoras. O PCP confirma-se como legítimo herdeiro daqueles que, ao longo da história — no trabalho, na política, na vida social, na ciência, nas artes, nas armas —, edificaram, formaram e consolidaram a independência nacional e asseguraram a perenidade e a glória do povo e da pátria portuguesa.

Partido patriótico, o PCP é ao mesmo tempo um partido internacionalista.

Existem também condições objectivas para que o seja.

Em Portugal, como em qualquer outro país capitalista, existem interesses antagónicos entre a classe operária e a burguesia. Entre a classe operária dos mais diversos países não existe antagonismo mas identidade de interesses.

É essa identidade a base sólida e indestrutível do internacionalismo proletário — da cooperação, da união e da solidariedade recíproca dos trabalhadores de todos os países, que têm como mais elevada expressão o movimento comunista internacional.

O ascenso ao Poder da classe operária por motivo de revoluções socialistas vitoriosas e a confluência na luta contra o imperialismo do movimento de libertação nacional alargou e diversificou a base e as formas concretas da expressão do inter-

nacionalismo proletário. Mas não só manteve como enriqueceu a sua natureza de classe.

Partido da classe operária portuguesa, o PCP é activamente solidário com os trabalhadores de outros países capitalistas e as suas vanguardas revolucionárias na luta contra o capital e com todas as revoluções emancipadoras (da exploração de classe, do domínio colonial e nacional, de regimes de opressão) que se inserem no processo universal de liquidação do imperialismo e de libertação da humanidade.

Esta atitude solidária não significa identificação com o método seguido nem com a força política que o dirigiu nem com todas as soluções adoptadas. Significa apenas assunção política da participação no mesmo processo universal e de identificação de interesses e objectivos fundamentais.

Os deveres e responsabilidades nacionais não só são inteiramente compatíveis com os deveres e responsabilidades internacionais como são complementares e inseparáveis. Patriotismo e internacionalismo são duas faces da mesma política de um partido revolucionário da classe operária.

Não se trata, entretanto, de objectivos e tarefas paralelas, sem prioridades nem hierarquia na distribuição das forças próprias. Em cada país, o cumprimento da tarefa nacional do partido operário, não só é a sua própria razão de ser como é também a principal contribuição que pode dar à luta de libertação dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

Assim o entende o PCP, partido da classe operária, partido do povo e da nação portuguesa, partido da causa universal da libertação do homem, partido patriótico e internacionalista.

NOTA FINAL

Falámos do nosso Partido, tal como nós, os comunistas portugueses, o construímos, o vivemos, o desejamos.

Para os membros do Partido, esperamos ter sistematizado alguns aspectos fundamentais da experiência e da prática que o colectivo partidário criou e adoptou e na consolidação e aperfeiçoamento dos quais se sente profundamente empenhado.

Para quem de fora se interessa pelo PCP, abrimos a possibilidade de o conhecer tal como é por dentro, pois o mostrámos como que através de paredes de vidro. Confiamos ter contribuído por esta forma para tornar conhecida a sua verdadeira imagem.

E porque a questão da «imagem» do Partido é objecto de variadas afirmações e interpretações, acrescentaremos nesta nota final ainda algumas palavras.

Não é a pessoa *de fora* quem está em melhores condições de afirmar como o Partido é. A inevitável tendência da pessoa de fora, prisioneira de ideias feitas e de preconceitos, é pesquisar e tomar como traços fundamentais e típicos situações isoladas e mesmo esporádicas que confirmem aparentemente tais ideias feitas e tais preconceitos. Escapa-lhe assim o que é mais profundo, mais geral, mais característico na vida e na actividade do Partido.

Estamos certos de que muitos dos que de fora e de longe tomam, como sendo a imagem do Partido, a imagem deformada que a propaganda anticomunista inventa e espalha, passarão a ver o Partido com outros olhos na medida em que o conheçam melhor.

Ao anticomunismo interessa esconder como é de facto o PCP e inocular na opinião pública uma imagem mentirosa e caluniosa, de forma a criar reservas, discordâncias, suspeitas, censuras, condenações, não por aquilo que o PCP é mas por aquilo que o anticomunismo diz ser. O anticomunismo chega ao ponto de indicar o que deveria o PCP fazer e como deveria ser para adquirir uma «nova imagem».

Daqui se deduz que, quando alguns dizem que, para vencer certas reservas e suspeições, o Partido deveria «mudar a imagem», o que querem dizer afinal não é que o Partido deveria mudar de imagem mas que deveria tornar-se um partido tal como o anticomunismo gostaria que fosse.

Que, em vez do partido revolucionário que é, partido e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, partido lutador coerente e infatigável pelos interesses do povo, pela liberdade, pela independência nacional e pelo socialismo, partido patriótico e internacionalista, se tornasse *um partido inofensivo* para a burguesia e a reacção. Um partido que perdesse a sua natureza de classe e abandonasse a sua política de classe. Que amoldasse a sua política aos critérios da burguesia e não aos critérios do proletariado. Que aceitasse a imobilidade das estruturas socioeconómicas capitalistas. Que quebrasse os seus laços de amizade com o movimento comunista internacional. Que enveredasse pelo anti-sovietismo e por atitudes divisionistas do movimento comunista. Que limitasse a sua acção à concorrência a eleições realizadas segundo os ditames da burguesia e à acção parlamentar de alguns deputados conformados com a rotina da sua própria acção. Que se tornasse um partido com um programa e uma actividade social-democratizantes. Que desistisse dos seus objectivos do socialismo e do comunismo. Em resumo: um partido *assimilado* pela sociedade burguesa, a sua ideologia e a sua amoralidade.

Toda esta campanha e pressão abala por vezes as convicções de gente bem-intencionada. Aconselhando embora explicitamente apenas uma «mudança de linguagem» e de «estilo» para criar uma «imagem nova», sugerem de facto mudanças de fundo, muitas das quais são velharias desenterradas das velhas lixeiras do movimento operário.

O PCP não é nem será tal como o anticomunismo e o oportunismo quereriam, mas tal como os seus militantes e toda a sua história determinaram que fosse. E só na base do que o Partido é se pode formar a sua verdadeira imagem.

Com este livro, cuidamos ter contribuído para a formação da verdadeira imagem do PCP.

Não porque fosse esse o objectivo do trabalho. Mas apenas porque em todo ele falámos com inteira verdade.



ISBN 972-550-144-6



9 789725 501443